

MINHA HISTÓRIA **NOSSA** **LUTA**



MINHA HISTÓRIA
NOSSA LUTA

MINHA HISTÓRIA NOSSA LUTA



Associação dos Defensores Públicos do Estado do Ceará – ADPEC

Av. Santos Dumont, 5753, Salas 1201/1202 – Torre Empresarial São Mateus

Papicu - Fortaleza/CE – CEP: 60.175-047

Fone: (85) 3265.8213 – Fax: (85) 3265.8214

Site: www.adpec.org.br

Coordenação Editorial: **SAMIRA DE CASTRO** (MTE CE01063JP)

Redação: **ROZANNE QUEZADO, LUCÍLIO LESSA E SAMIRA DE CASTRO**

Concepção Gráfica: **GMS STUDIO**

Edição de Arte / Diagramação: **GLAYMERSON MOISES** (MTE CE01638JP)

Revisão: **FRANCISCA ELIZÂNGELA DE ASSIS RODRIGUES**

Impressão: **EXPRESSÃO GRÁFICA**

Presidente	SANDRA MOURA DE SÁ
Vice-Presidente	NOÊMIA PEREIRA LANDIM
1º Secretária	MYLENA REGINALDO
2º Secretário	CARLOS TEODORO DA SILVA
Diretor de Assuntos Jurídicos e de Prerrogativas	ALEXANDRINO REIS
Diretora de Eventos	ALINE FEITOSA
Diretor Parlamentar	MÁRCIO MARANHÃO
Diretor de Comunicação Social	MARCUS FÁBIO NEGREIROS COLARES
Diretor do Interior	ANÍBAL AZEVEDO
Diretora dos Aposentados e Pensionistas	ASPÁSIA DIAS SOARES
Tesoureiro	VICTOR MONTENEGRO

Conselho Consultivo e Fiscal

Presidente	TIAGO ARAÚJO FILGUEIRAS
Conselheira	TICIANA PINHEIRO
Conselheiro	ANA CAROLINA GONDIM

Coordenadorias do interior

Coordenadoria de Sobral	EDILSON LOIOLA
-------------------------	----------------

Administração

Secretária Executiva	MARILENA FREIRE DE AGUIAR
Assistente Administrativa	ELZILENE COSTA
Assessora de Comunicação	SAMIRA DE CASTRO



SUMÁRIO

9	APRESENTAÇÃO	41	FRANCISCO DE ASSIS MAIA ALENCAR
11	ASPÁSIA CRISTINA DIAS SOARES	42	RITA MARIA GONÇALVES SOBREIRA
12	LUCIANO FERREIRA LIMA SOBREIRA	43	MARIA MADALENA PONTES
13	MARIA OCILEIDE FORTE RAMOS SARAIVA	44	LEA GONDIM CALVASINA
14	NÍVEA DE MATOS NUNES ROLIM	45	MARIA ELIANA BARROS DAVID
16	MARIA DE LORETO BANDEIRA	46	LÚCIA MARIA DE SOUZA NORÕES MILFONT
17	ANGÉLICA FURTADO DE MENDONÇA	47	JOSÉ SEBASTIÃO NETO
18	JOSÉ EVANDRO ONOFRE	48	WALNICE AZEVEDO DE CASTRO
20	LÊDA CÉLIA BARROCAS FACÓ	49	MARIA IVONETE TABOSA DE MOURA
22	FRANCISCO BEZERRA DE OLIVEIRA	50	MARIA UYARA CAMPOS VIANA
23	FRANCISCO FONTENELE	51	MARIA DE SALETE CASTELO DE AMOREIRA
24	RAIMUNDO BRANDÃO	52	ZEFERINO PINHEIRO BARREIRA
25	FRANCISCO HÉLIO GOMES FERREIRA	53	BARTOLOMEU SILVA FIGUEIREDO
26	ANTÔNIA ROSÉLIA MOREIRA GÓIS	54	ANA MARIA VIANA MOREIRA
27	HELIADY SALES DE OLIVEIRA (IN MEMORIAN)	56	VALDENIZE DO NASCIMENTO MARQUES
28	RUTH RODRIGUES DE LIMA	57	MARILENE CHAVES BARRETO RODRIGUES
29	JOSÉ ERNALDO RODRIGUES DA SILVA	59	JOÃO VASQUES LANDIM
30	ANTÔNIO CAETANO OSTERNO RIOS	60	RUBEM ABITBOL DE MENEZES
31	ADRIANO JOSINO DA COSTA	61	JOSÉ STÉLIO DIAS MAGALHÃES
32	ALICE DE MEDEIROS VICTOR	62	MARIA DE FÁTIMA GOMES TEIXEIRA
33	MARIA DA GRAÇA PEREIRA PINTO	63	TIBÉRIO CÉSAR BURLAMAQUI
34	GUY BRAVOS MONTEIRO	64	ANTÔNIO PINTO MACÊDO
35	SELDA LOPES	65	FRANCISCA MARTINS RIBEIRO
36	JOSÉ VALCI CARDOSO	66	FRANCISCO FEIJÓ DE SÁ E BENEVIDES
37	FRANCISCO DE SALES TEÓFILO NETO	67	ANTÔNIO VIEIRA DE ALMEIDA (IN MEMORIAN)
38	MARIA LEÔNIA DE OLIVEIRA LEÃO	68	JUVENAL LAMARTINE AZEVEDO LIMA
39	FRANCISCO CLAYTON PESSOA DE QUEIROZ MARINHO	69	GUMERCINDO ÂNGELO DE SANTANA FERREIRA
40	MARAMALDO CAMPELO	70	BENEDITA MARIA BASTO DAMASCENO



APRESENTAÇÃO

Em uma sociedade historicamente acostumada a não valorizar os mais experientes, a Associação dos Defensores Públicos do Estado do Ceará (Adpec) insurge na direção oposta: resgatando a memória dos que fizeram – e ainda fazem – a luta classista, bem como promovendo a troca de experiências entre gerações de defensores públicos.

Esta publicação reúne uma série de crônicas publicadas semanalmente no site da Adpec, sob o título “Minha História, Nossa Vida”, que nasceu com o intuito de mostrar como a atuação individual de cada defensor e defensora contribuiu – e contribui – para o fortalecimento da classe. São as histórias de colegas que contribuíram, direta ou indiretamente, para a criação e fortalecimento da própria Associação, a consolidação da Defensoria Pública e, sobretudo, para a democratização do acesso à justiça no Ceará.

O projeto de transformar as crônicas em um livro foi um desafio lançado em 2014, porque era necessário apresentar em palavras e imagens o relato da vida de cada um daqueles que ajudaram a construir a Defensoria Pública cearense como hoje a conhecemos. Assim, passamos a reunir os defensores e as defensoras aposentados mensalmente, fortalecendo a integração e a troca de experiências.

As entrevistas, feitas pessoalmente, por telefone ou e-mail, resultaram em textos com um esforço descritivo ora comovente, ora bem-humorado, ou simplesmente informativo. Cada defensor conta sua interpretação dos fatos e ajuda a compor um mosaico da luta coletiva que trouxe grandes conquistas para toda a carreira.

São histórias cheias de emoção, lembranças de parentes e colegas, valorização dos que passam pelos caminhos afetivos. Às vezes, um sorriso tímido para contar os bastidores de uma luta árdua. Não foram poucos os que relataram arcar do próprio bolso com despesas necessárias à realização do seu mister, sobretudo no Interior do Estado.

Assim, o respeito por quem ajudou a construir a história da Defensoria Pública do Estado, seja através da atuação ainda nos tempos de advogado de ofício, ou na luta associativa, fortalece a relevância das conquistas do que hoje é direito de todos os defensores públicos cearense, porque só a luta coletiva muda a vida!

Boa leitura!



ASPÁSIA CRISTINA DIAS SOARES

“Me realizei nesta profissão. Sempre foi o meu objetivo dar assistência às pessoas necessitadas. Por outro lado, foi uma grande lição. Aprendi a ser mais paciente, a saber ouvir e compreender os problemas dos assistidos pela Defensoria.”



Dra. Aspásia Cristina Dias Soares formou-se em Direito, pela Universidade Federal do Ceará, em 1970. Iniciou suas atividades profissionais no Instituto de Previdência do Município (IPM), como assessora jurídica da presidência daquele instituto. Após ser aprovada no primeiro concurso para Advogado de Ofício, em 1978, passou a trabalhar na Assistência Judiciária aos Necessitados. Depois de passar pela Inicial, atuou na Triagem e, em seguida, assumiu, em 1982, o posto de diretora da Divisão Jurídica da Coordenadoria de Assistência Judiciária do Estado (CAJE), ficando ali até 1990, tendo, nesse período, efetuado a reorganização do Serviço de Estágio, que era subordinado à sua diretoria, o qual funciona até hoje da maneira como organizou.

Quando deixou o cargo de diretora, passou a trabalhar na 10ª Vara Criminal, onde permaneceu até a sua aposentadoria, chegando a acumular, por um período, as suas funções naquela Vara e na 2ª Câmara Criminal, no Tribunal de Justiça, quando foi promovida para o 2º Grau.

Ao comentar sobre as dificuldades vividas pelos advogados de ofício e a permanente luta por melhores condições salariais e de trabalho, como também pela autonomia administrativa da Assistência Judiciária, vinculada à Secretaria de Justiça, afirma que hoje os Defensores encontraram um caminho bem preparado pelos mais antigos. “A situação era precária. O número de profissionais não atendia à demanda, tanto na Capital como no interior, e as instalações eram péssimas – em um único salão trabalhavam os advogados de ofício, os estagiários e os funcionários. Muitas vezes, tínhamos que utilizar o nosso próprio material para executar as atividades. Para reverter esse quadro, a luta era constante, desde conseguir marcar uma audiência com o governador, até a longa espera, quando conseguíamos o nosso intento, para sermos atendidos”, afirma.

Um dos caminhos para o fortalecimento da categoria foi a fundação da Associação dos Defensores Públicos do Estado do Ceará, em 8 de maio de 1980. Dra. Aspásia teve a ideia de fundar a Associação, juntamente com o Dr. Vinícius Pinheiro, levando a proposta ao colega Luciano Sobreira. “O Estatuto da entidade foi feito no dia 31 de agosto de 1981, pelos Dres. Vinícius Pinheiro, Luciano Sobreira, Francisco Bezerra e Caetano Rios”, conta Dra. Aspásia, que foi 2ª tesoureira na primeira diretoria da instituição, sob a presidência do Dr. Vinícius Pinheiro. Ela fez parte da gestão seguinte – Dr. Luciano Sobreira era o presidente – como diretora de Comunicação Social e foi vice-presidente na gestão de Dr. Francisco Bezerra.

Mesmo não participando, à época, da gestão da Adpec, foi Dra. Aspásia quem articulou os colegas interessados e organizou o grupo inicial de associados para realizar convênio com o plano de saúde Unimed. “Ligava para os colegas e perguntava do interesse até conseguir o número necessário para a adesão”, lembra.

Aposentada desde 2005, Dra. Aspásia atua hoje como conciliadora do Núcleo de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos do Tribunal de Justiça. Sobre a atuação como Defensora Pública ela diz: “Me realizei nesta profissão. Sempre foi o meu objetivo dar assistência às pessoas necessitadas. Por outro lado, foi uma grande lição. Aprendi a ser mais paciente, a saber ouvir e compreender os problemas dos assistidos pela Defensoria. O Defensor Público, além de atuar na área jurídica, faz as vezes de assistente social, de conciliador e de psicólogo, pois tem que ter a capacidade de entender o problema daqueles que buscam a Defensoria Pública, como também de usar uma linguagem mais simples e menos jurídica para se fazer entender. E esse aprendizado na vida profissional se reflete, de um modo geral, em sua vida particular”, conclui.

LUCIANO FERREIRA LIMA SOBREIRA

“Pelas condições que hoje existem, a atividade do Defensor Público é muito maior, atinge com maior amplitude os mais necessitados. Mas, se isso acontece, é graças ao trabalho dos seus antecessores”.

Formado em Direito pela Universidade Federal do Ceará, em 1972, Dr. Luciano Sobreira tem especialização em Sistema Penal. Iniciou suas atividades na Prefeitura de Fortaleza, como auditor do então Tribunal de Contas do Município. Foi diretor administrativo da Fundação do Bem-Estar do Menor (FEBEM) e assessor da presidência da Companhia de Pesca do Ceará (Cepesca). Mais tarde, foi diretor do departamento administrativo da Secretária Estadual de Justiça. No período, assumiu por quatro meses a função de secretário, respondendo pelo titular da Pasta, Hugo Soares Gouveia, no governo Valdemar de Alcântara.

Em 1978, passou no concurso para Advogado de Ofício, sendo nomeado no dia 24 de abril de 1979, pelo governador Virgílio Távora. À época, o Advogado de Ofício pertencia ao quadro geral do Estado e era classificado como ANS 10 (Atividade de Nível Superior). Os advogados que atuavam nas diversas secretarias estaduais eram do mesmo nível dos advogados de ofício. Como diretor administrativo da Secretaria de Justiça, Dr. Luciano Sobreira elaborou a Lei 10.704, de 13 de agosto de 1982, criando um quadro de Advogado de Ofício, com 1ª, 2ª e 3ª entrâncias e quadro de carreira desvinculado dos demais servidores do Estado.

Ele conta a história: “Foi numa sexta-feira, 13. A lei tinha que ser votada e publicada no dia 13, porque, como se tratava de um ano eleitoral, a partir de segunda-feira entrava o impedimento de qualquer ação do governo para o servidor público. Conseguimos aprovar a matéria na Assembleia, corri para a Imprensa Oficial para que a lei fosse publicada. Quando cheguei lá, o Dr. Anchieta Barreira disse que o Diário Oficial já estava impresso e iria circular na segunda-feira. Conte para ele a situação e ele teve a ideia de publicar um suplemento. E foi a salvação”, orgulha-se, lembrando que esta lei criou o primeiro quadro de carreira do Advogado de Ofício. “Depois veio a Lei Complementar nr. 6 que criou a Defensoria Pública no Estado.”, acrescenta, lembrando que a criação da instituição foi uma dura batalha. “A luta que travamos junto com a Procuradoria Geral do Estado foi grande. A Dra. Nívea Rolim, que na época era presidente da Adpec, foi quem nos ajudou muito”, explica.

Outra história que ele conta, diz respeito ao primeiro concurso para Defensor Público e a nomeação dos 30 primeiros aprovados. “Passaram 50 e o governo decidiu nomear 30. Recebi um ofício sigiloso do Serviço Estadual de Informação (SEI), recomendando a não nomeação de três nomes dentre os aprovados. Levei o ato de nomeação pronto para o governador Virgílio Távora e falei da recomendação do SEI. Ele perguntou o que eu achava. Eu disse que se tivesse que ter alguma restrição que fosse feito no ato da inscrição e que agora não poderia mais. Ele concordou e os três também foram nomeados”.

Em relação aos 20 aprovados, Dr. Luciano diz que conseguiu prorrogar por dois anos a validade do concurso e quando este estava prestes a caducar, elaborou os atos de nomeação e foi conversar com o governador Manoel de Castro. “Ele

me mostrou um ofício da 10ª Região recomendando não fazer mais nomeações, porque ele tinha feito cerca de 3800 nomeações de professores. Eu sugeri: “Governador, assine, eu guardo e publico quando o senhor deixar o governo”. E ele aceitou. No dia 10 de janeiro de 1983, foi publicada a nomeação dos 20 aprovados”, comemora.

Em 1983, Dr. Luciano assumiu a função de chefe do setor jurídico no Instituto Psiquiátrico Stenio Gomes e, em 1990, no Manicômio Judiciário Otávio Lobo. Três anos depois, ao completar 37 anos de serviços, requereu a aposentadoria.

Dr. Luciano comenta sobre as diferenças das atividades do seu tempo e de hoje: “Pelas condições que hoje existem, a atividade do Defensor Público é muito maior, atinge com maior amplitude os mais necessitados. Mas, se isso acontece, é graças ao trabalho dos seus antecessores”.

Dr. Luciano Sobreira foi o segundo presidente da Adpec, de 1982 a 1985. Ao falar sobre o amor à profissão que abraçou, diz que a Defensoria Pública foi tudo em sua vida. E era um sonho do seu pai. “A minha origem vem do meu pai, Moacir Gomes Sobreira, que foi juiz, promotor, procurador do Estado e faleceu como advogado de ofício em Sobral, nomeado em 1962, pelo governador Virgílio Távora, por coincidência, o mesmo que me nomeou. Infelizmente, meu pai faleceu em 1968 e não me viu tomar posse, como desejava”, conclui.



MARIA OCILEIDE FORTE RAMOS SARAIVA

“Sempre gostei de ajudar as pessoas, de trabalhar com os mais necessitados. Na Defensoria Pública, recebemos as pessoas carentes, sob os mais variados aspectos. Levantamos o seu espírito, levamos palavras de força e até ajudamos com um dinheirinho para o transporte, um cafezinho.”



Atual diretora dos Aposentados e Pensionistas da Adpec, Dra. Maria Ocileide Forte Ramos Saraiva, é formada em Direito pela UFC, com especialização em Processo Penal, pela UNIFOR. É também graduada em Licenciatura Plena em Letras pela UECE.

Ainda como acadêmica de Direito, estagiou na Justiça Federal, com o Dr. Francisco Leite de Albuquerque Júnior e o Dr. Wellington Rocha Leitão.

Ao concluir a faculdade, foi convidada pelo Dr. Wellington para trabalhar em seu escritório, onde permaneceu por vários anos.

Em 1978, passou no concurso para Advogado de Ofício. Sendo nomeada somente em 1982. Ficou lotada na 2ª. Vara Criminal. “Foi um período puxado”, observa Dra. Ocileide, “pela manhã trabalhava no Fórum antigo, da Praça da Sé; e, à tarde, na Justiça Federal, com o Dr. Leitão”.

Foi chefe do Núcleo do João XXIII, da Defensoria Pública. Respondeu ainda pela assessoria jurídica da Secretaria de Justiça. Na mesma Pasta, atuou como presidente da Sindicância.

Em 1994, foi nomeada diretora de Secretaria da 5ª. Vara Criminal, no Fórum Clóvis Beviláqua, onde permaneceu até 1997. Assumiu a direção do Núcleo do Pirambu, ao mesmo tempo em que atuava no Tribunal do Povo, respondendo pela 2ª. Entrância do Juizado Especial. “Tudo isso concomitante com a respondência da 7ª Vara Criminal”, enfatiza Dra. Ocileide, explicando que trabalhava segunda, quarta e sexta-feira no Núcleo do Pirambu, terça e quinta-feira no Tribunal do Povo e, à tarde, na 7ª. Vara Criminal.

A aposentadoria chegou em 2003.

A Dra. Ocileide participou da primeira gestão da Adpec, 1ª. Secretária. “Não pude ficar muito tempo por conta das muitas atividades que exercia no dia a dia”, explica.

Uma recordação do tempo do trabalho como Advogada de Ofício: “A certidão de nascimento dos mais necessitados, vinha com a seguinte frase, escrita com destaque, no alto da página “Justiça dos Pobres”. Aquilo era um absurdo. Junto com outros colegas, nos mobilizamos e conseguimos que esta frase fosse retirada”, comemora.

Dra. Ocileide lembra também das dificuldades para a realização do trabalho. “Máquinas de escrever sempre quebradas, tínhamos que comprar todo o material de escritório com os nossos proventos. Com a criação da Adpec e, posteriormente, da Defensoria Pública, que teve na pessoa da Dra. Jacirema Leda Moreira, uma das maiores batalhadoras para a sua concretização, trabalho que, posteriormente, foi continuado com muita dedicação, também pela Dra. Nívea Rolim, a situação começou a melhorar, tanto em relação à estrutura física e as condições de trabalho, quanto na questão salarial, mas, até hoje, não recebemos o que determina a Constituição”, avalia.

“Não podendo esquecer de forma alguma, o trabalho incansável da Dra. Jaricema Moreira, que foi um baluarte nas conquistas dos Defensores Públicos. Creio que todos têm muito a agradecer-lá, pois bem preparou o alicerce da criação da Defensoria Pública no Estado do Ceará”, frisa.

Mas, nada foi obstáculo para abraçar a profissão que lhe trouxe tantas realizações. “Este trabalho foi a concretização de um sonho. Sempre gostei de ajudar as pessoas, de trabalhar com os mais necessitados. Na Defensoria Pública, recebemos as pessoas carentes, sob os mais variados aspectos. Levantamos o seu espírito, levamos palavras de força e até ajudamos com um dinheirinho para o transporte, um cafezinho”, conclui Dra. Ocileide.

NÍVEA DE MATOS NUNES ROLIM

“O Direito me deu tudo, até o marido.”



O tom firme e o jeito irreverente da ex-presidente da Adpec, Nívea de Matos Nunes Rolim, equilibram-se de forma coesa e denotam o perfil arrojado de quem não se intimida diante de desafios. As memórias esmiúçam detalhes de uma trajetória singular, na qual o amor pela família, pela profissão e pelas causas sociais ilustram uma natureza nobre e ratificam o que é nítido já nos primeiros minutos de conversa: sua genuína capacidade de defender aquilo que acredita.

Como um roteiro prévio organizado, Nívea de Matos, terceira de sete mulheres entre nove irmãos, conta sua história numa sequência de fatos que se iniciam em Orós, sua terra natal. Da sua infância a adolescência, recorda emocionada da companhia dos avós, com quem morava. Por decisão dos pais, mudou-se para a capital no início da adolescência e, aos 14 anos, já dava sinais de sua visão estratégica quando decidiu sair do Colégio Santa Isabel para estudar no Liceu do Ceará. “Era quase um vestibular. Naquela época, o colégio particular era que tinha deficiências. Quando cheguei ao Liceu, uma escola pública, fiquei maravilhada,” declara.

No quadro de sua experiência estudantil, constam passagens pitorescas, como sua atuação no jornal da escola e a tentativa de se aventurar nos esportes, precisamente no pin-

gue-pongue. Ainda no Liceu, bastante envolvida com os movimentos estudantis, decidiu fazer Direito. A bem-sucedida admissão na Universidade Federal do Ceará (UFC) foi precedida por muita dedicação. “Eu já trabalhava, quando tentei o vestibular. Lembro que ao final dos dias estudava e, muitas vezes, o vigia chegava e dizia: ‘acabou o expediente’”, recorda.

Após a formatura, Nívea continuou por algum tempo na iniciativa privada, o que a ajudou anos depois a exercer a administração na Defensoria. Mas sua meta, desde essa época, era torna-se servidora pública. A essa altura, estava noiva, mas jogou tudo para o alto para cuidar de seu avô, que estava muito doente. O hiato na profissão durou alguns meses, quando houve o falecimento daquele a quem Nívea sempre considerou um segundo pai.

Conhecida por ter sido uma boa aluna na faculdade, foi convidada pelo então juiz Vicente Leal de Araújo para advogar na defesa dos pobres em Orós. Pouco tempo depois, já era procurada por grandes empresas e pela população em geral. E realizou o que define como advocacia de Robin Hood. “Eu cobrava bem de quem podia pagar e cobrava nada de quem não podia”, relata. Nesse período, conheceu o empresário José Wellington Costa Rolim, com quem se casou posteriormente. “O Direito me deu tudo, até o marido”, disse, arrancando gargalhadas dos presentes.

Após passar no 1º concurso público para o cargo de advogado de ofício do Estado do Ceará, hoje defensor público, Nívea assumiu a comarca de Icó, onde atuou por cinco anos. De lá, foi transferida para Fortaleza, integrando o quadro de defensores do Instituto Penal Paulo Sarasate. Ciente do desafio, lembra que contou com a ajuda de colegas e tratou de reivindicar especializações na área, tendo participado de cursos de criminologia e direito penitenciário e especializando-se em Processo Civil. “Minha bandeira sempre foi mostrar que um profissional não pode entrar num sistema penitenciário sem preparação direcionada”, diz.

Eleita presidente da Adpec em 1995 para o período de dois anos, Nívea de Matos avalia que o maior legado de seu mandato foi a institucionalização da Defensoria Pública. É com a sensação de dever cumprido que ela recorda dessa passagem. “Foi a nossa redenção. Houve muita briga e murro de mesa para conseguirmos isso. Muitos achavam a Defensoria Pública uma coisa menor. Até a institucionalização, tínhamos um recurso de 200 reais mensais, que destinávamos para consertar maquinários doados por outros órgãos. Cheguei a ver um atendido de joelhos sendo assistido no antigo prédio, porque lá não tinha cadeiras suficientes”, recorda ela.

De acordo com Nívea, a Lei só foi garantida por conta de uma ação combinada entre os defensores e o então deputado

estadual Antônio Tavares. Este, através de emenda parlamentar, conseguiu viabilizar recursos para a associação se manter. Condição imposta à Nívea pelo então governador Tasso Jereissati. “A Lei foi enviada para a Assembleia (Legislativa) no último dia da minha gestão, com solenidade e presença do governador. Ele adiou uma viagem para participar desse momento”, destaca. Em razão dessa luta, foi eleita a 1ª defensora pública geral do Estado do Ceará, sendo reconduzida ao segundo mandato e nomeada ainda corregedora. No mosaico de sua trajetória profissional consta ainda sua atuação à frente do Colégio Nacional dos Defensores Públicos Gerais, onde foi presidente por duas vezes.

O caminho trilhado por Nívea de Matos reflete-se hoje na satisfação que possui ao rememorar suas histórias. Ao conceder a entrevista para o “Minha história, Nossa luta”, a defensora pública aposentada relata cada episódio com autenticidade e dando o necessário valor a cada conquista, sem falsa modéstia. Perguntada sobre os planos para o futuro, abre um grande sorriso e conta das próximas viagens que fará com as filhas Clara, 29 anos; e Jordana, 26. Ambas profissionais do Direito. A influência materna foi tamanha que Jordana tornou-se defensora pública no Estado de São Paulo. Para o orgulho de Nívea, que termina o papo com seu forte aperto de mão, como quem diz: até a próxima!

MARIA DE LORETO BANDEIRA

“A convivência com as pessoas mais humildes nos permite ter outra visão da vida, vemos como fomos privilegiados com tudo o que temos: oportunidade de estudo, de trabalho.”



Em 1975, a Dra. Maria de Loreto Bandeira Atual formou-se em Direito pela Universidade Federal do Ceará. Mas, o estágio na Assistência Jurídica aos Necessitados teve início entre 1973 e 1974. Dra. Loreto conta que o seu desejo era tornar-se Advogada de Ofício; mas, lembra que, naquela época, ainda se nomeava por indicação. “Eu não tinha nenhum parente ou conhecido de influência, nenhum padrinho forte que conseguisse minha nomeação”, diz. Não demorou muito e, em 1978, foi aberto o primeiro concurso para Advogado de Ofício. “Fiz o concurso e passei. Como havia a opção em relação ao local de trabalho, se na Capital ou Interior, por ter escolhido, a princípio, Fortaleza, tive que esperar ser chamada”, explica. Sentindo que poderia levar algum tempo para ser nomeada, Dra. Loreto decidiu optar pelo Interior e, em 1983, tomou posse na comarca de Beberibe, onde permaneceu por nove anos. “Foram muitas dificuldades enfrentadas, como a falta de local para trabalhar – atendíamos em um Cartório e não tínhamos sequer uma mesa – e de

material de escritório. Tive que comprar uma prancheta para ter um apoio quando atendia às pessoas”, conta Dra. Loreto, ressaltando que, no entanto, a experiência ali vivida foi muito compensadora. “Foi uma época muito boa. A convivência com as pessoas mais humildes nos permite ter outra visão da vida, vemos como fomos privilegiados com tudo o que temos: oportunidade de estudo, de trabalho”, afirma. Ao retornar a Fortaleza, passou a atuar na 1ª Vara de Delitos de Trânsito. Em seguida, foi para a 4ª Vara de Delitos de Trânsito. Em 1998, com a extinção da 3ª e 4ª varas de trânsito, que foram transformadas em varas de família, Dra. Loreto foi para a 13ª Vara Criminal, ali permanecendo até 2011, quando se aposentou. Embora não tenha atuado diretamente na Associação dos Defensores Públicos do Estado do Ceará - Adpec, ela diz que acompanhou os movimentos, participando de visitas à Assembleia e de manifestações em prol de uma Defensoria mais forte e valorizada. Cita nomes de colegas, entre outros, que muito fizeram pela melhoria da situação da categoria: Dr. Jesus Xavier de Brito, Dr. Francisco Bezerra, Dra. Jacirema Moreira e Dra. Salete Castelo Amoreira.

ANGÉLICA FURTADO DE MENDONÇA

“É preciso saber lidar com os mais necessitados; pois, muitas vezes, eles necessitam de uma boa acolhida para poder falar sobre suas inúmeras dificuldades.”



Graduada em Direito pela Universidade Federal do Ceará, com especialização em Processo Civil da Escola Superior da Magistratura (ESMEC), após aprovação em provas desta entidade. Depois de formada, estagiou durante um ano na 9ª Vara Criminal, em 1972.

Dra. Angélica precisou acompanhar o seu primeiro esposo, que foi eleito, em 1973, prefeito de Piquet Carneiro. Nos quatro anos que passou naquele município, exerceu diversas atividades, dentre elas: representante local do FUNRURAL, assessora jurídica da Prefeitura Municipal, professora e diretora da Escola Municipal pertencente à Campanha Nacional de Escolas da Comunidade (CENEC).

Em 1977, retornou à Fortaleza, quando se preparou para o concurso para advogado de ofício. “Como optei por atuar em Fortaleza, passei quatro anos para ser chamada. Como trabalhava na Secretaria Estadual para Assuntos da Casa Civil, no governo Virgílio Távora, resolvi conversar com o governador sobre a nossa situação – minha e de outros nove colegas. Quando ele já estava afastado do governo, voltei a falar sobre o assunto e, desta vez, o Coronel Virgílio Távora deu sinal positivo para que saísse a nomeação”, afirma Dra. Angélica.

Em 1982, passou a atuar na 8ª Vara Criminal. Dois anos depois, na 10ª Vara Criminal. Tempos depois, passou a trabalhar pela manhã na 10ª Vara e, à tarde, na 23ª e 24ª varas cíveis, respectivamente. Já em 2000, Dra. Angélica passou a trabalhar no setor de Petição Inicial. Logo depois, como titular, junto à 10ª Vara de Família, no Fórum Clóvis Beviláqua, respondendo também pela 11ª Vara de Família pela Parte Ré.

Em 2005, foi promovida ao 2º grau de jurisdição, trabalhando como titular das Turmas Recursais Prof. Dolor Barreira, antigo Tribunal do Povo, nas seis turmas. Depois, ficou como titular de três turmas recursais: 1ª, 4ª e 5ª. “Ali se deu uma grande luta pela valorização do trabalho do Defensor

Público e da Instituição Defensoria Pública, devido às inúmeras dificuldades que enfrentávamos. Inclusive, no que diz respeito às prerrogativas inerentes à Defensoria Pública, tais como: intimação pessoal do Defensor Público e da contagem do prazo em dobro para a sua intimação”, afirma, lembrando que impetrou mandato de segurança contra atos de juízes que insistiam em negar o direito dos assistidos, a fim de serem reconhecidos tais direitos, obtendo ganho de causa.

Outra luta, segundo ela, foi conseguir um lugar adequado para a realização do trabalho dos Defensores. “Tínhamos dificuldades de espaço físico e material para trabalhar. Pouco a pouco, fomos conseguindo um local melhor de trabalho e material. E sempre dizíamos aos colegas que estavam chegando que não baixassem a cabeça e que tivessem consciência que a Defensoria Pública é tão importante quanto as demais áreas do Sistema de Justiça”, observa.

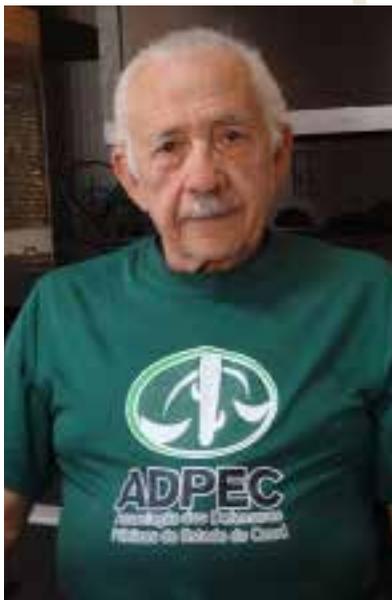
Dra. Angélica diz que não assumiu nenhum cargo na Associação dos Defensores Públicos do Estado do Ceará, mas que participou e apoiou todos os atos em prol da valorização da categoria, bem como dos eventos promovidos pela entidade, como cursos, congressos e seminários. Participou, junto com as colegas Daisy Albuquerque e Doracy Gomes da Silva, de um congresso internacional em Punta Del Este (Uruguai), em 2005, com delegações de todas as Américas.

Embora considerando que o trabalho do Defensor Público é muitas vezes árduo, diz que escolheu a profissão certa, pois teve muitas alegrias durante o tempo de seu trabalho “Faria tudo outra vez”, garante, afirmando que “o Defensor Público não precisa apenas do saber jurídico; tem que vestir a camisa, suar, ter amor à causa, ser muito humilde e vocacionado para lidar diariamente com muitas dificuldades do cargo”. “É preciso saber lidar com os mais necessitados, pois, muitas vezes, eles necessitam de uma boa acolhida para poder falar sobre suas inúmeras dificuldades”.

Desde a aposentadoria, em 2010, Dra. Angélica dedica-se à família. Para finalizar, cita um trecho da carta do apóstolo Paulo, em sua segunda Carta a Timóteo: “Combati o bom combate, terminei a minha corrida, conservei a fé”.

JOSÉ EVANDRO ONOFRE

“A Defensoria Pública foi tudo na minha vida. Deixei de fazer concurso para procurador de INSS, magistratura, porque estava realizado na profissão que abracei.”



Bacharel em Direito (Universidade Federal do Ceará), em Letras e em Filosofia Pura, com duas especializações em Literatura e Ensino Superior, Dr. Evandro Onofre, natural de Juazeiro do Norte, antes de abraçar a carreira de Defensor Público, atuou na política, tendo sido vereador, por sua terra natal, em 1962, quando ainda era estudante universitário. Em 2 de janeiro de 1964, foi nomeado Advogado de Ofício, da comarca de Juazeiro, pelo governador Virgílio Távora. Mas a posse não se deu logo a seguir, por questões políticas.

Em 1967, foi contratado pela Secretaria de Educação para lecionar a disciplina de Português, achando-se hoje aposentado. Em Juazeiro, foi designado como Procurador do INSS, nas execuções das dívidas ativas do órgão previdenciário. Em 1986, já morando em Fortaleza, foi designado pelo então Secretário de Justiça, Ernani Uchoa, para o Instituto Penal Professor Olavo Oliveira (IPPOO). Neste mesmo ano, participou de concurso para o magistério, tendo sido aprovado para lecionar as disciplinas de Direito e Ciências Sociais do Centro de Ciências Humanas (CCH) da UNIFOR. Atuou também no Instituto Penal Paulo Sarasate (IPPS), do qual se afastou para atender redução de Defensores neste estabelecimento penitenciário.

Dr. Evandro também prestou serviços nas varas de Família e Cível. Atuou em seguida nas duas varas existentes do Registro Público e depois na 5ª Vara Criminal. “Daí me estabelecendo, com assistência a todas as delegacias da Capital, em sala reservada à Defensoria Pública na Superintendência da Polícia Civil, prestando, concomitantemente, por algum tempo, serviços de apoio e defesa junto à ex-Corregedoria das polícias Civil e Militar e Corpo de Bombeiros do Estado do Ceará. Atuou ainda nas Varas de Execuções Fiscais (cinco) e das Falências e Concordatas (três), tendo então encerrado a sua carreira na Defensoria Pública, por aposentadoria requerida em 30 de abril de 2007, permanecendo nas Varas até 14 de maio daquele ano. Além das obrigações das funções exercidas, Dr. Evandro diz que participou das Varas do Júri, na Vara Criminal contra crimes da Infância e Juventude e do Juizado de Pequenas Causas. Durante o período que atuou em Juazeiro do Norte, de 2 de março de 1964 a 20 de janeiro de 1986, Dr. Evandro, destaca fatos inusitados que vivenciou como Advogado de Ofício, dentre eles: 1. “Fui procurado para reivindicar, em favor de familiares pobres, direitos hereditários de uma parenta viúva, sem filhos, a qual testou todos os seus bens, ricas propriedades de terra, em torno de cinco, para santos da Igreja Católica Romana. A princípio, vislumbrei que o título era insanável, legal e perfeitamente acabado. De tanto insistirem, meu pai me convenceu de levar avante uma ação anulatória. Por esta razão, refleti melhor e passei a

estudar profundamente o caso, eis senão quando me bateu a ideia de intimar os santos. Aflito, o Pároco da Igreja de São Pedro, de Caririáçu, Pe. Vicente Feitosa, acompanhado de seu tio Pe. Onofre, adentrou meu escritório e tentou demover-me a desistir da ação. Retruquei-lhes que eles não queriam tanto, mas, por ser necessitados, uma única propriedade era-lhes suficiente para minimizar a pobreza e as necessidades. O Pe. Feitosa pediu tempo e, nesse meio tempo, entrou em acordo com os meus constituintes, que lhe vieram propor a desistência do mandato”. 2. “Uma senhora me procurou para acionar o DAER - Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem do Ceará, em face de falecimento de seu marido por ter sido soterrado em obra daquele departamento, por se achar cansada de percorrer atrás de todos os advogados da região e nenhum tenha abraçado para patrocinar a sua causa. Encetada a ação, precatórias foram endereçadas à Comarca de Fortaleza, sem nenhum cumprimento, apesar de ter me dirigido à capital, também sem nenhum êxito, exaurido o limite da paciência. Casualmente, encontrei um funcionário do DAER, que se encontra em Juazeiro. Toquei no assunto para ele, tendo este se comprometido encontrar uma solução, mas de pequena monta. Fomos à casa daquela senhora. Ouvindo o que se tentava resolver, imediatamente ela concordou e o funcionário, muitos dias depois, trouxe a importância de dois mil, dinheiro da época, tendo a mesma recusado. Havia-me fiado na boa fé da mulher, restando-me proceder o depósito na Caixa Econômica

de Juazeiro. O tempo passou e, uma colega Defensora, acompanhando o seu marido que havia sido designado Juiz para uma das Varas da Comarca de Juazeiro, despertou para o caso e encaminhou-o a Fortaleza, mais precisamente para DAER, a fim de constatar a veracidade. Sem meios termos, a mulher rendeu-se à realidade e resolveu receber o que lhe cabia”.

Dr. Evandro, que foi relator da Caixa de Assistência Judiciária (CAJE), conta que rejeitou vários convites, como o de diretor do IPPS e para coordenar os colegas do Cariri. Ele diz ainda que, quando da implantação da Defensoria Pública, por ser o mais antigo Defensor Público, conferia-lhe a Lei o cargo de Defensor Geral, mas que, “deixou escoar pelo ralo tal oportunidade”, sem buscá-la. “O secretário de Justiça, Dr. Tavares, elegeu o critério do mais antigo funcionário público e não do Defensor Público mais antigo”, ressalta. Ele destaca a iniciativa da Adpec de ouvir e registrar a história dos Defensores Públicos. “É propósito ressaltar, de antemão, a feliz e louvável iniciativa da atual presidente da Adpec, Sandra Moura de Sá, de promover ad perpetuum rei memoriam a biografia dos Defensores Públicos a partir dos aposentados, perenizando-a antes que a poeira do tempo varra, inexoravelmente, as suas prestimosas memórias”.

Ao finalizar, Dr. Evandro afirma: “a Defensoria Pública foi tudo na minha vida. Deixei de fazer concurso para procurador de INSS, magistratura, porque estava realizado na profissão que abracei”.

LÊDA CÉLIA BARROCAS FACÓ

“Nunca quis outra profissão. Desde que iniciei como estagiária na CAJE, já sabia o que queria ser.”



Formada em Direito e Pedagogia pela Universidade Federal do Ceará, Dra. Lêda interessou-se pela carreira de Advogado de Ofício quando começou a estagiar, ainda estudante universitária, na Caixa de Assistência Jurídica do Estado do Ceará (CAJE). “Via o trabalho dos advogados de ofício e sentia que era o que eu queria fazer. Atender às pessoas, poder ajudar os mais necessitados. Era a atividade que queria abraçar como profissional”, conta, acrescentando que “não sabia como conseguir este trabalho, que era um cargo que dependia de nomeação política, e eu não conhecia ninguém que tivesse qualquer influência nesse meio”.

“Um belo dia, quando lecionava Direito e Legislação no Colégio Justiniano de Serpa, encontrei o Dr. Bezerra, que à época já era Advogado de Ofício. Sabendo do meu grande interesse em ser Advogada de Ofício, ele me avisou que seria realizado o primeiro concurso e que eu me preparasse para fazê-lo”, ressalta.

Em 1979, conciliando as funções de professora e dona de casa – “tinha marido e três filhos pequenos para cuidar”, diz,

Dra. Lêda varava a madrugada estudando. Passou, sendo nomeada em 1981. “Fui para a 3ª. Entrância em Nova Russas. Quando cheguei, o juiz me perguntou se eu havia sido nomeada e eu disse que não, que era concursada – com muito orgulho. Embora gostasse do trabalho, foi um período difícil, pois, não me sobrava muito tempo para a família”, diz.

Dra. Lêda lembra que, como há dez anos não atuava como advogada, teve que criar um mecanismo de trabalho. “Fiz fotocópia de todos os processos referentes a divórcio, pensão alimentícia, etc., além de ler muitos livros sobre o assunto, e fui aprendendo como se fazia”, conta.

Naquele município, Dra. Lêda trabalhou por um ano. Após oficializar à Secretaria de Justiça, solicitando transferência para a Capital ou cidade mais próxima, ela foi para Cascavel. “O secretário da época era um amigo meu e me disse que o local mais próximo de Fortaleza era Cascavel. Aceitei na hora”, lembra.

Em Cascavel, Dra. Lêda trabalhou durante dez anos. Apesar das dificuldades enfrentadas, ela diz que foi muito bem acolhida na cidade, além do fato de estar realizando um trabalho que sempre quis fazer. “Tinha que comprar todo o material de trabalho. Comprei uma máquina de escrever portátil e levava para as audiências”.

Dra. Lêda lembra a sua rotina de trabalho ao longo desses dez anos: de segunda a quinta-feira trabalhava em Cascavel e quinta-feira à noite, sexta-feira e, às vezes, no sábado, dava aulas no Justiniano de Serpa, onde foi professora por 25 anos.

Em 1992, Dra. Lêda foi transferida para Fortaleza. “Na época, estavam criando os cartórios. Eu trabalhava em quatro cartórios que ficavam na Rua Barão do Rio Branco, no Centro”, conta. Dois anos depois, quando foram criadas as Varas, Dra. Lêda passou a atuar, pela manhã, na 15ª Vara de Família e, à tarde, na 3ª Vara de Família. “Como não conseguimos o aumento salarial, o governo concedeu um abono para quem trabalhava dois expedientes”, diz. Em seguida, Dra. Lêda passou a trabalhar na Curadoria de Ausentes, no Fórum Clóvis Beviláqua.

Dra. Lêda lembra os desafios enfrentados em prol da valorização da Defensoria Pública. “A luta foi grande, ferrenha. Lembro que a Jacirema, a Benedita e eu, junto com outras colegas, íamos sempre para a Assembleia Legislativa, visitando os gabinetes dos deputados em busca de apoio. Era uma briga grande. Éramos poucos, mas isso não importava. Tínhamos que pressionar os deputados. Lembro que houve momentos em que ficamos em pé o dia inteiro”, diz.

Aos risos, relembra um episódio, ocorrido na Assembleia:

“A Jacirema recebeu o papel contendo a lei que estava melhorando um pouco a situação dos Defensores. Como não era do jeito que a gente esperava, ela ficou com tanta raiva, tão desgostosa, que, na mesma hora, amassou o papel e jogou no chão. A Benedita ficou desesperada e dizia: “Não podemos fazer isso. Tenha calma”.

“Acredito que, de alguma forma, contribuímos, com a nossa garra, para que a Defensoria Pública esteja bem melhor hoje. Claro que muito ainda precisa ser feito. Mas, demos passos importantes”, considera.

Dra. Lêda fez parte da diretoria da Adpec, tendo sido 2ª Secretária na gestão da presidente Dra. Andrea Alves Coelho, como também foi membro do Conselho Superior da Defensoria Pública na gestão do Dr. Luciano Hortêncio.

Em 2010, passou a atuar no Tribunal de Justiça, exercendo suas funções na 1ª Câmara Cível. “Em dezembro de 2011, me aposentei”, afirma.

Sobre ser Defensora Pública, enfatiza: “Nunca quis outra profissão. Desde que iniciei como estagiária na CAJE, já sabia o que queria ser. Passamos, claro, por momentos difíceis, mas o fato de poder fazer algo por aquelas pessoas, cheias de problemas, com tantas necessidades, compensa tudo. Me realizei e faria tudo outra vez”, assegura.

FRANCISCO BEZERRA DE OLIVEIRA

“(…) em contato constante com os conflitos humanos, vivi, de certo modo com os colegas, cotidianamente, as mesmas emoções, encantamentos, preocupações, decepções e angústias em busca da Justiça.”



Formado em Direito pela Universidade Federal do Ceará-UFC, em 1962, Dr. Francisco Bezerra ingressou na faculdade para realizar o desejo do seu pai, Raimundo Luiz de Oliveira, ex-tabelião de Várzea Alegre, que sonhava em ser advogado e que transferiu o sonho para o filho.

Aos 18 anos, ingressou no serviço público, no Instituto de Previdência do Município de Fortaleza-IPM, como amanuense até passar a exercer a função de chefe de serviços gerais.

Antes de ser nomeado Advogado de Ofício, em 1966, Dr. Bezerra foi oficial de administração do departamento dos Correios e Telégrafos. Em 1970, foi aprovado em concurso público para o cargo de professor da rede estadual de ensino, permanecendo até 2005, mesmo ano em que se aposentou das funções de Defensor Público.

“Na época em que fui nomeado, existiam apenas 11 Advogados de Ofício atuando na Capital e oito no Interior (três em Sobral, três no Crato e dois em Juazeiro)”, afirma.

Dr. Bezerra participou das diversas ações em defesa da valorização da Defensoria Pública, tendo integrado as comissões formadas para conversar com o governo sobre os pleitos da categoria.

Ele esteve, como Defensor Público, à disposição de dois órgãos: Procuradoria Geral do DNOCS (Departamento Nacional de Obras Contra as Secas), durante quatro anos, e Procuradoria Geral do Estado (PGE), onde, ao longo de 29 anos e seis meses, foi membro da Comissão Processante no setor da

PROPAD (Procuradoria de Processo Administrativo Disciplinar). “Uma missão muito árdua e espinhosa”, garante.

Quando atuava na PGE, Dr. Bezerra foi convidado pelo então secretário de Justiça do Estado, José Nilton, para preparar um anteprojeto para a criação da Coordenadoria de Assistência Judiciária do Estado (CAJE). “Com a colaboração do Dr. Jesus Xavier de Brito (também Advogado de Ofício), foi elaborada a mensagem do Projeto de Lei, depois transformado em Lei, que criou a CAJE”, conta Dr. Bezerra.

Em 1986, Dr. Bezerra recebeu o convite de colegas para se candidatar à presidência da Associação dos Advogados de Ofícios – hoje Associação dos Defensores Públicos do Estado do Ceará (Adpec) –, tendo sido eleito no dia 13 de março de 1987, para o biênio 87/88. Mais à frente, foi presidente do Conselho Fiscal da Adpec.

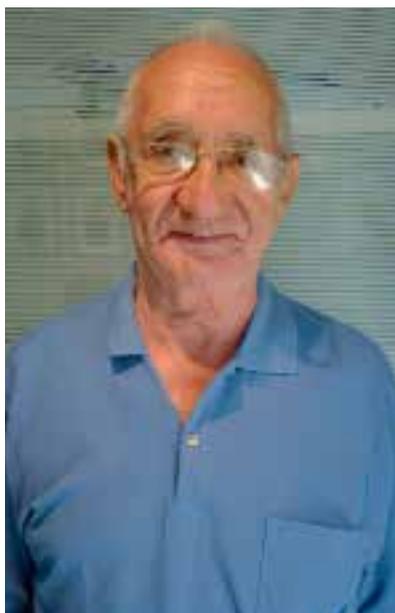
Durante a sua gestão, além de lutar em defesa dos pleitos da categoria, Dr. Francisco Bezerra melhorou a estrutura física da entidade, adquirindo bens para o funcionamento da Associação. “Na época, só tínhamos o livro de atas”, ressalta.

Dr. Bezerra contabiliza ainda três eleições consecutivas como Conselheiro da Ordem dos Advogados do Brasil – seção Ceará.

Aposentado em 2005 das funções de Defensor Público, Dr. Francisco Bezerra, que diz ter o sentimento de missão cumprida, define a importância desta atividade em sua vida: “me permitiu participar de uma comunhão de vida, pois, em contato constante com os conflitos humanos, vivi, de certo modo com os colegas, cotidianamente, as mesmas emoções, encantamentos, preocupações, decepções e angústias em busca da Justiça”.

FRANCISCO FONTENELE

“Se eu tivesse escolhido outra profissão, com certeza, teria me arrependido. Há coisas que parecem ter sido traçadas, sem que a gente saiba”,



Formado pela Universidade Federal do Ceará, Dr. Francisco Fontenele entrou na faculdade de Direito quase que por uma imposição da vida. Seu desejo, inicialmente, era atuar em área técnica. Escolheu o curso de Engenharia Civil, passando no vestibular da UFC. Àquela época, era funcionário concursado da Secretaria de Agricultura e trabalhando os dois expedientes. Não conseguindo conciliar o estudo com o trabalho, teve que abandonar a faculdade.

Mas, ele queria ter um diploma universitário. Optou por Direito por ser o um curso que poderia ser feito à noite. Passou no vestibular, em 1969, trancou a matrícula, entrando na universidade apenas em 1971. Quando concluiu o curso, em 1974, atuou como advogado, dividindo escritório com um amigo.

Mas foi como Advogado de Ofício, e posteriormente Defensor Público, que ele descobriu que havia escolhido a profissão certa. Aquela que traria a satisfação de estar realizando um trabalho que o engrandeceria como pessoal e profissional. “É sempre gratificante poder fazer um trabalho que beneficia aos menos favorecidos”, diz, acrescentando que, “se eu tivesse escolhido outra profissão, com certeza, teria me arrependido. Há coisas que parecem ter sido traçadas, sem que a gente saiba”, considera.

Dr. Fontenele foi aprovado em concurso público para Advogado de Ofício em 1978, mas não tomou posse junto com a turma porque dependia da sua exoneração da Secretaria de Agricultura. No dia 15 de maio de 1979, assumiu o cargo na comarca de Granja.

“Quando assumi, fazia uns cinco anos que a comarca não tinha juiz, o que gerou um acúmulo de processos. Cheguei em maio e fiquei até agosto sem juiz e sem promotor. Quando o juiz assumiu, fomos analisar os processos. O atraso era tão grande que até ‘121’ havia prescrito”, diz Dr. Fontenele, explicando que a comarca de Granja, que abrangia ainda os municípios de Martinópolis e Uruoca, era uma região difícil porque havia uma incidência de crimes muito grande. Para colocar os processos em dia, trabalhava de forma incessante de segunda a sexta-feira e nos fins de semana, quando voltava para Fortaleza, levava uma mala de processos para analisar. “Em novembro, a comarca já estava, praticamente, em dia. Realizamos até 18 sessões de júri”, afirma.

A falta de estrutura do local era, segundo o Dr. Fontenele, um dos motivos das dificuldades para a realização do trabalho como pretendia. “Não tínhamos uma sala, o material de escritório era comprado por nós mesmos”, explica.

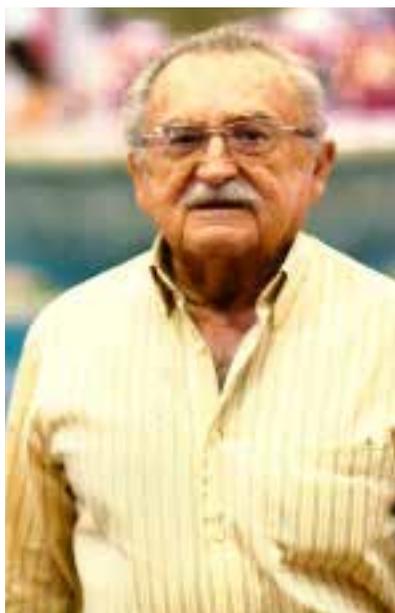
Dr. Fontenele atuou durante 15 anos naquela comarca, em áreas como cível, crime, família e registro público. Deixou o cargo em 1992 quando se aposentou.

“Com a criação das secretarias no Fórum Clóvis Beviláqua, recebi o convite do juiz Mauro Ibiapina Lima, que atuou em Granja, para ser diretor da 25ª Vara Cível, onde trabalhei por três anos”, conta.

Embora não tenha participado de nenhum cargo eletivo da Associação dos Defensores Públicos, Dr. Fontenele sempre apoiou a luta da categoria ao longo dos 15 anos de sua atuação e, mesmo agora, já aposentado, continua atento aos passos das novas gerações de Defensores e seus movimentos em prol de uma Defensoria Pública mais forte.

RAIMUNDO BRANDÃO

“Particpei das diversas atividades da Defensoria (...). Como tinha uma atuação política e mantinha boas relações com alguns deputados, pedia o apoio destes nas reivindicações da Defensoria Pública e intermediava os contatos dos colegas com os parlamentares.”



Natural de Carauabas, no Rio Grande do Norte, Dr. Raimundo Brandão veio com a família para Fortaleza com 15 anos de idade. Formou-se em Direito pela Universidade Federal do Ceará, em 1966. À época, exercia o mandato de vereador em Fortaleza.

Atuou como advogado até 1978, quando foi aprovado no concurso para Defensor Público. No mesmo ano, foi inaugurado o Instituto Penal Professor Olavo Oliveira-IPPOO para onde foi nomeado. Ele lembra que, quando assumiu, o presídio abrigava 29 detentos. “Não durou muito, e o presídio começou a receber muitos presos”, diz. Ao longo dos 11 anos em que trabalhou no local, presenciou aquela unidade prisional dar os primeiros passos para a superlotação de abrigados.

Ao deixar o IPPOO, passou atuar nas varas criminais. “Mesmo estando no Olavo Oliveira, sempre fazia júri. Creio que poucos fizeram tanto júri como eu. Isso porque eu era apaixonado pelo tribunal do júri. Fazia tanto em Fortaleza, como no interior do Estado”.

Enquanto atuava como Defensor Público, Dr. Brandão mantinha outra paixão que era a política. Em 1982, candidatou-se a deputado estadual, pelo PDT – foi o fundador da legenda no Ceará. Não obteve vitória, mas permaneceu como membro da diretoria do partido. “Fundei o PDT em mais de 30 municípios cearenses”, recorda.

Em 1991, Dr. Brandão passou a atuar como titular da Coordenadoria do Sistema Penal-Cosipe. Permaneceu no cargo até 1994, quando ocorreu a rebelião e sequestro no Instituto Penal Paulo Sarasate-IPPS. Eram 9 horas, do dia 15 de março daquele ano. Dr. Brandão acompanhava Dom Aloísio Lorscheider, então cardeal arcebispo de Fortaleza, durante uma visita pastoral ao presídio, quando 14 presos se rebelaram e fizeram refém 13 pessoas, inclusive ele e o cardeal. “Foram momentos de muita tensão”, conta Dr. Brandão, que foi

imobilizado com uma faca no pescoço. “Na hora, eu perdi a cabeça, me agarrei com o preso, lutei com ele”, conta.

Os reféns ficaram em poder dos detentos por 20 horas. Os presos saíram do IPPS por volta de 22 horas, em um furgão, levando os 13 reféns, e só foram libertados às 6 horas da manhã do dia seguinte. Mais tarde, Dr. Brandão relatou todo o trauma vivido no seu livro: O pastor e os 12 reféns.

O episódio provocou o licenciamento do então secretário de Justiça, Antônio Tavares. Dr. Brandão assumiu interinamente a Pasta, atuando por quatro meses. Ele conta que ao nomear o novo secretário, Dr. Édson Pinheiro, o então governador Ciro Gomes fez referência a seu nome que lhe encheu de orgulho. “Ele disse: ‘Dr. Édson, o senhor não entende nada desta secretária, que é a mais difícil por lidar com o pior material humano. Mas, deixe tudo com este velho aqui (me puxando pelo braço), que ele conhece tudo desta área e resolve qualquer problema! Na hora, eu chorei’”, ressalta, acrescentando que passou a atuar como subsecretário de Justiça.

Dr. Brandão continuou como subsecretário na gestão de Paulo Duarte. Com a saída deste para a Assembleia Legislativa, assumiu, mais uma vez a secretaria, por três meses. Após este período, em 1998, requereu aposentadoria.

Ele lembra que, mesmo com as atividades na secretaria de Justiça, sempre atuou junto aos colegas Defensores Públicos em prol dos pleitos da categoria. “Particpei das diversas atividades da Defensoria, como reuniões, manifestações e, sobretudo, das mobilizações junto aos deputados. Como tinha uma atuação política e mantinha boas relações com alguns deputados, pedia o apoio destes nas reivindicações da Defensoria Pública e intermediava os contatos dos colegas com os parlamentares”, ressalta, acrescentando que sempre votou nas eleições da Adpec.

Além do livro sobre o episódio do IPPS, Dr. Brandão escreveu outro que relata os 15 anos vividos no Rio Grande do Norte, intitulado “A viagem da saudade”. Um terceiro livro já está sendo produzido.

FRANCISCO HÉLIO GOMES FERREIRA

“Sempre briguei pelos pobres. Onde precisasse de um advogado de ofício, eu estava lá.”

Dr. Francisco Hélio Gomes Ferreira constrói a verdade funda de suas ações no seu bom caráter. Aos 66 anos, o defensor público aposentado tem a noção exata dos caminhos que percorreu não só no Direito, mas em toda uma trajetória que se faz notável, sobretudo, pelo seu espírito de perseverança. Ao ser convidado a participar da seção “Minha História, Nossa Luta”, o defensor revive lembranças centradas na gratidão, solidariedade e defesa dos menos favorecidos. E pelo seu olhar ainda adolescente, dá sinais de que sua biografia só está na metade.



Para lembrar seus rastros, começamos por Missão Velha, sua terra natal. Filho de um comerciante e de uma dona de casa, logo cedo começou a dar sua contribuição, ajudando no bar e na alfaiataria da família. Em 1964, deixou a casa onde vivia com os pais e 10 irmãos, e seguiu ainda menino para morar com parentes em Fortaleza, a fim de estudar. Pouco tempo depois, já garantia para si certa independência ao passar a morar em uma República de estudantes. E mesmo tendo simpatia pela área de Economia, acabou enveredando pelo Direito.

Durante o curso na Universidade Federal do Ceará, sentiu a importância da profissão de defensor público, então denominada advogado de ofício, ao estagiar no Fórum da capital. “Achava bonito aquele atendimento aos pobres. Um dia, disse: Quando me formar, vou ser advogado de ofício”. Mas até que esse sonho de fato se concretizasse, a caminhada foi longa.

Ainda na faculdade, começou a trabalhar na Companhia Docas do Ceará, inicialmente como auxiliar de escritório e, em

seguida, como conferente. De lá, ascendeu profissionalmente, ocupando cargo importante na Empresa Nestlé – época em que se formou, em 1976. Posteriormente, casou com sua esposa, Maria Rios. Mas foi durante sua passagem profissional pelo Supermercado Jumbo, hoje Pão de Açúcar, que decidiu resgatar seu desejo de seguir a profissão. “Me sentia constrangido por não atuar na área para a qual eu havia me formado. Foi quando surgiu o primeiro concurso para advogado de ofício. Me inscrevi e passei”. E recorda com os olhos marejados do gerente que colaborou para que ele pudesse fazer a prova. “Era como um pai. Por ser dia de inventário no Jumbo, só pude sair porque ele alegou que minha mulher ia dar à luz ao meu primeiro filho, embora ela só estivesse no 5º mês de gestação”.

Assim, Hélio Gomes deu início a uma carreira que o orgulha e que inspirou três de seus quatro filhos. “Tenho um filho juiz, um procurador do Estado, uma filha terminando Direito e outra formada em pedagogia”, comemora. Em sua trajetória profissional, Hélio também foi diretor do Instituto Penal Paulo Sarasate, presidente da Associação dos Advogados Criminalistas do Estado do Ceará, e coordenador adjunto do Escritório Modelo Professor Alcântara Nogueira, na Faculdade de Direito da UFC. Tudo isso sempre com a mesma inspiração e dignidade que permitiram a ele não se desencorajar quando, no início da carreira, teve que atender, por vezes, aos cidadãos em plena praça, no interior do Estado, ou quando precisou tantas vezes bater de frente com autoridades para fazer valer o direito do cidadão carente. “Sempre briguei pelos pobres. Onde precisasse de um advogado de ofício, eu estava lá”, diz ele, com a autoridade genuína de quem sabe que está com o dever cumprido.

ANTÔNIA ROSÉLIA MOREIRA GÓIS

“Certo dia, uma moça grávida foi procurar ajuda e pediu para que eu adotasse o bebê dela. Eu não tinha filhos e aceitei. Adotei minha amada filha Audíria. Hoje sou avó de dois netos.”



Antônia Rosélia Moreira Góis, 79 anos, desde muito jovem sabia que queria fazer Direito. No recorte de suas lembranças, não faltam situações em que ela, mesmo na infância, via-se às voltas em defesa do que considerava justo. E por mais que sua memória nem sempre seja precisa, a lucidez e a propriedade com que fala sobre o amor à profissão revela um traço fascinante que Zelita, como é conhecida, carrega consigo: a solidariedade.

Com um caráter erguido sobre ideais de compaixão e no qual predomina um inspirador traço de perseverança, Rosélia é, por assim dizer, uma sobrevivente. Filha de um funcionário público e de uma dona de casa, perdeu a mãe aos 10 anos de idade e, aos 17, contraiu tuberculose nos dois pulmões. “Foi uma época muito difícil. Todos me achavam fraquinha”, diz. Reclusa por oito anos para tratamento, Zelita transpôs o período de sofrimento e voltou aos estudos, assim que se recuperou época em que se mudou de Acopiara, sua terra natal, para morar na capital cearense.

Após concluir seus estudos na Escola Normal, foi aprovada no curso de Direito da Universidade Federal do Ceará e, assim que se graduou, começou a advogar. Do escritório situado no Edifício Santa Lúcia, no centro da cidade, mudou-se novamente para Acopiara, onde foi aprovada no concurso para tabeliã do cartório local, mas não quis assumir. Tempos

depois, passou no concurso público para advogado de ofício em Sobral. Mas antes disso, casou-se. “Ele era fotógrafo e mais novo que eu. Como era muito namorador, não aguentei a barra e separei”, conta com irreverência. Só depois casou-se com seu companheiro de décadas, o Sr. Antônio, que era seu primo, - “e 14 anos mais novo que eu” - já tendo partido para o andar de cima.

Nas memórias de Sobral, Zelita destaca duas passagens. Uma delas foi o apoio que sempre recebeu do jurista sobralense José Euclides Ferreira Gomes, pai do governador Cid Gomes. A outra passagem é o que ela própria define como o maior presente que recebeu. “Certo dia, uma moça grávida foi procurar ajuda e pediu para que eu adotasse o bebê dela. Eu não tinha filhos e aceitei. Adotei minha amada filha Audíria. Hoje sou avó de dois netos”, conta.

De volta à Fortaleza depois de anos em Sobral, Rosélia dedicou décadas de trabalho à Defensoria Pública da capital, atuando na área de petições. “Era conhecida como a doutora dos pobres”, diz ela, com a perspectiva de quem sempre trabalhou pelo social. Zelita aproveitou a aposentadoria para viajar e reviver lembranças. Olhando álbuns de fotografia, mostra fotos dos seis irmãos, entre eles o deputado Dr. Sarto e o vereador Elpídio Nogueira. E manda um recado para quem se inicia na profissão: “Não é fácil. Tem que ter paixão”. Atualmente, as marcas do tempo lhe trouxeram o mal de Alzheimer, que a deixou com muitas limitações. “A memória já não é a mesma”, afirma.

HELIADY SALES DE OLIVEIRA (IN MEMORIAN)

“Peço a Deus que sempre me dê forças para ajudar aos necessitados.”



Uma lição de vida. Essa é a conclusão que se chega após uma conversa com o Dr. Heliady Sales de Oliveira. Despachado, emotivo, confiante, questionador, ele detém características que se complementam e que o tornam um sujeito singular, um ser humano admirável. Alguém que, por trás da expressão serena, possui um interior profundo, construído a partir de muita superação. Um grande homem que preserve com felicidade o amor à família, aos amigos e ao próximo.

Embora tenha nascido em Fortaleza, parte importante da história de Heliady está no Baixo Jaguaribe, num lugarejo chamado Rancho do Povo, em Itaiçaba. Foi lá que nasceram seus pais, um servidor do Estado e uma dona de casa. “Minha relação com eles sempre foi muito pacífica. Meus pais lutavam com dificuldade, mas sempre fizeram tudo para os seus 11 filhos”, destaca. Foi então que ao concluir o terceiro ano científico, mudou-se para a casa de um irmão, em São Paulo, a fim de tentar admissão no curso de engenharia.

Ao contar essa etapa de sua trajetória, Heliady percorre a sala com os olhos e procura sintetizar as emoções. “Acabei não tendo o apoio necessário do meu irmão”. E embora ainda não tivesse sido admitido na universidade, começou a trabalhar e a se estabelecer na terra da garoa. Até que despertou para uma dura realidade. “Certo dia, quando atravessava uma

rua, fui atropelado por um ônibus. Passei 4 meses hospitalizado. Sofri muito, sem família, sozinho, pois todos estavam no Ceará. Mas não me desesperei. Superei tudo isso”, ressalta.

Já de volta à Fortaleza, tentou vestibular para economia, mas acabou sendo admitido em Direito. “Ainda hoje estou satisfeito com esse rumo que minha vida tomou”. Durante o período da faculdade, em uma festinha no bairro em que morava, Rodolfo Teófilo, conheceu a esposa Maria Erivanda, e casou-se em 1969. Do amor dos dois, nasceu o filho Daniel, de quem fala com orgulho. “Meu filho é Major do Exército. Um grande homem”, diz.

Antes de tornar-se defensor público, então advogado de ofício, Heliady advogou por anos. A decisão de tornar-se “advogado de ofício” deu-se por conta de um estágio na área de assistência judiciária aos necessitados, ainda na faculdade. Em sua carreira, constam passagens pela 2ª Vara Criminal de Fortaleza, pelo Instituto Penal Olavo Oliveira e pelo 9º Juizado Especial Cível, além do Instituto Penal Paulo Sarasate. E mesmo com alguns problemas de saúde, que certamente irá superar, defende com unhas e dentes os pleitos da causa do defensor público e dedica sua vida, junto de sua esposa, a ajudar a quem necessita. “Isso tem me fortalecido muito. Peço a Deus que sempre me dê forças para ajudar aos necessitados”, diz, com o altruísmo comum a quem é verdadeiramente especial.

RUTH RODRIGUES DE LIMA

“Sou realizada tanto na vida profissional quanto na pessoal. Ainda hoje, recebo ligações com pedidos de orientação. Não fui esquecida.”



Anos de trabalho como defensora pública e a frente de cargos importantes no executivo não foram suficientes para Dra. Ruth Rodrigues de Lima. Ainda hoje, ela preserva a vivacidade que a impulsiona a assumir extenuantes responsabilidades profissionais, transformadas por ela em combustível para a realização de um objetivo maior: dar sua contribuição à sociedade. Em sua concorrida rotina na Assembleia Legislativa do Ceará, onde atua como assessora jurídica do Departamento de Recursos Humanos, Ruth reservou um tempo para o “Minha História, Nossa Luta”, e lembrou momentos que simbolizam não só a trajetória de uma grande profissional, mas as conquistas de toda uma classe.

É em meio a dezenas de documentos e demandas que Ruth fala com desenvoltura sobre sua história, ao mesmo tempo em que evidencia alguns traços de sua personalidade. As pulseiras, os anéis, ou mesmo os cabelos bem arrumados e a roupa elegante, denunciam a preocupação pelos detalhes. Mas a recusa ao pedido de uma colega para que retocasse a maquiagem, aponta a praticidade de sua natureza. Tanto é assim que, mesmo tendo feito o curso normal e iniciado a faculdade de Pedagogia na Universidade Estadual do Ceará, não titubeou em abandonar o que sempre havia sido sua primeira opção para se aventurar no Direito. “Fui aprovada em Pedagogia na UECE e em Direito na UFC (Universidade Federal do Ceará). No segundo semestre, já não tinha dúvidas e me decidi pela minha profissão”, conta.

Antes de iniciar a faculdade, Ruth já havia casado. Ao se formar, pensou: “o que vou fazer agora?” O questionamento nada mais era que uma grande vontade de fazer diferença na profissão. E ela fez. De início, começou a advogar – embora já

tivesse grande experiência na área administrativa, já que era servidora pública do Estado desde antes do curso de Direito. Seu primeiro trabalho como “advogada de ofício” foi no Instituto Psiquiátrico Governador Stenio Gomes. “Foi uma época dolorosa. É muito difícil trabalhar com presos e portadores de doenças mentais”. Em seguida, atuou na Assistência Judiciária do Estado. Logo após, foi convidada a assumir o cargo de diretora do departamento pessoal da administração direta na Secretaria de Administração, posteriormente sendo direcionada à assessoria jurídica, onde acompanhava de perto todos os projetos de lei que tivessem relação com os defensores.

Entre tantas lutas pela categoria, ela destaca seu empenho pela criação da Defensoria Pública, após a promulgação da Constituição de 1988. E mesmo ao se aposentar depois de anos de atuação no executivo estadual, continua há 18 anos suas atividades na Assembleia Legislativa, onde novamente acompanha de perto tudo o que envolve a classe dos defensores. “Sou realizada tanto na vida profissional quanto na pessoal. Ainda hoje recebo ligações com pedidos de orientação. Não fui esquecida”, diz ela, que possui três filhos. “Uma pedagoga, um economista e outro formado em Direito, mas que atua no magistério”; destaca orgulhosa. O interesse pelos estudos levou Ruth, inclusive, a se especializar em psicopedagogia.

E mesmo tendo atuado em tantos cargos importantes ao longo de sua carreira, é na simplicidade que ela, uma vencedora nascida em Icó, no interior do Estado, resume a importância do seu trabalho. “Nos meus primeiros anos como advogada de ofício, consegui o divórcio de uma senhora muito humilde. O marido estava ausente, mas eu convenci o juiz. Ela ficou muito agradecida e, na sua simplicidade, me presenteou com umas tangerinas muito bonitas. Eu fiquei muito comovida com aquela ação. É uma missão muito honrosa ajudar aos necessitados”, conclui.

JOSÉ ERNALDO RODRIGUES DA SILVA

“É gratificante lutar pelos mais necessitados.”

José Ernaldo Rodrigues da Silva fala com a perspectiva de quem alcançou seus objetivos. O discurso sem freios aponta a eloquência de um grande orador, já a riqueza das informações sobre sua trajetória denota a lucidez de quem transpôs décadas com a mesma vivacidade e motivação da juventude. A esta combinação, somam-se sua expressão amigável e seu cativante sorriso que, imediatamente, nos remete à lembrança de um tio querido, de um amigo.

Pelo recorte de suas memórias, é fácil compreender quem é o Dr. Ernaldo. Natural de Aurora, interior do Estado, desde cedo ele e os nove irmãos compreenderam a importância da disciplina. Filho de um construtor e de uma dona de casa, Ernaldo iniciou sua vida estudantil no seminário, de onde, como ele mesmo diz, tirou a ênfase de valorizar os estudos. “Mas não tinha vocação para ser padre”, declara, bem-humorado, e com um olhar apaixonado para a esposa, dona Marcleide.

Com a mudança da família para Fortaleza, seguiu seus estudos no Liceu do Ceará. E antes mesmo de entrar na faculdade de Direito, foi aprovado no concurso para agente administrativo no Departamento Estadual de Trânsito (Detran). Ao concluir o curso universitário, iniciou uma rápida parceria com um amigo, em um escritório de advocacia. Mas ao perceber que o cenário local não estava favorável, não titubeou em buscar novas oportunidades.

“Decidi fazer uma viagem, sem destino, mesmo contra a vontade de minha família. Cheguei à rodoviária e perguntei ao motorista do primeiro ônibus que vi: Para onde vai este ônibus?”, lembra. E seguiu para Tabuleiro do Norte, onde construiu uma brilhante carreira como assessor jurídico no Executivo e em outros órgãos de esferas multilaterais. “Foi o tempo em que conheci essa bela mulher”, diz, apontando novamente para a esposa.

De lá para cá, Ernaldo continuou a construir com muita dignidade uma história que enche de orgulho dona Marcleide e os quatro filhos. Um deles, o Júnior, bacharel em Direito, acompanhou toda a entrevista ao lado dos pais. Além do município de Tabuleiro, Ernaldo trabalhou em Russas, como assessor jurídico de órgãos entre os quais a Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado do Ceará (Fetraece). E já concursado como defensor público, então advogado de ofício, atuou em Iguatu e Quixelô. “É gratificante lutar pelos mais necessitados”, declara ele, ainda hoje lembrado por todas as comunidades pelas quais passou. Após décadas atuando em favor dos pobres no interior do Estado, solicitou transferência para a Capital cearense, onde se aposentou.

Dr. Ernaldo exerceu suas atividades como Defensor Público na Capital por tempo inferior a um ano, pois sua labuta jurídica teve início e expansão na cidade de Iguatu, comarca esta dotada para três defensores, mas o digno causídico, na maioria das vezes, esteve à frente dos necessitados sozinho a desempenhar seus trabalhos na 1ª, 2ª varas e Juizado Especial. “Mesmo

ladeado de atribuições jurídicas em prol dos necessitados, sempre fui bem compreendido pelos juizes, promotores e

serventuários da justiça daquela circunscrição judiciária. Dada a falta de aparelhamentos e materiais necessários, nos finais de semanas, através de “cargas” em livros competentes, conduzia processos criminais até minha residência para providenciar defesas processuais e algo mais atinentes à clientela”.

Continua ele dizendo que, ao chegar a Capital cearense, trabalhou junto à 12ª vara de família, e pode ver um horizonte diferenciado daquele que sempre presenciou no interior. “Tive também o prazer de logo passar a conhecer as novas instalações das instituições, quer da Defensoria, quer da Associação, e assim me entrosar com os colegas. Sentia-me como membro de uma família fraterna”, diz, destacando os momentos festivos realizados pela Adpec.

Quando cheguei para entrevistar o Dr. Ernaldo, ele estava propositalmente elegante, na expectativa da entrevista para o “Minha História, Nossa Luta”. Durante a conversa, soube que, ainda hoje, exerce sua profissão de advogado, sem dar o menor sinal de cansaço. Ao vê-lo tão seguro de si e orgulhoso de sua conduta como profissional, como marido e como pai, fico eu mesmo com orgulho de tê-lo conhecido e parafraseio o Rei Roberto Carlos. “É preciso saber viver”.



ANTÔNIO CAETANO OSTERNO RIOS

“Meu pai sempre dizia: ‘Ninguém segura na minha munheca’. Todas as nossas atitudes têm que estar amparadas pela seriedade e honestidade.”



Antônio Caetano Osterno Rios tem características que indicam ser ele um líder. Seja pela serenidade com que relata episódios de sua vida ou pela postura em momentos de tensão por conta da profissão, ele demonstra que traz dentro de si a coragem e a doçura inerentes àqueles a quem é fácil admirar. Sem demonstrar ansiedade ou hesitação, Caetano discorre sobre qualquer tema com extrema naturalidade. Tampouco sente necessidade de se ater a detalhes que possam o amargurar. Para o Dr. Caetano, na vida, a prova dos nove é ser feliz.

Caetano representa uma época em que, a partir dos anos 1960, intensificaram-se projetos culturais em continuação à década anterior. Esta marcada por uma crise no moralismo rígido da sociedade. Com hábitos esportivos e boêmios, tudo ao mesmo tempo, Caetano era figura conhecida nas rodas dos diversos clubes da moda existentes na capital. Lá, curtia a juventude praticando esportes e circulando pelas grandes festas, ao som da Jovem Guarda e do Rock in Roll.

Filho de comerciantes bem-sucedidos, Caetano nasceu em Granja, interior do Ceará, mas por conta da profissão do pai, que tinha lojas em outras localidades, morou em Marco e Camocim junto com os três irmãos. Ressalte-se que a ordem dos fatos nem sempre está na cronologia correta, pois Caetano resume os acontecimentos em uma conversa tão informal quanto sua natureza espontânea. Mas o fato é que herdou dos pais o gosto pela diversão e, sobretudo, pelo trabalho.

Tanto é assim que, aos 18 anos, ocupou o cargo de agente administrativo na Secretaria de Justiça do Estado, tendo recebido a nomeação do próprio governador Pascoal Barroso. “Era assim que acontecia naquela época”, diz, aos risos. De lá, Caetano saiu para a Secretaria de Cultura. Chegou, inclusive, a ser diretor geral em cada um desses órgãos. Mas bem antes

disso, morou na Bahia onde trabalhou em uma multinacional de medicamentos.

A faculdade de Direito concluiu na Universidade Federal do Ceará (UFC). Ainda durante o curso foi vice-diretor do Instituto Penal Feminino Desembargadora Auri Moura Costa e, ao terminar a faculdade, iniciou uma trajetória a frente do Instituto Psiquiátrico Governador Stenio Gomes, onde foi diretor por seis vezes. Foi Coordenador do Sistema Penal da Secretaria de Justiça, Diretor de Serviços Gerais do Conselho Penitenciário, Presidente do Conselho de Finanças da Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor, além de responder pela Secretaria da Justiça por inúmeras vezes. “Eu cresci dentro da Secretaria da Justiça”, brinca.

Casou aos 32 anos de idade. Posteriormente, tornou-se defensor público, à época advogado de ofício. Foi três vezes diretor do Instituto Penal Paulo Sarasate, além de chefe de gabinete do governador Virgílio Távora. Tanto lá quanto na época em que foi presidente da Adpec, intensificou sua luta pela causa dos defensores públicos.

Hoje, Caetano conta essas histórias na tranquilidade de um pequeno sítio situado na Região Metropolitana de Fortaleza. De lá, segue com frequência para praias do interior, como Quixaba, onde possui residência. Como lhe é de costume, por onde passa se insere à rotina da comunidade e não hesita em ajudar sempre que é necessário, como quando por vezes conseguiu internar um morador local em uma clínica de reabilitação onde um amigo é diretor. “Nunca tive medo. No Paulo Sarasate, eu andava sozinho, de cela em cela. Todos tinham respeito. Não era raro ouvir palmas enquanto gritavam meu nome”, diz Caetano, que aproveita a aposentadoria para curtir as filhas e o neto, Ronald, e resume sua postura numa frase. “Meu pai sempre dizia: ‘Ninguém segura na minha munheca’. Todas as nossas atitudes têm que estar amparadas pela seriedade e honestidade”, conclui.

ADRIANO JOSINO DA COSTA

“A vida é feita de opções. Quando minhas escolhas não são fruto de egoísmo, quando procuro agir tendo em vista também o próximo, tenho a certeza de estar fazendo a vontade do Criador.”



Foi em um elegante escritório localizado na área nobre de Fortaleza, que o Dr. Adriano Josino da Costa, Defensor Público aposentado, recebeu a Adpec. A combinação entre o requinte de sua sala e o seu gestual refinado denota um estilo apurado, mas é a delicadeza com que trata as pessoas e sua visão altruísta de mundo que revelam um traço marcante de sua personalidade, o amor ao próximo.

Filho de um ilustre advogado cearense, José Josino da Costa, e de uma professora, Dona Isolda Pires Chaves da Costa, Adriano avalia que herdou do pai a paixão pelo Direito, e da mãe, uma formação voltada para a paz e incrível capacidade de perdoar. Eloquente, ele disserta com desenvoltura sobre sua trajetória, organizando previamente os pontos que considera importantes.

Exemplo disso foi sua passagem pelo Colégio Marista, em Recife, onde estudou o colegial e o científico. Vem daí seu perfil humanista e profundamente religioso. Lá, chegou a fazer os votos temporários para se tornar Irmão Marista, mas verificou que não tinha vocação. “De qualquer forma, devo minha formação religiosa e moral a esse período”, considera.

De volta à terra natal, Dr. Adriano foi aprovado no vestibular para o curso de Direito, na Universidade Federal do Ceará, onde conheceu sua mulher, Dra. Regina Cely Nogueira Pessoa da Costa, com quem tem três filhos e hoje, 4 netos. Por se inspirarem nos pais, os três enveredaram para a área do Direito, o que muito orgulha o Dr. Adriano. “Sou realizado e feliz em ser advogado”, afirma.

A paixão pela Defensoria Pública surgiu a partir do conselho de uma amiga, a Irmã Querubina, uma religiosa que o acompanhava nos trabalhos voluntários com carentes que fazia paralelamente à sua bem-sucedida carreira como advogado. “Íamos todos os sábados ao Instituto Penal Paulo Sarasate, fazer um trabalho de evangelização. Ela me influenciou no sentido de dizer que sendo servidor do Estado, eu poderia fazer um trabalho ainda mais eficiente em prol da população. Então fiz o concurso e passei”, destaca Dr. Adriano, que trabalhou na 1ª Vara Criminal e permaneceu por cerca de 12 anos no atendimento às pessoas no Fórum Clóvis Beviláqua.

Aos 66 anos de idade, Dr. Adriano traz no currículo o título de advogado padrão, concedido pela Ordem dos Advogados do Brasil e uma trajetória de 15 anos como integrante do Tribunal de Ética e Disciplina da OAB, tendo sido Vice-Presidente e hoje Secretário-Geral Adjunto. Apesar de aposentado da Defensoria, ainda está em plena atividade como advogado. Incansável na busca por conhecimentos, concluiu em 2014 o Bacharelado em Teologia. O amor por sua mulher e pela família faz do Dr. Adriano um homem plenamente realizado, que tem por hobby viajarem juntos.

Mas é a Fé inabalável em Deus e o trabalho de anos como Defensor Público que lhe garantem autoridade para um recado: “A vida é feita de opções. Quando minhas escolhas não são fruto de egoísmo, quando procuro agir tendo em vista também o próximo, tenho a certeza de estar fazendo a vontade do Criador, contribuindo para um mundo melhor, não só para mim, como para toda a humanidade”.

ALICE DE MEDEIROS VICTOR

“Ainda hoje, tem uma senhora do Aquiraz que não me chama de Dona Alice, mas de mamãe. Eu acho tão engraçado! Consegui fazer o divórcio dela. O então marido tinha o apelido de ‘Pancada’. Você imagine, então.”



A psicologia aponta que os obstáculos que mais dificultam a compreensão de quem somos são a autocomplacência, a autopiedade e a autosseveridade. Nem de longe a defensora pública aposentada Alice de Medeiros Victor indica possuir alguma dessas três características. Tampouco se esquiva do direito de demonstrar sua doçura cativante, o que acaba sendo um convite irrecusável para um bom papo com essa figura cheia de histórias para contar.

A verdade é que a Dra. Alice traduz, no seu jeito e na sua empatia que causa de imediato, a essência comum às mães. Bastam alguns minutos de conversa para identificar o seu zelo pela família, pelos amigos e pelo que é justo e direito. Mas essas, de fato, não são suas únicas características. Some-se a elas, por exemplo, a força de vontade.

Filha de um comerciante do município de Quixeramobim e de uma dona de casa, Alice passou a infância em General Sampaio, após os pais mudarem-se para lá quando ela ainda era criança. No total, eram 12 filhos. Todos acompanhados de perto pelos pais. “Nosso pai nunca nos bateu. Bastava ele olhar. Esse respeito nós levamos para a vida”, diz Alice.

A paixão pelos estudos obrigou-a ainda adolescente a mudar-se para a capital, onde morou na casa de um “compadre de confiança da família”. “Lá tinha muita gente, então era divertido. Até hoje nos tratamos como irmãos”, conta. A mudança para uma escola com um nível mais avançado assustou-a, mas ela deu conta e acabou ingressando na Escola Normal. Foi quando, ao final, decidiu prestar vestibular para o curso de Direito.

Ainda na faculdade, Alice tornou-se bancária e, paralelamente, iniciou um estágio no escritório de um famoso advogado, o Dr. Aníbal Craveiro. “Ainda hoje ofereço Missa para ele. Era como um pai. Tive muitos exemplos de sinceridade, honestidade e de uma advocacia sem mentira. Isso ficou enraizado em mim”, ressalta.

Ao terminar a faculdade, Alice casou com um primo, o José Augusto, com quem sempre esbarrava na casa de sua avó. Com o casamento, passou a ajudar o marido no comércio e, paralelamente, continuou suas atividades no escritório de advocacia. Até que resolveu prestar concurso para o então cargo de Advogado de Ofício, hoje Defensor Público.

De lá para cá, atuou na comarca de Aquiraz, em seguida na 5ª vara da Família de Fortaleza e depois na 8ª Vara Criminal da capital cearense. Perguntada sobre o que mais lhe marcou durante todos esses anos, ela se emociona ao falar das muitas pessoas a quem pôde ajudar, muitas vezes somando à função de defensora, características de conselheira. “Ainda hoje tem uma senhora do Aquiraz que não me chama de Dona Alice, mas de mamãe. Eu acho tão engraçado! Consegui fazer o divórcio dela. O então marido tinha o apelido de ‘Pancada’. Você imagine, então”, conta.

Viúva há 4 anos, Dra. Alice ainda usa na mão esquerda a aliança de casamento. Seus dias são preenchidos pelos passeios com as amigas e pelo carinho dos dois filhos e cinco netos. Vaidosa, ela chegou para a entrevista do “Minha História, Nossa Luta” muito elegante, após a Missa que vai diariamente. E arriscou uma frase que diz sempre às amigas quando as vê deprimidas. “Quebrem o retrovisor. Nessa vida vocês têm que ter coragem”.

MARIA DA GRAÇA PEREIRA REIS

Com prudência e coragem, mudou a realidade de onde passou, possibilitando, inclusive, a ressocialização de detentos através da criação de empresas internas.

Ela representa uma geração na qual as mulheres tiveram que dar passos decisivos para se tornarem protagonistas de suas próprias vidas. Ela é Maria da Graça Pereira Reis, advogada, defensora pública do estado do Ceará, mãe, militante de uma luta por uma vida com mais amor, saúde e qualidade de vida para todos.

Graça Reis sempre combinou um perfil de profissionalismo com uma alma leve e inquieta. Consciente de suas realizações e com metas desafiadoras pela frente, a defensora pública não se encaixa nos padrões comportamentais pré-fabricados. Tampouco se esquiva de uma boa briga quando esta é necessária. Traduzindo sua natureza: uma inspiradora certa de que a prova dos nove é ser feliz.

Tão fascinante quanto sua figura irreverente é sua história de lutas. Nascida no Maranhão, na pequeníssima cidade de Timbiras, ela conta que seu primeiro desafio surgiu pouco antes de nascer, quando sua mãe quase deu à luz numa viagem de trem. “Minha avó fez uma promessa para Nossa Senhora das Graças, então minha mãe chegou a tempo para dar à luz em casa”, conta. Daí vem seu nome, uma homenagem à santa, de quem é devota.

Em sua dissertação detalhista, Graça também chama atenção pelas referências ao pai, com quem ela sempre manteve

uma relação de extrema cumplicidade e admiração. “Dele herdei a energia de viver e o amor pela natureza”.

Da infância, ela pontua os anos em que morou em Natal, até a família decidir residir definitivamente no Ceará. “Sou maranhense por nascimento, natalense de paixão e cearense de coração”, brinca.

Na adolescência, inicialmente propensa a fazer medicina, decidiu cursar Direito. Foi aprovada para a Faculdade de Direito da Universidade Federal do Ceará e apaixonou-se pela profissão. Ainda na faculdade, foi testemunha de momentos dramáticos nos anos de chumbo, como quando sua colega de quarto, a militante Rosa da Fonseca, foi levada pelos militares. “Foi um período muito difícil. A gente chegava à sala de aula e se dava conta do sumiço de colegas, que tanto poderiam ter sido levados e mortos, como poderiam ser policiais infiltrados”.

Concluiu o curso de direito em 1974. No começo, advogou ao lado de dois colegas num escritório situado no Edifício Lobrás, no Centro de Fortaleza. Foram anos de muito aprendizado ao lado da colega de turma da faculdade de direito Lúcia Milfont. “Somos amigas irmãs”. O outro colega do escritório era Benedito Ibiapina. O escritório cresceu, até que Graça Reis decidiu enveredar pelo serviço público.

De lá para cá, o currículo é extenso: chefe de setor na Procuradoria Judicial do DERT; 1ª mulher diretora da Colônia Agrícola do Amanari; diretora da Adpec; diretora do Manicômio Judiciário – Instituto Psiquiátrico Governador Stenio Gomes; Defensora do Centro Comunitário do Conjunto Tancredo Neves e do Núcleo da Defensoria na Barra do Ceará; e defen-

sora pública da 1ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Ceará, tendo atuado ainda na Casa do Cidadão e na Curadoria Especial.

Entre tantos episódios de uma vida profissional em que a adrenalina foi um ingrediente constante, Graça lembra-se de quando recebeu 40 presos da mais alta periculosidade na Colônia Agrícola do Amanari. “Eles eram tratados a pão de ló e um dia soube que planejavam me escorar (puxá-la na grade e fazê-la refém)”, recorda. No dia seguinte, Graça pediu para o carcereiro, atônito, para abrir a cela. “Quem quer me escorar aí?”, perguntou. A partir daquele dia, passou a visitar o grupo dentro da cela. Perguntada se teve medo, Graça afirma. “Medo não, mas sempre tive prudência”.

E é com prudência e coragem que Graça continua sua história. Com prudência e coragem mudou a realidade de onde passou, possibilitando, inclusive, a ressocialização de detentos com a criação de empresas internas para que os presos pudessem se sentir úteis. É com vitalidade que ela curte a vida ao lado do atual companheiro e dos quatro filhos, seja em família, na capoeira, no escotismo, no ciclismo ou no stand up paddle, esporte no qual vem se aventurando. Desafios que não a assustam e que definem alguém que segue à risca o lema do movimento escoteiro: Sempre alerta!



GUY BRAVOS MONTEIRO

“Vamos ficar juntos até o último dia das nossas vidas.”

Dona Ariléa Monteiro, esposa



O amor gera lembranças que não se apagam. Comporta-se de forma coerente apenas com o que sente o coração, por mais que as recordações teimem em se esconder. Desmantela qualquer convenção e nos faz ser aceitos por quem nos ama simplesmente porque algo nela pede. O amor por Dona Ariléa, cultivado em 50 anos de casados, é o que mantém aceso o pouco de lucidez que resta a Guy Bravos Monteiro, um homem que guarda em seu rosto cicatrizes de uma vida de luta e de realizações. Guy Bravos Monteiro não se lembra de seu passado. Guy tem Alzheimer.

A primeira vez que Guy viu Ariléa, estavam os dois no Centro da Cidade – ao fundo o Passeio Público. Quando a viu faceira a caminho do colégio, disse: “Vou casar com essa menina”. Não deu outra. Os filhos vieram logo. Tiveram 5. “Três deles, sendo dois gêmeos, têm menos de 1 ano de diferença”, diverte-se Dona Ariléa. Os tempos eram difíceis. Quando casou, Guy, filho de pessoas muito simples de Jaguaruana, não tinha concluído o 1º Grau. À época, trabalhava vendendo geladeiras. Um dia, um vendedor de joias passou e Guy encantou-se com o anel de formatura do curso de Direito. Comprou-o e sentenciou: “Vou ser advogado”.

No melhor estilo “À procura da felicidade”, filme em que o ator Will Smith interpreta um homem que supera todas as dificuldades em busca de um sonho, Guy realizou o seu. Fez supletivo e foi aprovado em seu primeiro vestibular. “Ele trabalhava vendendo geladeiras durante o dia, estudava à noite e balançava os meninos nas horas livres”, lembra Dona Ariléa. Ao se formar, Guy trabalhou anos em escritórios de advocacia, onde fez grandes amigos, entre eles, o também defensor público Adriano Josino. Ao ser aprovado no concurso para defensor, então advogado de ofício, fez carreira nas comarcas de Jaguaruana e Pentecoste, seguidas do Juizado de Pequenas Causas de Fortaleza, onde trabalhou até se aposentar.

Neste sábado, dia 9 de novembro de 2013, o Dr. Guy completa 79 anos de idade e nos prova que a emoção, o amor, é coisas que definitivamente não estão associadas à razão. Tanto é assim que basta vê-lo ao lado de Dona Ariléa para saber que de alguma forma ele sabe exatamente o significado dela em sua vida. A propósito, a entrevista na verdade foi concedida por Dona Ariléa, em função da impossibilidade do Dr. Guy. E é com a voz embargada de tanto amor que ela finaliza. “Vamos ficar juntos até o último dia das nossas vidas”. Feliz aniversário Dr. Guy. Vida longa aos dois.

SELDA LOPES

Realizada com a profissão que escolheu Dra. Selda, vez por outra, ainda sonha com as tantas audiências que participou.



Naquela manhã, a defensora pública aposentada Selda Lopes, 74 anos, conciliava os afazeres de casa e os cuidados com a mãe, dona Raimunda, 97, com a atenção aos diversos gatos que alimenta e cuida disciplinadamente todos os dias. Enquanto ajeita a cozinha, ouve alguém bater palmas no portão. Ao perceber que era um pedinte, separa alimentos de seu armário e os entrega ao visitante. Tudo isso em paralelo a uma conversa sem freios e a uma gargalhada que contagia, sempre que ela relata algum episódio pitoresco de uma vida cheia de histórias de afeto, solidariedade e amor não só ao próximo, mas aos animais.

Filha de um militar e de uma dona de casa, Selda nasceu em Missão Velha, mas foi registrada na capital cearense, quando com um mês de nascida veio com a família para Fortaleza. Terceira de uma prole de 11 irmãos; aprendeu, desde cedo, que a família é a base de tudo. Alfabetizada pelo pai, Selda só passou a frequentar uma escola tradicional no ensino fundamental, época de idas e vindas de Fortaleza para Itapajé, cidade em que residiu em algumas ocasiões. Na capital, estudou no Externato São José e no Ginásio Municipal, formando-se, posteriormente, na Escola Normal.

O sonho em cursar Direito só foi concretizado após um longo período trabalhando como professora, já na casa dos 20 anos, época em que lecionava para menores abandonados no Núcleo de Menores Desembargador Olívio Câmara. Dois anos após concluir Direito, em 1967, conseguiu uma vaga de auxiliar no Departamento de Assistência Jurídica do Estado. Em 1970, foi efetivada como advogada de ofício, hoje defensora pública, na 2ª Vara Criminal, auxiliando também nas demais varas quando na ausência de defensores, tendo trabalhado ainda no Juizado de Menores e na Vara de Delitos de Trânsito do Fórum Clóvis Beviláqua, até se aposentar.

Realizada com a profissão que escolheu Dra. Selda, vez por outra, ainda sonha com as tantas audiências que participou. Na simplicidade do seu cotidiano, toma para si responsabilidades que teoricamente não seriam uma obrigação sua, mas que por conta de sua generosidade, assume-as com a nobreza e o anonimato característicos das pessoas verdadeiramente especiais. Tanto é assim que possui até uma conta no veterinário do bairro para beneficiar a quem precisa cuidar de animais, mas não tem condições. Fã de literatura, Selda é ávida leitora de tramas policiais, mas pelo jeito doce e ativo, nos remete às típicas heroínas dos romances. Aquelas que sempre trazem uma lição positiva e para as quais desejamos felicidades nos próximos capítulos.

JOSÉ VALCI CARDOSO

Foram anos exercendo com dignidade e entusiasmo o papel de defensor, então advogado de ofício. Tanto é assim que lembra com saudosismo das tantas vezes em que beneficiou pessoas simples através do seu trabalho.



“Há quem pense que as campanhas dos defensores são para o aumento de salário, mas a verdade é que o objetivo é melhorar as condições de trabalho”. A frase do defensor público aposentado José Valci Cardoso aponta um cenário em que os defensores públicos vêm cada vez mais fortalecendo seu papel de agentes transformadores da sociedade, lutando por uma instituição equânime em relação aos outros órgãos do sistema judiciário do Estado. Valci é testemunha ocular do processo crescente de valorização do papel do defensor, mesmo quando isso ocorria em passos ainda mais lentos, tendo em vista os anos em que ele atuou numa pequena casa alugada pelo Estado e sem condições ideais para o trabalho, na cidade de Aracati.

Dr. Valci engrossa a lista de profissionais pautados pelo compromisso com a Justiça e com o cidadão. Nada mal para um garoto simples nascido em Quixeramobim e curiosamente registrado em Fortaleza, filho de uma dona de casa e de um pequeno produtor rural que progrediu na vida à custa de muito trabalho, tornando-se próspero em sua atividade. Dos pais Valci puxou a honestidade, a força de vontade e a gana de vencer na vida. Talvez por isso não tenha titubeado em deixar cedo a família, aos 14 anos, para se aventurar em morar numa cidade maior, até chegar a Fortaleza, onde cursou alguns anos a então Escola Industrial, hoje Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (IFET), seguindo para o Colégio Liceu do Ceará.

Precoce, ainda adolescente começou a trabalhar na Fundação SESP, na área contábil. Também na adolescência, conheceu a companheira de décadas, dona Ivonete. Ao prestar

vestibular, Direito não era a primeira escolha de Valci, que inicialmente tentou Economia; mas, por conta da pontuação, acabou optando pelo Direito, área que possibilitou sua realização profissional, como ele mesmo diz. Ao concluir o curso, mudou-se com a família para Aracati e montou um escritório, mas tinha dificuldade de cobrar os honorários, sensibilizado com a dura realidade dos clientes. Assim, ingressou através de concurso público na profissão de defensor, então advogado de ofício.

Foram anos exercendo com dignidade e entusiasmo esse papel. Tanto é assim que lembra com saudosismo das tantas vezes em que beneficiou pessoas simples através do seu trabalho como defensor, como quando, apesar de todas as dificuldades, conseguiu obter uma pensão para uma pobre senhora que havia perdido o companheiro e que, por não ser casada no papel, não teria à época nenhum benefício. “Ela havia ficado sem nada, mas conseguimos que ela fosse beneficiada através da comprovação de um filho natimorto”, lembra.

Após atuar na comarca de Aracati, Dr. Valci foi transferido para Fortaleza, tendo trabalhado na 3ª Unidade do Juizado do Mucuripe, em paralelo com a atuação na 26ª Vara Cível, onde ficou até se aposentar. Perguntado sobre a vida de aposentado, ele revela que ainda hoje trabalha em algumas causas, inclusive, por conta de dois de seus quatro filhos, que seguiram a profissão de advogado. Relutante em dar a entrevista para o “Minha História, Nossa Luta” por acreditar que apesar da dedicação à profissão, não havia nenhum fato peculiar que justificasse a entrevista, Dr. Valci mostra que, assim como tantos grandes homens da vida real, ele não disserta em benefício próprio, mas ilustra o valor e a dignidade de quem faz a sua parte por um mundo melhor.

FRANCISCO DE SALES TEÓFILO NETO

“O Direito é a essência do justo”.

Na etapa derradeira daquele julgamento, o Dr. Francisco Teófilo, titular do Júri, há muito já havia reparado naquela senhora humilde, sentada e chorando angustiada em meio ao público presente. Ela era a mãe do réu, um jovem rapaz acusado injustamente de homicídio. “Por fim, consegui a absolvição dele. Então o peguei pelo braço, levei-o até ela e disse: ‘Está aqui o seu filho’. Ela se abraçou comigo e olhando bem para mim, falou: ‘Nunca, nunca vou poder retribuir a justiça que o senhor fez hoje. Nosso Senhor Jesus Cristo lhe pague’”. E saiu, carregando pelo braço o filho, e deixando o Dr. Francisco aliviado com o final daquela história. “Profissionalmente, foi o dia que mais marcou a minha vida”, diz ele.

O trecho poderia ter sido retirado de um filme, mas faz parte da trajetória do defensor público aposentado Francisco de Sales Teófilo Neto. Fato que ilustra bem o perfil humanista deste pequeno grande notável. Natural de Fortaleza, Francisco, ainda criança, mergulhou nas questões sociais e políticas do País. Dessa época, há pelo menos um momento que aparentemente determina seu precoce interesse pelos temas comuns aos adultos, mesmo sendo ele à época um menino do interior: a morte do então presidente Getúlio Vargas. “Eu sempre acompanhava a política nacional, pois minha família se interessava muito pelo tema”, conta ele, que é parente do escritor, poeta e articulista Rodolfo Teófilo.

Ademais, Francisco era um menino comum, que vivia às voltas pra lá e pra cá na fazenda do pai, sentindo o cheiro do mato, do gado e fazendo mil peripécias em meio à vida no

campo. “Pegava o cavalo e saía com papai, cavalgando”, diz. Foi nessa época que perdeu o único irmão, um pouco mais novo que ele. “Meu irmão faleceu de causas naturais, mas não sei externar direito quais. Eu tinha uns 11 anos”, conta. Não tardou, Francisco foi morar na capital, na casa das tias. No Colégio Odorico Castelo Branco, apaixonou-se pela Geografia, assunto que o fascina até hoje. “Tínhamos um professor, o Nogueirinha. Ele reunia todos os alunos e dava uma aula sempre que viajava, contando detalhes dos locais que visitava. Foi quando percebi a discrepância que existe no nosso País”, ressalta. Ao concluir a escola, cursou Teologia, mas nunca pensou em ser padre. Mesmo assim, passou um período junto com Jesuítas, em Salvador. A verdade é que sempre se interessou pelos assuntos que formam o ser humano, daí sua paixão também pela Filosofia.

Aos 22 anos, foi aprovado no curso de Direito. Na faculdade, ouviu de um professor que a assistência judiciária aos necessitados é o que faz o Direito no País. Nessa época, conheceu a futura esposa, Lúcia, uma estudante de Letras torcedora do Fortaleza Esporte Clube. Detalhe: Francisco era torcedor do Ceará. “Íamos juntos aos jogos, mas nunca brigamos”, diz. Ao se formar, casou e deu início ao trabalho como advogado, fazendo assessorias a empresas, seguido de uma atuação como assessor da Secretaria da Justiça do Estado do Ceará.

Certo dia, ao saber do concurso para advogado de ofício, hoje defensor público, inscreveu-se, mas acabou não atendendo para a data exata da prova, até que através de comentários de amigos, acabou se lembrando do concurso quando este estava a poucos dias de ocorrer. “Passei uns três dias estudando, direto. Quando vi a prova, a impressão que tive era que o concurso era basicamente para selecionar quem sabia advogar, pois era voltado para a prática da profissão”, conta.

Aprovado, Francisco deu início a uma trajetória que o levou inclusive a ser Corregedor Geral do Estado do Ceará. Mas foi como titular de Júri que trabalhou a maior parte de sua carreira. Sem ordem cronológica, ressalte-se que o Dr. Francisco atuou na comarca de Caucaia; na 2ª Vara de Entorpecentes da Capital; na 5ª Vara do Júri; na 11ª Vara Criminal (época em que conheceu o Juiz Vicente Eduardo Sousa e Silva, a quem faz questão de citar pelo perfil humanista); no Presídio Auri Moura Costa e no Fórum das Turmas Recursais, quando se aposentou.

Durante muito tempo, em paralelo a muitas dessas atividades, Francisco Teófilo também atuou como professor de cursinhos pré-vestibulares e concursos. Diante de tantas atividades, um dia acabou passando mal no trabalho. Assim, a pedido dos dois filhos e da esposa, procurou diminuir o ritmo, deixando as salas de aula posteriormente. Mas até hoje lembra com carinho dos alunos a quem ajudou a compreender o Direito. “O Direito é a essência do justo”, pondera. Hoje, Francisco dedica o seu tempo a viajar com a esposa pelo Brasil e para o exterior, tentando, assim como seu antigo professor de Geografia, entender o País e o mundo. Na cabeceira, somam-se os livros de Direito os de economia e geografia. E para quem quiser saber, a próxima meta já está definida. “Vou conhecer esse país de ponta a ponta. Eu sei, ele é muito grande, mas aos pouquinhos a gente chega lá”, conclui.



MARIA LEÔNIA DE OLIVEIRA LEÃO

“Minha fé reflete no meu trabalho. Sempre procurei ajudar aos necessitados e fazer Justiça.”



“Dizer a verdadeira idade é a melhor maneira de agradecer a Deus pelo dom da vida”. A frase é da defensora pública aposentada Maria Leônia de Oliveira Leão, uma cativante senhora de 78 anos que, com seu sorriso manso e semblante sereno, desperta de pronto um carinho típico de quando encontramos um ente querido. Não é à toa. Leônia tem o brilho das pessoas verdadeiramente especiais.

E não se furta em ser simpática. Bastam alguns segundos de prosa para ela se desmanchar em gentilezas, característica marcante de sua personalidade. Após breve diálogo no qual predomina uma identificação mútua entre nós por conta da religiosidade, começa então uma delicada história, às vezes, cômica; às vezes, comovente.

Leônia é filha de um tabelião e de uma prendada dona de casa. Do pai, puxou o interesse pela área do Direito. Da mãe, a fé. “Ela era diretora da Pia União das Filhas de Maria (associação de moças católicas sob a proteção da Virgem Imaculada e de Santa Inês)”, conta Leônia, que desde a infância frequenta a Missa, religiosamente, todos os dias. “Às vezes, ia pela manhã e à tarde. Era a vontade de comungar. A coisa melhor do mundo é a gente estar perto de Deus”, ressalta ela, que hoje é Ministra Extraordinária da Sagrada Comunhão.

Ainda na infância, passou cerca de dois anos sem frequentar a escola por conta de alguns problemas de saúde, logo quando se mudou para o Crato, onde morava em um internato. Quando o pai foi transferido para Fortaleza, veio com ele, à mãe e os dois irmãos. Época em que estudou no colégio Farias Brito e frequentou o curso Normal. “Querida ser professora, mas meu pai pediu para eu cursar Direito”.

Na Faculdade, encantou-se pelo Direito Romano, então tomou gosto. Ao concluir o curso, trabalhou como assessora jurídica na Secretaria da Educação do Estado do Ceará, Secretaria da Justiça, Secretaria da Administração – na qual compôs a Comissão de Acumulação de Cargos – seguida da Assembleia Legislativa. Sempre em cargos comissionados e cedida pela Secretaria da Justiça, onde se aposentou.

Apesar de bem-sucedida na carreira profissional, é na fé e na família que Leônia encontra sua verdadeira razão de viver. Casada com o primeiro namorado, João Eudes, ela recorda que seu pai só deixou que os dois namorassem se ela promettesse não prejudicar os estudos e não se casar antes de se formar. Leônia cumpriu a promessa e fez muito mais: teve cinco dedicados filhos, sete netos, e o mérito de sempre ter contribuído para uma sociedade mais justa e igualitária. “Minha fé reflete no meu trabalho. Sempre procurei ajudar aos necessitados e fazer Justiça”, conclui.

FRANCISCO CLAYTON PESSOA DE QUEIROZ MARINHO

Dr. Clayton é um homem que, aos 70 anos de idade, continua a se renovar em sua profissão e não dá o menor sinal de cansaço, talvez porque, assim como fez lá no início, ao desistir de Medicina e tentar Direito no último minuto, não tem medo de seguir o coração.



“Não julgueis como eu fui julgado, mas como vos ei de julgar um dia”. A frase atribuída a Jesus Cristo pelo defensor público aposentado Francisco Clayton Pessoa de Queiroz Marinho dá o tom do respeito com que ele encara a profissão. Ao falar de suas razões para ter optado pelo Direito no momento da inscrição do vestibular, em detrimento de sua primeira opção, a Medicina, ele projeta luz sobre uma história pessoal que o comove e que teve início quando Clayton não passava de um menino na cola do pai, seu ídolo, um oficial de justiça que sempre o levava para o Tribunal do Júri. “Para mim, era um espetáculo o que acontecia ali. Era como um teatro. Eu ficava maravilhado”, diz ele.

O enredo, carregado de simbolismo, revela-se ainda mais inspirador quando se atenta para o fato de Clayton ter dedicado a maior parte de sua trajetória profissional a defender cidadãos carentes nos tribunais do júri. Na contabilidade de um passado que se faz distante pelos anos, mas próximo na memória, foram inúmeras as vezes que, através de seu empenho, conseguiu absolver quem merecia uma segunda chance. “Era comum um mesmo defensor responder por 5, 6 varas. A carência era enorme, muito mais do que hoje”, diz ele, que ainda advoga gratuitamente para necessitados em seu escritório.

Como defensor, o Dr. Clayton atuou na 4ª Vara Criminal e Vara das Precatórias, bem como na 1ª, na 2ª, na 4ª e na 11ª Varas do Júri. Também foi Diretor do Departamento de Sistema

Penal, Chefe de Gabinete da Secretaria de Justiça do Estado do Ceará e, posteriormente, Secretário de Justiça. Ressalte-se o mérito de ter sido escolhido recentemente Advogado Padrão pela OAB, bem como de ter sido premiado com o Troféu Clóvis Beviláqua. Por sua atuação, também recebeu a Comenda Clodoaldo Pinto e é membro da Academia Cearense de Retórica e Academia Cearense de Letras Jurídicas. Também foi homenageado pela classe jurídica por ocasião do 2º Congresso de Direito Penal e Processual Penal, que recebeu seu nome.

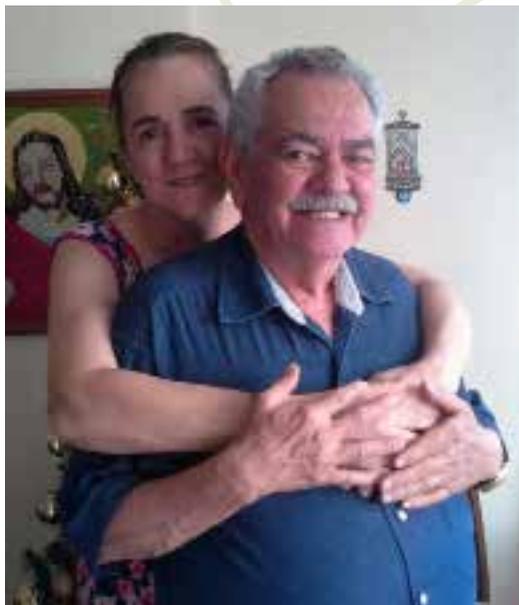
Mais recentemente, o defensor Francisco Clayton foi apontado em publicação voltada para a categoria como um dos Advogados Mais Admirados do Ceará em 2012 e 2013. Seu currículo pomposo só fica em segundo plano quando o que se observa é a paixão com que ele fala do seu ofício. “Ainda trago a atividade de defensor público comigo. Se me fosse dado o direito de escolher a minha morte, gostaria que estivesse escrito no meu atestado de óbito: morreu de advogar”, diz.

Em sua sala, repleta de documentos, livros e certificados de honra ao mérito, destoa pela singeleza um quadro com a imagem das pegadas de um de seus três filhos, o Thiago, então com 2 anos. Além dele, que hoje tem 8 anos, há o Samuel, 5, e o Felipe, 2, todos filhos do terceiro casamento com a senhora Ariadne Marinho.

Dr. Clayton é um homem que, aos 70 anos de idade, continua a se renovar em sua profissão e não dá o menor sinal de cansaço, talvez porque, assim como fez lá no início, ao desistir de Medicina e tentar Direito no último minuto, não tem medo de seguir o coração.

MARAMALDO CAMPELO

“Nasci para ser defensor público, pois sempre defendi com dedicação e fervor, as pessoas que me procuravam.”



“Nasci para ser defensor público, pois sempre defendi com dedicação e fervor, as pessoas que me procuravam”, diz o Dr. Maramaldo Campelo. Além da dedicação no acompanhamento das causas que lhe chegavam, tinha paciência e respondia as indagações da clientela quantas vezes fossem necessárias, até que entendessem o que deveriam fazer: como trazer documentos, testemunhas, e estava sempre disponível para orientar e informar o andamento dos processos. “Isso tudo porque sempre achei que quando alguém procura a Defensoria Pública, além de não ter condição financeira, traz sempre um problema para resolver, e esse problema se agiganta na sua mente, ficam sofridas, ansiosas, olhando para o defensor público como um milagreiro”. Isso tudo fez com que, observando seus assistidos, tivesse mais amor por essa nobre profissão e pelos assistidos. “A carência dos assistidos sempre me sensibilizou, pois o defensor público além de advogado passa a ser para eles (os assistidos) um psicólogo”.

Maramaldo é casado, há 37 anos, com a advogada Maria Imaculada Campelo Barros mantendo com a mesma uma relação de respeito, cumplicidade e admiração mútua. Dessa união nasceram três filhos sendo duas mulheres, formadas em Direito, e um homem, formado em Ciências Contábeis.

“Nasci, por uma eventualidade, em Pombal na Paraíba, mas fui registrado em Palmácia, terra natal de meus pais e antepassados”, conta. cursou o primário em Canindé e o en-

tão científico no Colégio Liceu do Ceará, em Fortaleza. Graduado em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade Federal do Ceará, concluiu, em 2000, o III Curso de Aperfeiçoamento do Ministério Público (Pós-Graduação Lato Sensu). “Frequentei dezenas de Congressos, tanto nacional quanto internacional, diversos cursos na área Direito, cujos diplomas guardo com muito carinho”.

Ao ser aprovado no concurso para defensor público (então advogado de ofício), assumiu a Comarca de Baturité. “Dois anos depois, assumi a comarca de Caucaia, onde permaneci por mais de quatro anos. Em seguida, assumi a Comarca de Maranguape, onde atuei por quase dois anos. Fui transferido para Fortaleza onde assumi as varas do rito sumário. Em seguida, fui efetivado na 21ª Vara Cível de Fortaleza, até minha aposentadoria”.

Da época, lembra agradecido de todas as vezes que sua esposa, que também é advogada, o ajudou na elaboração das petições, passando às vezes até tarde da noite juntos para concluir os trabalhos.

“Fora tais atividades, atuei ainda como professor universitário, Conselheiro da DPGE e Subdefensor Geral do Estado, cargo equivalente ao de Subsecretário de Estado, por mais de quatro anos”, acrescenta. Recebeu, em 12 de agosto de 2011, da Ordem dos Advogados do Brasil Seção Ceará, a maior comenda como Advogado, a Medalha Advogado Padrão, pelos bons serviços prestados a advocacia.

FRANCISCO DE ASSIS MAIA ALENCAR

“O exercício do defensor público depende de vocação.”



Investido de uma evidente admiração pela profissão que escolheu décadas atrás. É assim que o defensor público aposentado Francisco de Assis Maia Alencar apresenta-se para dar sua entrevista ao “Minha História, Nossa Luta”. Ao lado de Ana Cláudia, sua filha, e da neta Carolina, que preferiu não ser fotografada – mas esteve durante todo o tempo ao lado do avô –, Francisco envaidece-se por ter preenchido suas mais íntimas aspirações de juventude. O carinho e cumplicidade familiar justificam-se no tom amigável e sereno desse simpático senhor, que a cada trecho de sua trajetória denuncia virtudes dignas de um grande sujeito, como assim ele é.

Admirado pela família, prova tão autêntica de dever cumprido, Francisco disserta sobre sua história dando ênfase ao fato de ter praticamente duas naturalidades: cearense e piauiense, tamanha a identificação que tem pelos dois Estados. Nascido em Picos, no Piauí, ele conta que veio menino para Fortaleza, e que a paixão pelo Direito surgiu cedo, a propósito de sua admiração pelos parentes advogados. “Meus pais eram comerciantes, mas eu tinha dois tios que advogavam até fora do País”, conta.

Dos ensinamentos estudantis e de vida adquiridos no Colégio Liceu, passou para a formação definitiva de seu caráter e profissão no curso de Direito da Universidade Federal do Ceará, época em que estudou com o renomado advoga-

do Álvaro Costa. Ao concluir a faculdade, deu início a uma bem-sucedida carreira como advogado, sendo aprovado posteriormente em concurso público para o cargo de Promotor de Justiça, passando a atuar na comarca de Jaguaruana. Também atuou como juiz eleitoral por dois mandatos. Mas abdicou do cargo na Procuradoria para tornar-se advogado de ofício, hoje defensor público. “O exercício do defensor público depende de vocação”, diz.

Foi exatamente como defensor que o Dr. Francisco de Assis garantiu para si sua realização profissional, tendo atuado exclusivamente nas varas cíveis e de Família, no Fórum Clóvis Beviláqua. O brilhantismo de seu trabalho foi o passaporte para uma atuação como Chefe da Coordenadoria de Assistência Jurídica do Estado- CAJE, o que hoje é intitulado Defensor Público Geral, ocasião em que realizou feitos como a troca da sede da instituição, possibilitando mais dignidade ao trabalho do defensor público. Sobre sua trajetória profissional, ressalte-se ainda a atuação como consultor jurídico do Grupo Edson Queiroz, entre outros.

Aos 82 anos de idade, pai de 5 filhos e avô de 10 netos, o Dr. Francisco de Assis fala do papel do defensor público com o mesmo entusiasmo de um iniciante, e com a propriedade que a experiência confere. No entanto, não é dele a mensagem final do texto, e sim da Ana Cláudia, sua filha: “Meu pai sempre foi dedicado ao trabalho. Ele sempre teve orgulho de ser defensor e demonstra isso ainda hoje, claramente”.

RITA MARIA GONÇALVES SOBREIRA

A paixão pelo Direito surgiu quando já estava casada. Sob a influência do então marido, Luciano, que conheceu quando tinha 14 anos, ela enveredou pela área, concluindo o curso na Universidade Federal do Ceará (UFC).



Dra. Rita Maria Gonçalves Sobreira abre a porta de casa com um cativante sorriso no rosto, deixando atrás de si um reflexo de cabelo de cobre e um aroma discreto no ar. Ao sentar em sua ampla sala, com vista para um céu sem nuvens, ela ergue o rosto e dá início a um suceder de histórias tão autênticas quanto ela. A verdade é que Rita ainda tem muito da menina que costumava andar de bicicleta em Ibiapina, onde o pai, um político da região, levava a família em época de férias. Rita sabe quem é e de onde vem. Rita tem a consciência do seu valor.

E não tem medo de se mostrar por dentro. Tanto é assim que faz questão de ressaltar pessoas importantes em sua vida, sem melindres, como o ex-marido e defensor público aposentado Luciano Sobreira, o ex-sogro e ex-advogado de ofício Moacir Sobreira – a quem credita os primeiros ensinamentos para o bom desempenho de sua atuação como advogada de ofício, depois defensora pública –, e os queridos filhos, que a fazem ficar radiante sempre que ela os menciona.

Ao ser indagada sobre as histórias do passado, Rita fecha os olhos, emociona-se, e acho que quase chega a sentir o cheiro da época. Filha de uma senhora bastante religiosa, Francisca

das Chagas Gonçalves (Nini), ela conta que estudou no Colégio Dorotéias e no Imaculada Conceição. A religiosidade é evidente pelos detalhes de seu vestuário, seja pelo anel de crucifixo na mão direita, ou pelo cordão com a imagem da Imaculada Conceição e do pássaro que representa o Espírito Santo.

A paixão pelo Direito surgiu quando já estava casada. Sob a influência do então marido, Luciano, que conheceu quando tinha 14 anos, ela enveredou pela área, concluindo o curso na Universidade Federal do Ceará (UFC). “O Luciano sempre foi meu grande incentivador”, diz. Antes mesmo de se formar, já trabalhava no Tribunal de Contas. Ao ser aprovada no concurso público de advogada de ofício, deu início às suas atividades na cidade de Pacatuba, partindo em seguida para o Fórum Clóvis Beviláqua, onde ficou até se aposentar, trilhando um bem-sucedido caminho na vara de família.

Da época, recorda especialmente de um caso em que ela foi determinante para a reaproximação de um casal que iria se separar. “Vi que o problema ali era ciúmes. Falei: ‘não façam isso. Tentem novamente por uns 2 meses’. Sempre fui questionadora. Então eles se deram uma chance e depois até me agradeceram”, conta Rita, que segue com o firme propósito de se dedicar à família e ao lado bom da vida. Sempre senhora de sua história.

MARIA MADALENA PONTES

“Tem gente que não sabe apertar a mão de uma pessoa. É importante ser de verdade”.



Desde tenra idade, a defensora pública aposentada Maria Madalena Pontes demonstrava o perfil questionador que a acompanha até hoje. Da época de menina, em Itapipoca, quando morava com os avós, lembra-se da figura austera da “Vó Antônia”, com quem conviveu até esta falecer há alguns anos, e de quem herdou a altivez e a obstinação.

Pelas fotografias que Madalena mostra, revelando detalhes de saudosas passagens de sua vida, é impossível não perceber a formosura de seus traços, com destaque para seus belos olhos azuis, que aliados à sua natural inquietude certamente despertaram muita admiração, muito embora ela tenha preferido dedicar sua vida à fé e à família, tendo quase optado em seguir a vida religiosa. “Cheguei a passar um mês no convento, mas não me acostumei. Decidi fazer a minha parte aqui fora”, diz.

Madalena é o que se pode chamar de uma “noviça rebelde”. Tome-se como exemplo a forma com que decidiu envolver-se na área do Direito. Certa vez, confusa sobre que caminho seguir, foi até o padre para que este indicasse que decisão tomar: Direito ou Serviço Social. Nem bem o padre terminou de orientar para que ela fizesse Serviço Social, lá foi Madalena tentar o vestibular para Direito. “Eram duas boas opções.

Minha avó sempre dizia que até um copo d’água que se dá a um irmão, Deus agradece. E foi isso que eu quis fazer: ajudar ao próximo”, ressalta.

Já na faculdade, após concluir o científico no Colégio Liceu, ela lembra que sua primeira paixão foi Direito do Trabalho, mas ao finalizar o curso, seguiu na área criminal. Antes de ser aprovada no concurso para advogada de ofício, hoje defensora pública, foi diretora de publicações da Secretaria de Cultura do Estado e diretora de Pessoal da Funceme. “Só depois fiz o concurso. Então passei seis meses em Crateús, quando voltei para Fortaleza e fui defensora durante 14 anos na Polícia Civil”, diz Madalena. Após esse período, continuou a atuar na área criminal. Desta vez no Fórum Clóvis Beviláqua, até se aposentar.

O certo é que um breve diálogo com Maria Madalena é o suficiente para dar início a uma bela amizade. Alguém que te recebe com um forte aperto de mão e um abraço, na melhor ilustração da expressão Seja Bem-vindo. “Tem gente que não sabe apertar a mão de uma pessoa. É importante ser de verdade”, diz. Verdade, taí uma coisa que sobra nesta simpática senhora, que com sua simplicidade e franqueza indiscutivelmente dá mostras de uma personalidade adorável, cativante. Uma mulher que com gestos e atitudes exala bom caratismo e compaixão. Esta é Maria Madalena Pontes.

LEA GONDIM CALVASINA

“Como defensora, dedicou boa parte de sua atuação ao Instituto Penal Paulo Sarasate. ‘Um lugar totalmente distante de mim. Mesmo assim, sempre fiz o possível para tornar melhor a vida daquelas pessoas.’”

Lea Gondim Calvasina é uma senhora elegante, de fala mansa e cabelos muito bem arrumados. Ao sentar em seu sofá para uma sessão de fotos, reclinou-se com as pernas penduradas de lado, enquanto o sol batia levemente em seu exuberante vestido vermelho. Ao redor, quadros que ela mesma pinta decoram o ambiente, enquanto ela percorre o espaço placidamente, ao mesmo tempo em que dedica toda sua atenção ao convidado.

Lea é uma dama no melhor sentido da palavra. Não simplesmente pela sua fala mansa, ou pelo cabelo arrumado, ou mesmo pelo seu exuberante vestido. Lea é uma dama pela dignidade que deixa transparecer paralelamente a todos esses outros predicados. Dignidade que ecoa em sua história de garra e talento.

Nascida em Fortaleza, a defensora é filha de um político e de uma bem-sucedida comerciante de Tauá. Ao falar da mãe, embarga a voz, mas se contém. “Ainda hoje sinto saudades”, diz. As lembranças escorregam de sua mente à medida que ela revira as gavetas de seu passado. Da infância, aponta que quando menina ficava ouvindo os julgamentos pelo rádio. Ali nascia a advogada.

Lea estudou o ginásio no Ginásio 7 de Setembro e, em seguida, foi para o Liceu do Ceará. “O professor de idiomas era um francês”, lembra, revelando em seguida que sempre se interessou em aprender outras línguas e culturas. E assim o fez. “Depois de casada, passei 8 anos viajando pela Europa,

por conta do trabalho de meu marido (um executivo italiano). Mas voltamos pela saudade que eu sentia de minha família”, revela. Da união, nasceu a única filha, Paola, que atualmente faz doutorado no Canadá.

O casamento e as viagens internacionais só ocorreram após a formatura no curso de Direito. Da época da faculdade, Lea ressalta as muitas amizades que fez. Algumas que inclusive perduram até hoje. “Sempre penso com carinho nos meus amigos”. Ao se formar, trabalhou como intérprete e enveredou pela área do serviço público em outros órgãos, até que fez concurso para advogada de ofício, hoje defensora pública.

Como defensora, Lea dedicou boa parte de sua atuação ao IPPS (Instituto Penal Paulo Sarasate). “Um lugar totalmente distante de mim. Mesmo assim, sempre fiz o possível para tornar melhor a vida daquelas pessoas. Todos eles me respeitavam muito”, conta. De lá, seguiu para a vara de família e sucessão, concomitantemente com a vara cível. Por último, trabalhou no atendimento ao público da Defensoria Pública, até se aposentar.

Apesar da desenvoltura e atenção de Lea durante a entrevista, em alguns momentos da conversa, uma nesga de silêncio infiltrava-se no ambiente, isso sempre que ela mostrava um de seus quadros. Não por vaidade, mas pelo evidente respeito ao seu esforço, ao seu talento. Em cada tela, uma história, uma memória, uma saudade ou, simplesmente, a contemplação do belo através da reprodução de artistas a quem ela admira, como Pablo Picasso. E assim, como uma brisa suave, Lea se despede com sua fala mansa, seus cabelos bem arrumados e seu jeito sensível, jeito genuíno de artista.



MARIA ELIANA BARROS DAVID

“Certa vez, em dúvida sobre advogar ou ir para a Promotoria, meu pai me disse: ‘Defenda, sempre’.”



A trajetória da Defensora Pública aposentada Maria Eliana Barros David funde-se a uma série de personagens que surgem em seu discurso. A saudosa mãe, o marido David, os filhos. Mas é a figura do pai, Barros dos Santos, um advogado e político cearense, que sugere a escolha de Eliana por seu caminho profissional e pessoal. “Certa vez, em dúvida sobre advogar ou ir para a Promotoria, meu pai me disse: ‘Defenda, sempre’”, diz ela. No entanto, a serenidade, a altivez e a presença de espírito com que ela relata suas histórias apontam que o principal combustível que Eliana utilizou para seguir em frente em sua tarefa de defender, foi o seu olhar para o carente.

Ainda criança, mesmo apinhada de dúvidas e perguntas, começou, aos 11 anos, a datilografar as petições de seu pai, a fim de ajudá-lo. Foi o suficiente para decidir que atuar no Direito seria seu caminho. E foi. Após concluir o ensino médio, então clássico, no Colégio da Imaculada Conceição, iniciou o curso na Universidade Federal do Ceará, época em que o noivo, David, formou-se em Engenharia. Casaram-se quando Eliana estava no segundo ano da faculdade. Ao terminar a faculdade, Eliana permitiu-se a um hiato de sete anos, época em que teve três de seus quatro filhos, e a partir daí decidiu iniciar sua vida profissional.

A princípio, trabalhou como comissionada em um cargo administrativo na Procuradoria Geral do Estado, mas a ideia de atuar na defesa do cidadão ainda era latente, principalmente por ter durante a faculdade estagiado na então Assis-

tência Judiciária ao Necessitado. A bem da verdade, Eliana é boa em matéria de determinação. Tanto é assim, que ao surgir o concurso para Advogado de Ofício, hoje Defensor Público, participou e foi aprovada, sendo designada para a Comarca de Canindé. Antes mesmo de assumir a Comarca, foi nomeada para a defesa do servidor público na Procuradoria Geral do Estado. Tempos depois, iniciou trabalho de atendimento ao cidadão na Defensoria Pública. Em seguida, foi designada para a comarca de Maranguape, onde passou nove anos, quando então iniciou atividades no SOS Criança e, em seguida, na petição inicial da Defensoria. Foi também defensora da Comissão de Processo Administrativo e Disciplinar na Procuradoria Geral do Estado e, ao ser promovida para o 2º Grau, foi convidada a atuar como Defensora no Tribunal Pleno, nas Câmaras Cíveis Reunidas e 3ª Câmara Cível.

Mesmo imersa em suas atividades, ao chegar à idade de se aposentar, Eliana ponderou. Em seu setor, via jovens Defensores iniciando suas carreiras na expectativa de ascender, bem como outros jovens na expectativa de serem chamados a assumir. Em um gesto altruísta, decidiu que seria a hora de encerrar sua atuação como Defensora Pública. “Pensei assim: se eu me aposentar, um que está na fila será nomeado e outro subirá”, diz. E assim o fez. Certa vez, abordada por uma jovem colega que a parabenizou e chegou a agradecê-la pelo gesto, disse para si mesma que havia tomado à decisão certa. Hoje, em meio às obras da casa nova onde irá morar com David, vendo os quatro filhos tocando suas próprias vidas e tendo oito netos, Eliana é o que se pode dizer: uma pessoa realizada. Simplesmente, porque utiliza tudo o que viveu para seguir em frente.

LÚCIA MARIA DE SOUZA NORÕES MILFONT

Trata-se de uma estudiosa da mente humana, que parece ter encontrado a receita para o bem-estar em meio a uma realidade social que ela ainda sonha em mudar, sempre atenta às necessidades do coletivo.



No último dia de prova do vestibular para a faculdade de Direito, foi convidada a acompanhá-los. Os pais nem sonhavam com o que acontecia, enquanto ela seguia indefesa, naquele automóvel, cercada por aqueles desconhecidos que teoricamente deveriam estar ali para defendê-la, mas que de fato não tinham as melhores intenções. Ao chegar ao local, foi encaminhada a uma sala isolada. Lá ficou, até que finalmente eles se aproximaram e começaram a interrogá-la. Aqui e ali um ou outro abria e fechava a porta numa dinâmica que de tão casual passou a ser ameaçadora, claramente uma tentativa de dar-lhe um recado, como quem diz: da próxima vez, entro e bato para valer. A jovem era a hoje defensora pública aposentada Lúcia Maria de Souza Norões Milfont. Já eles eram os policiais que serviam ao regime militar.

Apesar do terror, não houve violência física. Mas restou o sentimento de indignação em Lúcia, então uma estudante que lutava pelo coletivo. “Querida uma liberdade plena. Sempre quis transformar o mundo”, ressalta. Filha de um comerciante e de uma dona de casa, ela e os 9 irmãos passaram a infância na cidade de Baturité. O pragmatismo puxou do pai, um senhor austero e entusiasta das ciências. De lá, seguiu para Maranguape, onde estudou em um internato, até que seguiu para a capital a fim de fazer Medicina. Diante do contexto político em que vivia, decidiu mudar e resolver cursar Direito, tamanha sua necessidade em contribuir politicamente para o fim da Ditadura Militar. Certa vez chegou a esconder a agenda da militante Rosa da Fonseca, para que ela não fosse presa pelo regime. A pedido do então namorado

e futuro marido, que conheceu na faculdade de Direito e que se tornou promotor de Justiça, afastou-se das manifestações. “Me apaixonei e deixei a luta”, diz. Mas não perdeu a gana em fazer a diferença.

Ainda na faculdade, fundou com amigas o Clube da Luzinha, em contraponto ao Diretório Estudantil, que não aceitava mulheres. À época, estagiou no Fórum Clóvis Beviláqua. Ao concluir o curso, foi aprovada no 1º concurso para advogado de ofício, hoje defensor público, tendo trabalhado sempre em varas criminais. Atuou no Manicômio Professor Otávio Lobo, onde iniciou suas pesquisas com criminosos com desvios de conduta; e foi diretora do Presídio Feminino Desembargadora Auri Moura Costa. “Em minha gestão, nunca houve uma rebelião”, ressalta. Certa vez, uma detenta de alta periculosidade que havia sido transferida para o presídio, orquestrou seu sequestro, mas antes da ação, as outras detentas fizeram chegar à Lúcia o propósito. “As presas fizeram quase uma revolução para que isso não acontecesse”, relata, com gratidão. De lá, retornou ao Manicômio Professor Otávio Lobo, onde se aposentou.

Com tantas histórias fortes para contar, Lúcia destoa da imagem que se espera de alguém que passou por esses percalços. Na verdade, ela pode ser traduzida como uma mulher serena, que sabe separar o trabalho da vida pessoal. Tanto é assim que serviu de exemplo para os dois filhos, que também se tornaram advogados. Intelectual, Lúcia dedica-se hoje aos estudos da criminalidade, estando às voltas com a conclusão de sua pesquisa. Trata-se de uma estudiosa da mente humana, que parece ter encontrado a receita para o bem-estar em meio a uma realidade social que ela ainda sonha em mudar, sempre atenta às necessidades do coletivo.

JOSÉ SEBASTIÃO NETO

“Sempre tive inclinação para ajudar o outro. E o Direito e o Jornalismo têm o mesmo perfil: o de servir à população informando-lhe o que lhe é de Direito.”



O caso já havia corrido meia cidade. Um homem havia matado quatro membros de sua família de uma só vez. “Um negócio horroroso”, disseram os vizinhos, com certeza. A polícia interveio de imediato e o assassino acabou sendo morto. Por conta do episódio, o policial que apertou o gatilho teve que responder processo e recorreu a um advogado de ofício. José Sebastião Neto, hoje um defensor público aposentado, era quem respondia pela função em Itapajé. A gravidade do ocorrido gerou grande repercussão e os comentários eram os mais variados sobre a absolvição ou não do policial. Mas a defesa segura de Sebastião foi imperativa para o desfecho do caso: absolvido.

Tantos anos depois, Sebastião carrega consigo a firmeza comum a um líder. Nascido em Itapajé, município onde atuou como homem da lei pela primeira vez décadas atrás, ele apresenta em seu discurso um conhecimento abrangente de seu ofício e a facilidade de se comunicar. Não à toa, tal eloquência o levou a iniciar sua vida profissional como jornalista, época em que atuou em badalados veículos de comunicação, como a Tribuna do Ceará, Jornal Unitário, Rádio Assunção, Rádio Verdes Mares, Rádio O Globo, Jornal do Commercio, Gazeta de Notícias e em coberturas internacionais pelo Sistema Globo, Verdes Mares e Rádio Clube.

Antes de ser aprovado no vestibular para o curso de Direito pela Universidade Federal do Ceará (UFC), estudou em escolas em sua cidade natal, tendo em seguida passado a morar em Fortaleza e estudado nas escolas João Pontes e Liceu do Ceará. Ao concluir a faculdade, foi aprovado no concurso público para advogado de ofício, hoje defensor público. Como defensor, atuou inicialmente em Itapajé, época em que assumiu a Diretoria Regional da Secretaria de Justiça do Estado na área de advocacia de ofício, tendo sido o 2º advogado do Estado e 1º de sua terra a realizar um processo de divórcio.

Em sua trajetória, há passagens ainda nas comarcas de Sobral e Monsenhor Tabosa, onde também fez seu nome por conta de suas defesas. Em sua cidade natal, inclusive, tornou-se referência a ponto de ter sido vice-prefeito. Casado com a Sra. Maria Forte, Sebastião teve cinco filhos “Meu orgulho”, revela. E para além de interesses de atuação tão diversos, escreveu ainda dois livros: “História Política de Itapajé” e “Itapajé: Homens e Fatos”. E não dá o menor sinal de cansaço. Tanto é assim que continua a advogar na Câmara Municipal. Perguntado sobre o porquê de ter enveredado em duas profissões, Sebastião não titubeia. “Sempre tive inclinação para ajudar o outro. E o Direito e o Jornalismo têm o mesmo perfil: o de servir à população informando-lhe o que lhe é de Direito”, conclui.

WALNICE AZEVEDO DE CASTRO

A Defensora Pública em apreço jamais deixou de estudar, atualizando-se até a presente data. Em Direito, cursou as especializações “lato sensu” em Direito Penal, Direito de Execução, Direito do Trabalho e Direito Público.

A trajetória da defensora pública aposentada Walnice Azevedo de Castro remete à superação. Filha de pais simples, ela cursou os estudos em colégio público. É provável que seus sonhos de adolescência não tenham se concretizado, mas ela soube se conciliar com a realidade e garantir para si outros sonhos, outras formas de encarar a vida.

Walnice é de uma época em que os pais sonhavam simplesmente com um casamento para suas filhas. Tanto é assim que foi criada para os afazeres do lar. Em sua casa, os pais investiam monetariamente na educação dos filhos homens, enquanto Walnice e a irmã seguiam seus estudos sem que se reconhecessem realmente como protagonistas de suas próprias vidas.

E foi assim que chegou ao altar com tenra idade, encantada por um rapaz de olhos verdes e barba fechada. “Pela educação recebida, para mim, o casamento era tudo. Foi o que me ensinaram”, diz. Mas, como num roteiro absolutamente imprevisível, o dia a dia mostrou que nem tudo seriam flores. Enquanto o marido tentava ganhar a vida como vendedor, Walnice ficava em casa, cuidando dos pequenos - ela teve três filhos. Certa vez, ponderou. “Sem trabalhar, não vou poder dar a vida que gostaria para os meus filhos”.

Dali para voltar à sala de aula foi um pulo. Através de uma bolsa de estudos conseguida pelo irmão, Walnice dedicou-se a tentar passar no vestibular. Seis meses depois, foi aprovada em Direito na Universidade de Fortaleza (UNIFOR) e em Pedagogia na Universidade Estadual do Ceará (UECE), mas pelos poucos recursos, optou pela universidade pública, embora sua predileção fosse o Direito.

Formada em Pedagogia, especializou-se em Fortaleza, em Supervisão, Administração Escolar Pública e Inspeção Escolar, ciente que é a educação que forma toda Nação e que em qualquer área de trabalho há de haver educadores e professores.

Já formada pedagoga e com uma carreira consolidada na área, Walnice decidiu realizar seus sonhos e cursar Direito. Instalou, por 13 anos, escritório de advocacia particular, até decidir prestar concurso para Defensora Pública. Além disso, iniciou a Prática Forense atuando em todas as áreas, na Comarca de Trairi e em 15 cidades agregadas a esta.

Como Defensora Pública concursada, foi designada para a 1ª Vara de Família de Fortaleza. Walnice sempre acatou com carinho as decisões superiores, chegando a responder por quatro varas, quando se fazia necessário, por falta de Defensor Público. Muitas vezes, respondeu por até oito varas, além de muitas resoluções da Chefia da Defensoria. Respondia com mais afinco nas áreas de Família porque, à época, ainda não existia núcleo específico, e ela recebia muitos casos de mulheres que sofriam agressões de seus companheiros.

A Defensora Pública em apreço jamais deixou de estudar, atualizando-se até a presente data. Em Direito, cursou as especializações “lato sensu” em Direito Penal, Direito de Execução, Direito do Trabalho e Direito Público, defendendo e apresentando as suas respectivas dissertações para o engrandecimento atualizado do Direito.

Dra. Walnice convolou núpcias pela segunda vez com o Sr. Glauter Castro, tendo alguns colegas da Defensoria como padrinhos e madrinhas. Ao lado do marido, dos filhos, enteados, netos e bisneto, Walnice leva uma vida tranquila, chegando a quase influenciar seus familiares a prosseguir a luta pelos mais carentes, ou seja, os hipossuficientes atendidos pela Defensoria Pública.



MARIA IVONETE TABOSA DE MOURA

“Me realizo ao ver a alegria no rosto das pessoas.”



Oficialmente, o defensor é o advogado público que atua na defesa da população carente. A informação já faz parte do senso comum, e embora seja investida de mérito, não contempla com a devida justiça a figura do defensor. Para além dessa informação, o defensor público é alguém que não se fecha em seus próprios interesses. E que, se investigado a fundo, apresenta uma trajetória que ilustra sua natureza altruísta. Que o diga a defensora pública aposentada Maria Ivonete Tabosa de Moura.

Natural de Santa Quitéria, Ivonete carrega consigo um passado de luta, algo comum a tantos nordestinos. Aos quatro anos de idade, já percorria meio sertão na barra da saia da mãe, a procura do pai sumido. De cidade em cidade, crescia a olhos vistos debaixo de um sol de queimar o juízo, enquanto a mãe não sossegava até que descobrisse o paradeiro do companheiro. Foi quando sentiram o desânimo invadir lhes como se um peso recaísse em seus ombros: encontraram o sumido com outra família.

Vida que segue, mudaram-se, mãe e filhos, para Fortaleza. E, à base de muita roupa lavada para fora, a matriarca conseguiu encaminhá-los. Ivonete, por exemplo, foi para o internato. “Minha mãe dizia que a gente tinha que ser doutor”,

diz, emocionada. Aos 14 anos, por conta das dificuldades e da saída do internato, Ivonete abandonou os estudos e foi se aventurar no trabalho pesado em uma fábrica de castanhas. “Não me conformava de ter saído da escola”, conta. Aos 19 anos, quando decidiu voltar para a sala de aula, ouviu do então chefe: “Papagaio velho não canta”.

Mas Ivonete cantou, terminou o colegial e foi aprovada no vestibular para o curso de Direito na Universidade Federal do Ceará. Ao concluir a faculdade, foi advogar para o Sindicato de Trabalhadores Rurais de Crateús, atendendo 11 municípios. Seguido a isso, foi aprovada no concurso para defensora pública, então advogada de ofício. Foi lotada em Sobral, apesar da resistência inicial do então Governador Virgílio Távora, que preferia um homem para a comarca. Posteriormente, foi defensora em Santa Quitéria – sua terra natal – e por fim, em Pacajus.

Com um talento inquestionável para uma boa conversa – basta a primeira pergunta para fazer um “raio x” de sua vida-, Ivonete fala com altivez sobre desventuras e, com humildade, sobre conquistas. E apesar de não ter casado e não ter tido filhos, considera-se realizada, pois busca a felicidade no simples, no viver bem consigo e com os outros. “Me realizo ao ver a alegria no rosto das pessoas”, ensina a nobre Ivonete.

MARIA UYARA CAMPOS VIANA

“Nesta profissão, quando você dá a atenção necessária ao assistido, você pode mudar a vida dele. Isso já aconteceu demais conosco.”



Dra. Uyara me recebeu com um grande sorriso, uma voz mansa e me convidou a adentrar ao seu belíssimo apartamento, local de uma família cheia de brilhos refletidos em fotos que se espalham pela sala de visitas. “A Defensoria foi a realização da minha vida”, começou a doutora. Quando ainda jovem, sua vontade e desejo de se tornar advogada de ofício na antiga Procuradoria de Assistência Judiciária aos Necessitados fora freada pela forte cultura machista da época. Ainda estagiária, na antiga Procuradoria, a jovem Uyara fora surpreendida com as palavras do gestor da época: “Não quero mulheres bonitas aqui. Mulher bonita só quer trabalhar para conseguir um marido”. Pasmada ao contar essa história, a doutora completou: “E eu nem me acho bonita! Foi um absurdo”.

Porém, a jovem doutora não desistiria do seu sonho, e um ano depois assumiu o cargo de advogada na mesma Procuradoria. “Ali eu me realizei”, afirmou saudosista. Atuou na Área Cível, mas foi na Criminal que passou mais tempo e firmou seu nome como uma grande e competente defensora. “Nesta profissão, quando você dá a atenção necessária ao assistido, você pode mudar a vida dele. Isso já aconteceu demais conosco”, dizia isso olhando para sua melhor amiga, a também doutora Salete Castelo, que estava presente no local e cuja

história será a próxima a ser publicada. Esta foi uma amizade de laços tão fortes que ambas não queriam fazer a entrevista se não fossem juntas. “A Salete foi um grande presente que minha carreira na defensoria me deu” afirmou a Dra. Uyara.

Nesta vida de lutas como defensora pública, Maria Uyara fica com os olhos marejados ao lembrar os atos de gratidão dos seus assistidos. “Emocionava-me ver como eles eram gratos e o que eles faziam para nos agradecer”, dizia. “Uma vez, recebi um jerimum enorme de um assistido. Eu dizia que não precisava, mas o rapaz afirmava que não aceitaria um ‘não’ como resposta, pois ele tinha a obrigação de me agradecer”, narra animada.

O sentimento que a tomava, cobria seu rosto de satisfação. Foi uma carreira cheia de vitórias e fatos emocionantes, cujo maior ideal era apoiar os necessitados da melhor forma, obedecendo à lei, e dando-lhes todas as condições jurídicas para um julgamento justo. “Realizava-me porque sentia que estava fazendo algo por alguém”, dizia com segurança, a doutora. Foram 33 anos de trabalho na Defensoria Pública. Tempo que fez de Maria Uyara e Maria Salete nomes importantes, tanto para a Defensoria Pública, como para a Associação dos Defensores Públicos do Estado do Ceará, pois ambas participaram da criação deste órgão que luta todos os dias pelas melhores condições de trabalho dos defensores.

MARIA DE SALETE CASTELO DE AMOREIRA

“Sempre amei e amo a carreira que abracei. Sou feliz e agradeço a Deus a dádiva que Ele me concedeu em ser defensora Pública, porque consegui o que mais queria na minha vida, como profissional e cidadã.”



O semblante sereno esconde uma personalidade forte e determinada, marcas de uma pioneira. A Dra. Maria de Salette Castelo de Amoreira é uma das fundadoras da Defensoria Pública no Ceará. Viúva do Dr. Francisco Arlindo de Amoreira, Procurador de Justiça do Estado do Ceará, de saudosa memória, ela foi a 1ª Secretária da Associação dos Defensores Públicos do Estado (Adpec), Conselheira da Adpec, da Defensoria Pública e da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção Ceará (OAB CE). Além de Conselheira, foi uma das diretoras da Adpec.

“Lembro quando me chamaram para formar a Associação dos Defensores Públicos do Ceará com o objetivo de defender nossos interesses”, diz ela, cheia de memórias guardadas no coração. Dra. Salette confidencia que “desde novinha queria fazer faculdade de Direito”. “Mas ficava na dúvida porque meu pai achava melhor fazer o curso normal”. Os caminhos são trilhados nem sempre como querem os nossos pais.

A professora, Dra. Olívia, foi sua fonte de inspiração na carreira do Direito. “Eu perguntei a ela se podia fazer Direito, mesmo fazendo o curso normal”, revela. Assim, graduou-se em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito da Universidade Federal do Ceará, em 1962. Tem especialização

em Direito Público, cursos na escola Superior de Guerra e Administração Pública e curso de atualização em Direito Penal promovido pelo Tribunal de Justiça do Ceará.

Antes da Defensoria Pública, era funcionária concursada do Poder Legislativo; exercia suas funções na Comissão de Redação de Leis. “Porém, o meu sonho era chegar à Defensoria Pública, onde teria o prazer de poder ajudar aos mais necessitados”, revela. “Dra. Salette atuou nas 3ª e 8ª Varas Criminais e na 2ª dos Delitos de Trânsito, quando foi promovida, por merecimento, a Defensora Pública de 2º Grau, para atuar na 2ª Câmara Criminal”, conta.

Concorreu a Defensora Geral do Estado, na primeira eleição para o cargo, com as doutoras Nívea de Matos Nunes Rolim e Benedita Maria Basto Damasceno. Agradecida ao que a vida lhe reservou, a Dra. Salette guarda com muito carinho e respeito os colegas de profissão, que sempre a apoiaram, sobretudo quando concorreu aos cargos eletivos. “Concorri ao Conselho da OAB e fui eleita. Recebi a Medalha Padrão da OAB e isso tudo é muito gratificante”, resume.

Com a convicção de quem nasceu para servir, ela resume sua trajetória profissional: “Sempre amei e amo a carreira que abracei. Sou feliz e agradeço a Deus a dádiva que Ele me concedeu em ser defensora Pública, porque consegui o que mais queria na minha vida, como profissional e cidadã”.

ZEFERINO PINHEIRO BARREIRA

“Acompanhei de perto, a busca de melhores condições de trabalho e salariais. É claro que isso demandou uma luta muito grande ao longo do tempo, a qual prossegue ainda hoje.”



O defensor público aposentado Zeferino Pinheiro Barreira, 71 anos, natural de Fortaleza, ingressou na Defensoria Pública aos 50 anos. Divorciado, pai de Érico Martins Barreira e Lívia Martins Barreira, ele conta que não foi fácil concorrer com jovens recém-formados. Mas a determinação o fez seguir na carreira que abraçou e da qual sente muito orgulho.

Formado em Direito pela Universidade Federal do Ceará, na turma de 1973, Zeferino Barreira é um gentleman. Educado e simpático, conversou com a Assessoria de Imprensa da Adpec e revelou que gosta muito de ir ao cinema, a bons restaurantes, ouvir tangos e boleros, além de frequentar a casa dos amigos. É um pai dedicado e que torce pelo sucesso dos filhos.

Na sua “rotina de aposentado”, tem procurado não se afastar totalmente da advocacia, mantendo o hábito de leituras variadas. “Procuo estar sempre próximo aos familiares e amigos, participando de atividades que incluem música, boas conversas e boa gastronomia. De vez em quando, também procuro viajar, o que sempre gostei de fazer”, confidencia.

Zeferino ingressou na Defensoria Pública do Ceará no ano de 1993, por meio de um concurso público, aos 50 anos. Ele nos conta que não foi fácil ser aprovado, visto que os candidatos, em sua maioria, eram jovens recém-formados. “Mas, como eu vinha há cerca de dois anos me submetendo a outros concursos públicos, acreditei que poderia obter a aprovação e não desisti”, revela.

Para Zeferino, o que muito o ajudou a passar no certame foi a experiência adquirida na função de advogado do Banco de Desenvolvimento do Ceará (Bandece), durante 22 anos. “Naquela época, exercia a advocacia e, realmente, a Defensoria Pública seria uma oportunidade de continuar advogando, pois este sempre foi o ramo do Direito com o qual eu mais me identifico”.

Permanecendo como Defensor Público por 10 anos – até 2003, quando se aposentou, ele conta que o principal desafio durante o exercício da atividade defensorial foi prestar uma boa assistência aos necessitados que sempre se constituíram (como ainda hoje) a grande maioria da população.

“Embora a Defensoria, naquele tempo, tivesse uma estrutura muito precária (notoriamente diferente dos dias atuais), acredito que eu e os colegas conseguimos vencer os obstáculos cotidianos e, assim, minorar um pouco o sofrimento das pessoas carentes que nos procuravam”, afirma.

Hoje, Zeferino faz uma avaliação positiva da atuação da Defensoria Pública. Para ele, é evidente que houve, sobretudo ao longo da última década, uma melhora substancial na prestação do serviço. “Acredito que isto ocorreu devido ao reconhecimento por parte da população do papel que o órgão desempenha na sociedade, ensejando o acesso democrático a Justiça”, pontua.

Outro fator para o crescimento da atividade, na avaliação do defensor aposentado, são as campanhas de valorização do profissional que continuam sendo desenvolvidas. “Acompanhei de perto, a busca de melhores condições de trabalho e salariais. É claro que isso demandou uma luta muito grande ao longo do tempo, a qual prossegue ainda hoje, principalmente com relação ao número de defensores públicos que continua bem abaixo do necessário”.

Sempre que tem oportunidade de falar sobre a Defensoria Pública aos jovens advogados, nosso simpático entrevistado diz que procura incentivar o ingresso deles na carreira, enaltecendo o importante papel que este profissional desempenha perante a sociedade. “Os anos nos quais tive a oportunidade de exercer a atividade de defensor público foram muito gratificantes e tenho hoje pela Defensoria Pública um carinho todo especial”.

BARTOLOMEU SILVA FIGUEIREDO

“Tive o privilégio de instalar a Defensoria no chamado Médio Jaguaribe. Fui o primeiro defensor designado para lá.”

“É da Adpec? Pode entrar!”. Com esta frase e um sorriso no rosto, o defensor público aposentado Bartolomeu Silva Figueiredo, 65 anos – completados em 18 de março último –, recebeu a Assessoria de Imprensa da Associação para uma conversa. Em meio a uma arrumação no seu escritório e uma agenda apertada, com compromissos em Fortaleza e Brasília, ele contou sua trajetória de dedicação e amor pela advocacia para os mais necessitados.

Graduado em Ciências Jurídicas e Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), em 1981, Dr. Bartolomeu vem de uma família dedicada ao magistério. Estava, acreditava ele, sendo preparado para ser professor, como era a tradição do clã. cursava Letras, já estava na metade do curso. No entanto, casado e com filhos, fez vários concursos públicos e foi aprovado para o cargo de escrivão da Polícia Federal.

“A necessidade de prover minha família falou mais alto. Então, deixei o curso de Letras e segui para trabalhar em Natal, no Rio Grande do Norte, para onde fui designado pela Polícia Federal, após passar por um curso interno de formação em Brasília”, comenta. Dr. Bartolomeu é pai de Helen Karla, Ismael, Daniel e Cássia (frutos da união com Vanda Lúcia de Oliveira Figueiredo) e casado, atualmente, com Maria Augusta Oliveira Figueiredo.

A fim de seguir carreira na PF, Dr. Bartolomeu sentiu a necessidade de fazer o curso de Direito, para tentar ser, posteriormente, delegado. “Quando eu cheguei à Faculdade, que o primeiro professor começou a dar aula, foi que eu descobri qual era a minha verdadeira vocação: era ser advogado, estudar

Direito e procurar aplicá-lo”, lembra, acrescentando que o corpo docente na UFRN era composto por advogados militantes.

Para exercer a paixão pela advocacia, Dr. Bartolomeu pediu demissão da PF, veio para Fortaleza e começou a advogar, nas áreas Trabalhista, Tributária, Cível. Na mudança do escritório, de Natal para Capital cearense, ele conta que encontrou uma pasta com documentos de vários serviços gratuitos que havia feito para pessoas necessitadas. “Era trabalho de advogado de ofício que eu fazia, ou seja, prestava assistência aos mais necessitados em meu escritório”, resume.

Foi, então, que resolveu prestar concurso para a Defensoria Pública, ingressando nos quadros da Instituição em 1988. Assumiu em Jaguaribe, no Ceará. “Tive o privilégio de instalar a Defensoria no chamado Médio Jaguaribe. Fui o primeiro defensor designado para lá”. Respondia por mais de uma comarca (Quixadá e Limoeiro do Norte). “Ia para o interior, ficava dois dias numa cidade, dois dias em outra”, recorda.

O trabalho árduo – “às vezes, até 10 horas da noite, enquanto havia gente para atender” – traz boas recordações para o Dr. Bartolomeu. “Sempre fiquei feliz por estar ajudando com o que eu podia àquelas pessoas necessitadas”. Sobre os entraves para exercer o trabalho, ele responde direto: “Eram todos! Não tinha casa pra morar, combustível para o carro, não tinha ajuda para transporte e o salário era bem pequenininho, igual ao de professor”.

Para vencer estas dificuldades, Dr. Bartolomeu sempre teve o apoio da família. “Todos achavam que nas minhas escolhas eu sempre estava fazendo o que era certo”. Aposentado desde 2010, hoje dedica seu expediente à advocacia empresarial. Nas horas de lazer, não dispensa uma pescaria. “Chegar a um bom lugar para pescar, para mim, é uma felicidade muito grande”.



ANA MARIA VIANA MOREIRA

Hoje, a Defensoria está no pico, só faltando algumas coisinhas, comparando com o que a gente viveu... Hoje está bom demais. Fiz muita coisa na Defensoria.”

O que seria um dia de trabalho como outro qualquer para a defensora pública aposentada Ana Maria Viana Moreira, em 15 de março de 1994, transformou-se num acontecimento histórico para o Ceará e um divisor de águas em sua carreira. Na manhã daquela terça-feira, ela acordou, arrumou-se e foi para o Instituto Penal Paulo Sarasate (IPPS), como fazia desde que havia sido designada para trabalhar no presídio pelo Ministério da Justiça.

Pois, naquele 15 de março, há 20 anos, Dra. Ana Maria foi testemunha do sequestro de Dom Aloísio Lorscheider – episódio lembrado até hoje como uma das principais rebeliões do sistema prisional cearense. “Nós estávamos lá, todos no auditório, quando de repente o presidiário Carioca (Antônio Carlos de Souza Barbosa) pegou Dom Aloísio por trás e o derrubou no palco. Foi aí que as pessoas que trabalhavam lá, como as assistentes sociais, nos pegavam e diziam ‘corram, corram que vai dar confusão’”, lembra.

O desfecho da história, todos sabem: durante uma vista da Pastoral Carcerária, o detento Carioca imobilizou o cardeal-arcebispo de Fortaleza com uma faca; houve troca de tiros e dois presos foram mortos; um soldado saiu ferido. Treze pessoas foram feitas reféns por 14 detentos dentro daquele auditório em que a Dra. Ana Maria encontrava-se. O sequestro durou 20 horas. Os presos saíram do IPPS às 23h15min num furgão e só liberaram os reféns às 6h do dia 16.



Antes, ela já havia trabalhado no presídio, como defensora pública. “No tempo do IPPS, nós éramos 10 defensores públicos para 700 presos. Eram 70 presos para cada defensor. Tudo funcionava, tudo era controlado. Eram 70 presos todos bem assistidos”, recorda a Dra. Ana Maria. Esse tempo de que fala com saudade não era naquele ano de 1994. Foi antes, logo quando voltou de Pentecoste, onde trabalhou por dois anos como advogada de ofício.

Ela conta que deixou de trabalhar no IPPS pela segunda vez por medo, após o sequestro do cardeal-arcebispo. “Depois que eu voltei a trabalhar, fiquei com medo. Não tive mais segurança. Se um preso entrasse com camisa aberta ou fumando, a gente tinha autoridade para mandá-lo sair, vestir a camisa, apagar o cigarro. Depois do episódio do Dom Aloísio, foi a decadência do IPPS, porque se perdeu o controle, perdeu tudo, os presos dominaram mesmo”, comenta.

Dra. Ana Maria trabalhou, ainda, no Presídio Auri Moura Costa e no Instituto Penal Professor Olavo Oliveira (IPPOO). Com a experiência de quem viveu de perto a realidade carcerária no Brasil, em especial, no Ceará, ela critica o sistema prisional. “O sistema penitenciário do país está muito acabado. Antigamente, esses presos tinham o que fazer. No IPPS tinha fábrica de filtro, fábrica de mulambos (tecido para fazer estopa), sapato, granja, pocilga, horta. Eles trabalhavam com prazer e estudavam. Hoje, o que é que eles têm? Nada. E estão construindo presídios e mais presídios... E a escola se acabando... a educação se acabando... E os traficantes todos dominando. O

problema é de baixo para cima, tem que priorizar a educação. Eu acho que você estudando consegue alguma coisa”.

Do IPPS, a Dra. Ana Maria ainda recorda uma história: atendia, como defensora a um rapaz, cuja mãe ia muito ao presídio. Muitos anos depois, atuando no Juizado da Infância, ela ia passando em uma unidade para jovens em conflito com a lei, quando se deparou com a mãe do seu assistido. “Ela me reconheceu e eu a reconheci e perguntei o que ela estava fazendo ali. Ela me disse ‘estou cuidando do meu neto’. Para você ver como é a situação social neste país: o pai foi morto e a avó cuidava do neto, que já vivia em conflito”.

A defensora pública aposentada vem de uma carreira no Estado, iniciando, em 1967, na Secretaria do Trabalho. Depois, foi para a Secretaria de Indústria e Comércio e para a Secretaria de Cultura. “Fiz um concurso interno para assistente jurídico, quando tinha terminado a faculdade, e depois fiz o concurso para defensor público porque eu terminei a faculdade não tão nova como normalmente se termina, já fiz a faculdade bem tarde”, conta.

Para ela, foi muito boa a experiência dessas três secretarias. “Porque me preencheu e me abriu muito a visão em relação ao serviço público”. Quando assumiu como defensora, foi trabalhar em Pentecoste. “Trabalhei lá dois anos e fui transferida para trabalhar no IPPS, onde fiquei por vários anos. Saí e fui trabalhar no cartório das Execuções Criminais, onde tive a sorte de encontrar vários juizes bons que ainda hoje são amigos meus. Foram pessoas maravilhosas”.

Dra. Ana Maria ficou na Secretaria das Execuções Criminais até o Dr. Darival Bringel, que hoje é desembargador, convidá-la para trabalhar no Projeto Justiça Já, do Juizado da Infância e Adolescência. “Foi um trabalho muito bonito, onde passei 12 anos, até me aposentar. Parei porque achava que estava enxugando gelo, não estava vendo muito retorno do governo para ajudar esses adolescentes que hoje estão do jeito que estão aí”.

Divorciada, Dra. Ana Maria fez faculdade depois que se separou. “Terminei o Normal em 1966, casei em 1960 e me separei em 1970, entrei na faculdade em 1972. Fiz em quatro anos. Estudava de manhã, de tarde e de noite. O diretor da Faculdade, Dr. Luiz Marcílio, dizia ‘minha filha traga logo uma rede ou uma cama pra cá, pra você não ter o trabalho nem de ir a casa’”, recorda.

Sem filhos, ela conta que deu para conciliar a carreira no Estado porque tinha pai e mãe na época em que passou no primeiro concurso. “Depois, meu pai faleceu, minha mãe ficou comigo, e eu fiquei com minha mãe doente... Eu não me aposentava porque não ia suportar. Me aposentei três anos após ela falecer, porque era só eu e ela”.

“Minha história na Defensoria é longa porque foram 43 anos de serviço público. Há dois anos me aposentei e não me arrependo porque faço muita coisa hoje”, resume Dra. Ana Maria. Na época – recorda ela – o advogado de ofício “era o primo pobre da justiça”. “Hoje, a Defensoria está no pico, só faltando algumas coisinhas, comparando com o que a gente viveu... Hoje está bom demais. Fiz muita coisa na Defensoria.”

VALDENIZE DO NASCIMENTO MARQUES

“Atender às pessoas mais pobres sempre foi o que mais me trouxe realização.”

“**Atender às pessoas mais pobres** sempre foi o que mais me trouxe realização”. Com esta frase, a defensora pública aposentada Valdenize do Nascimento Marques resume a sua carreira na Defensoria Pública do Ceará. Com brilho nos olhos e emoção na fala, ela conta que, para quem tem esta profissão como vocação, não existe recompensa melhor do que um “muito obrigado” de um cliente assistido. “Quando via o sorriso deles, sentia-se realizada”.

Natural de Teresina, a Dra. Valdenize ingressou na Defensoria Pública em 1982, tendo sido lotada na 7ª Vara Criminal durante oito anos. “Posteriormente, foi orientadora de estágio na UFC, tendo passado, em seguida, a atuar no Setor de Contestação da 5ª Vara de Família, onde permaneceu até 1998 quando requereu sua aposentadoria proporcional para se dedicar à advocacia particular, área na qual atua até a presente data”, relata.

Dra. Valdenize conta que sempre gostou muito de trabalhar na área de Família. “Porque via a alegria das pessoas assistidas. No crime, não. É diferente; a gente vê mais sofrimento e desesperança”, admite ela, que também atuou, embora por apenas dois meses, em Baturité. “Os mais necessitados olham para os defensores com grandes esperanças. Quando passava e era cumprimentada por eles, tinha enorme satisfação”.

Para a defensora aposentada, não importava a falta de estrutura, ou o pioneirismo dos que ingressaram na carreira Defensorial quando os tempos eram mais difíceis. Revisão de FGTS, pensões alimentícias, alvarás... O que o cliente ne-

cessitasse estava ali, pronta para atender. “Como forma de gratidão, muitos davam bolos, queijos, um corte de tecido. E a gente não podia recusar, para não fazer desfeita”, lembra.

Quando se empolgava com um “caso”, Dra. Valdenize fazia o papel de “investigadora”. “Se o sujeito afirmava que não tinha dinheiro para pagar pensão, investigava para descobrir se era verdade”. Pedia extrato de FGTS, ligava para o local de trabalho... Tudo para fazer um bom trabalho aos assistidos.

Na advocacia particular, ela conta que levou muito do seu perfil Defensorial, afirmando que gostava de defender os mais fracos. Tanto que se especializou em Direito do Consumidor. “É sempre bom defender os vulneráveis contra bancos, financeiras, operadoras de cartão de crédito”, confessa.

Nas horas de lazer, Dra. Valdenize gosta de passear e viajar, além de paparicar os netos – já são sete. Pena que apenas dois moram em Fortaleza. Seus quatro filhos (três mulheres e um homem) são todos casados. Nessa entrevista, confidencia que mantém o hábito de ir ao Fórum, quase todos os dias, para agilizar os processos bem como rever os colegas defensores públicos.

Dra. Valdenize ressalta que participou de duas gestões da Adpec, cujo período teve como presidente a Dra. Mariana Lobo. Exerceu, à época, o cargo de Conselheira Fiscal da Associação. “Mesmo aposentada, sempre participava assiduamente dos movimentos realizados pela Adpec, visando à concretização de melhorias para a classe”, afirma, acrescentando que hoje se sente “feliz e gratificada em ter contribuído de alguma forma para a conquista de nossos ideais bem como proporcionar melhor atendimento aos assistidos, ressaltando que nossa luta continua”.



MARILENE CHAVES BARRETO RODRIGUES

“A Justiça é para todos. Os jovens que ingressarem hoje na carreira de Defensor Público, encontrarão um órgão totalmente reestruturado, bem aparelhado, uma carreira organizada, reconhecida e respeitada pela sociedade, tudo graças ao atuante e incansável trabalho da Adpec.”

Com uma enorme simpatia, a Dra. Marilene Chaves Barreto Rodrigues nos recebeu em sua casa para nos contar sua trajetória profissional e como ingressou na Defensoria Pública do Ceará.

Dra. Marilene nasceu na cidade de Maranguape, no Sítio Preguiça, localizado ao pé da serra daquela aprazível cidade da Região Metropolitana de Fortaleza. Fez todo o ensino fundamental no Ginásio Santa Rita da Congregação Religiosa Filhas de Nossa Senhora do Amparo, concluindo o curso ginásial em 1964. Em 1965, veio residir em Fortaleza para cursar o ensino médio na Escola Doméstica São Rafael, colégio também de freiras da Congregação Religiosa das Irmãs de Caridade.

Formando-se professora primária em 1968, prestando vestibular no final daquele ano, ingressou na faculdade de Direito no ano de 1969, quando estava no 2º ano da faculdade, em 1970, casou e foi residir no interior do Ceará, afastando-se assim dos anos considerados de chumbo. Vale salientar que antes de casar, a Dra. Marilene morava na residência universitária Júlia Pinto, tendo como colegas de residência Rosa da Fonseca, Linda Vasconcelos e sua colega da faculdade e hoje Defensora Pública aposentada, Dra. Maria da Graça Reis Pinto, razão pela qual sempre recebiam a indesejada e inesperada visita da Polícia Federal.



Em 1973, já mãe de duas filhas, voltou para Fortaleza e reiniciou seus estudos na Faculdade de Direito, concluindo o curso em junho de 1976, quando já tinha sua terceira filha com um ano de idade. Nesta época, já trabalhava como professora na Rede Estadual de Educação (SEDUC), lecionando as disciplinas de OSPB e Moral e Cívica.

Com todas as dificuldades de trabalhar fora e com três filhas ainda muito criança, em 1978, fez o concurso para Defensora Pública, tendo êxito na aprovação. Assumiu o exercício da função na Comarca de Maranguape, sua terra natal. Foi uma grande satisfação retornar para trabalhar em Maranguape, após ter saído de lá ainda bem jovem e reencontrar sua colega de ginásio Lúcia Aguiar, trabalhando no Fórum de Maranguape. Dra. Marilene tem muita gratidão a esta ex-colega, bem como a amiga Regina Célia, pois estas duas servidoras públicas da Justiça, por serem muito competentes, foram muito generosas, ensinando-lhe todos os trâmites dos processos judiciais.

A Dra. Marilene faz questão de reverenciar a saudosa memória do Desembargador Wilton Machado Carneiro, que à época era o Juiz Diretor do Fórum de Maranguape, e a recebeu muito bem. Dra. Marilene, no exercício de sua função como Defensora Pública na Comarca de Maranguape, sempre teve um excelente relacionamento com todos os magistrados, advogados e servidores da Justiça. Foi uma época muito feliz de sua vida profissional, na Comarca de Maranguape fez grandes amizades e conheceu pessoas inesquecíveis que guardará para sempre no coração.

Dra. Marilene permaneceu na Comarca de Maranguape até o ano de 1990, quando, a seu pedido, foi transferida para exercer a função na Comarca de Pacatuba, também localizada na Região Metropolitana de Fortaleza. Em Pacatuba, teve

a grande satisfação de reencontrar uma colega da Faculdade de Direito, a Dra. Sônia Queiroz, exercendo o cargo de Promotora Pública. Permaneceu nesta Comarca até o fim de 1994, em seguida, foi fazer parte como Membro da 3ª Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, na Procuradoria Geral do Estado, permanecendo na PROPAD-PGE até 2005, ocasião em que retornou ao exercício da função, já como Defensora Pública de 2º Grau.

Como não desejava exercer a função de Defensora Pública de 2º Grau, no Tribunal de Justiça, requereu ao então Defensor Público Geral, Dr. Luciano Hortêncio, para ser lotada na sede da Defensoria Pública. Dra. Marilene demonstra gratidão ao Dr. Luciano Hortêncio, que acolheu seu pedido, compreendendo sua difícil situação familiar em virtude da grave doença de seu esposo. Dr. Luciano foi muito generoso com ela neste momento difícil de sua vida, e a lotou para exercer a função no Núcleo de Conciliação, localizado na sede da Defensoria. “Esta foi uma época difícil, mas sempre contei com a compreensão das colegas e a colaboração das funcionárias”, relembra, destacando a colaboração que lhe prestou a funcionária Cleida Rios.

Em outubro de 2007 e já viúva, requer sua aposentadoria em ambos os cargos que exerceu na administração estadual e se afasta definitivamente das funções de Defensora Pública e de Professora. Pela experiência que vivenciou durante os anos que exerceu a função de Defensora Pública, relata que, às vezes, as questões dos assistidos não são jurídicas, mas sim sociais. “É a falta de emprego, de educação e de estrutura familiar. Muitas vezes, as mulheres que me procuravam no atendimento, diziam assim: ‘por favor, doutora, deixe eu contar meu sofrimento’”.

Mesmo com todas as dificuldades exigidas para conciliar as três funções que exercia: primeiro como mãe e adminis-

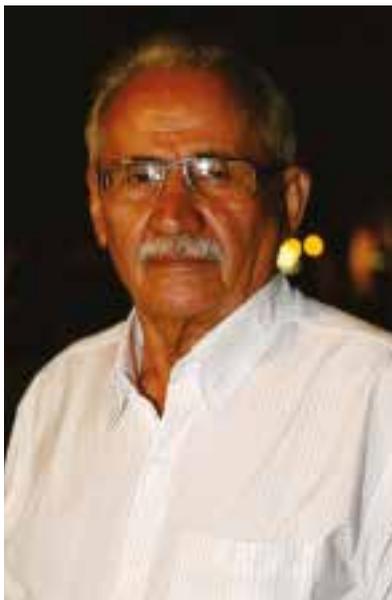
tradora do lar, depois como servidora pública nas funções do exercício de Professora e de Defensora Pública, Dra. Marilene considera-se uma pessoa abençoada, pois com a graça de Deus conseguiu administrar bem sua vida familiar e profissional, e com grande esforço conseguiu concluir o curso de Pedagogia, iniciado na UNIFOU em 1985, e finalizado somente em 2000, na Universidade Vale do Acaraú (UVA), sendo bacharela em licenciatura plena nas áreas de filosofia, sociologia e psicologia. Todo este empenho tinha duas finalidades: adquirir conhecimento; mas, principalmente, elevar um pouco mais seu salário de professora do Estado do Ceará.

Indagada se aconselhava aos jovens seguir a carreira de Defensor Público, respondeu que sim, pois é um relevante trabalho de cunho social e indispensável ao Estado Democrático de Direito. “A Justiça é para todos. Os jovens que ingressarem hoje na carreira de Defensor Público, encontrarão um órgão totalmente reestruturado, bem aparelhado, uma carreira organizada, reconhecida e respeitada pela sociedade, tudo graças ao atuante e incansável trabalho da Associação dos Defensores Públicos do Estado do Ceará, que luta e defende com garra os direitos de seus associados”, comenta. “A atual presidente da Adpec, Dra. Sandra Sá, é uma mulher dinâmica, que trabalha incansavelmente em prol da classe que representa. A vitória da Defensoria está breve, pois a luta continua”.

Também declarou que de todas as atividades laborais que exerceu, as mais gratificantes foram as de professora e de defensora, frisando que antes de exercer estas duas funções no Estado do Ceará, foi comerciária e bancária. Ainda muito jovem, trabalhou na Casa Parente e no Banco da Bahia, motivo de orgulho para ela e exemplo para as filhas. Entretanto, faz questão de declarar que foi na Defensoria Pública os melhores anos de sua vida profissional.

JOÃO VASQUES LANDIM

“O ramo da advocacia é o melhor ramo para negociar. Na Defensoria, você vê a justiça acontecer. Como defensor público você luta por direitos. Como advogado, luta por interesses.”



A vida no campo, entre plantas e animais, é uma realização pessoal para o defensor público aposentado João Vasques Landim. Natural de Missão Velha, município da Região do Cariri, localizado a 531 km de Fortaleza, Dr. João é daquelas pessoas determinadas, que sabe o que quer. Depois de atuar como bancário, advogado de ofício e defensor público, hoje o nosso personagem devota o tempo livre à família, à leitura e à sua criação de gado, num sítio na zona rural de Juazeiro do Norte.

Dr. João é graduado em Direito pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Conclui o curso em 1970, ano em que o Brasil foi tricampeão da Copa do Mundo de Futebol e época em que só havia esta faculdade de advocacia no Estado.

O defensor público aposentado iniciou a vida profissional no Banco do Nordeste (BNB). Foi funcionário da instituição bancária durante seis anos. Quando terminou a faculdade, permaneceu no banco e advogando em Fortaleza, durante quatro anos. “Trabalhava no BNB para poder me manter em Fortaleza”, conta.

Vislumbrando oportunidades mais perto da cidade natal, Dr. João conseguiu uma licença de dois anos do banco e retornou ao Cariri. Lá estabelecido, em meados da década de 1970, desligou-se definitivamente do BNB e se dedicou integralmente à advocacia.

Em 1978, surgiu a oportunidade de atuar como advogado de ofício. Sem pensar duas vezes, assumiu a vaga em Senador Pompeu. No ano seguinte, passou a atuar em Juazeiro do Norte. “O trabalho era muito sobrecarregado. A demanda era tão grande que adotei 19 auxiliares”. Nada que o fizesse desistir.

“Até então (antes criação da Defensoria Pública do Estado do Ceará), era um exagero de trabalho. A gente fazia o possível e o impossível para atender à demanda”, relata. Em contrapartida, os vencimentos deixavam a desejar. “Advogada particular, porque o que ganhava como advogado de ofício não dava para sobreviver”, acrescenta.

Dr. João recorda que a Defensoria Pública foi estabelecida em 1997. Naquele ano, ingressou no Segundo Grau. Passou cinco anos (até 2002), em Fortaleza. “Sai dizendo que estava de férias, porque a 24ª Vara e 1ª Câmara Cível no Tribunal não chegava a um quinto do que eu fazia aqui no Juazeiro”, brinca.

Definindo-se como uma pessoa bastante tímida, Dr. João relata, no entanto, uma facilidade para fazer amizades. “Conseguia me comunicar bem, apesar da timidez. Tanto que fui vice-presidente da Adpec, na gestão da Dra. Mônica Barroso. Sempre tivemos um ótimo relacionamento”, comenta.

Para João Vasques Landim, a Defensoria Pública foi, acima de tudo, o espaço de trabalho onde pode conhecer o sentido literal da palavra justiça. “O ramo da advocacia é o melhor ramo para negociar. Na Defensoria, você vê a justiça acontecer. Como defensor público você luta por direitos. Como advogado, luta por interesses”.

RUBEM ABITBOL DE MENEZES

“Não tinha a abrangência que tem hoje. Nossa atuação era restrita a algumas ações específicas no Fórum. Hoje, a Defensoria Pública ocupa o seu devido espaço social.”



Um homem de família. Assim podemos definir o defensor público aposentado Rubem Abitbol de Menezes. Casado há 45 anos, às 24 horas do dia – como ele mesmo diz – com a senhora Maria Alice, ele se orgulha dos quatro filhos (três homens e uma mulher) e do casal de netos. E se orgulha também do trabalho que desenvolveu como advogado de ofício e, posteriormente, defensor público.

Natural de Belém do Pará, Dr. Rubem veio para Fortaleza com um ano e seis meses de idade. Por isso, considera-se cearense. Aqui sua família se estabeleceu, com o pai trabalhando no varejo farmacêutico. “Estudei aqui, defendi as cores do Estado do Ceará na Seleção Cearense de Vôlei durante cerca de 15 anos”, conta. Sim, nosso entrevistado foi atleta de vôlei. “Naquela época, não era preciso ser tão alto”, frisa.

Com parte da família de origem judaica, a mãe quis que Dr. Rubem e seus dois irmãos e duas irmãs fossem educados em colégios católicos. “Não havia sinagogas no Ceará, então, ela nos encaminhou na religião católica. E até hoje somos praticantes”, afirma. Essa educação o marcou tanto que ele se lembra de um momento, com cerca de 18 anos, quando sua mãe o chamou e disse: “eu te dei uma opção religiosa. Daqui para frente, você segue a religião que quiser”.

Embora não houvesse advogado na família, Dr. Rubem conta que sempre teve vontade de cursar a Faculdade de Direito. Concluiu o curso na Universidade Federal do Ceará (UFC) em 1965. As experiências profissionais começaram, após sair do CPOR, no Departamento Mecanográfico do Estado do Ceará, que depois veio a ser o Seproce. “Trabalhávamos com o que seria o embrião dos computadores”.

Exercia o cargo de diretor administrativo do Departamento quando foi nomeado advogado de ofício pelo governador Plácido Castelo. “Fui advogado substituto de Luís Portela Marcílio, que se afastara para ser diretor da Faculdade de Di-

reito”. No governo César Cals, durante uma reforma administrativa, todos os servidores com nível superior que quisessem exercer a atividade de formação participaram de um processo de seleção interna. “Desta forma, fui, por assim dizer, o único advogado de ofício concursado”, destaca.

Dr. Rubem exerceu vários cargos na administração pública estadual. Foi chefe de gabinete da Secretaria de Educação, substituindo o seu titular nos impedimentos ou nas ausências, nesta ocasião, por várias vezes, ficou na função de Secretário. Também chefiou o gabinete da Procuradoria Geral do Estado, quando o procurador de então era o hoje desembargador Ernani Barreira.

Chefiou, ainda, o gabinete na Secretaria de Administração, da qual chegou a ser titular. Depois, foi convidado a ser assessor do desembargador Ernani. “Essas atividades me afastaram um pouco da advocacia”, avalia.

Relembrando os tempos de advogado de ofício, Dr. Rubem diz que era uma atividade muito limitada. “Não tinha a abrangência que tem hoje. Nossa atuação era restrita a algumas ações específicas no Fórum. Hoje, a Defensoria Pública ocupa o seu devido espaço social”, frisa. As ações que mais predominavam eram de alimentos, “desquite”, investigação de paternidade. “Não existia a figura do divórcio e o sujeito chegava lá e dizia: doutor, vim buscar meu desquite”.

Advogando hoje em seu escritório, juntamente com dois dos seus filhos, Dr. Rubem diz que atua como uma espécie de “pai” ou conselheiro de casais, nas causas de Direito de Família. “Muitos amigos mandam os filhos que estão com problemas no casamento aqui no escritório, e eu atuo como um conciliador, mostro que todo casamento passa por crises e que é preciso pensar bem antes de desistir da família constituída”.

Também substitui os filhos quando há audiências em horários coincidentes, e atua muito na parte de inventários. Sem pensar em “pendurar de vez as chuteiras”, Dr. Rubem Abitbol quer apenas reduzir o ritmo. Ou melhor, atuar de forma mais leve. “Tenho vontade de fazer um cartão assim: Rubem Abitbol de Menezes: só assuntos consensuais”, brinca este ex-atleta que é uma simpatia só.

JOSÉ STÉLIO DIAS MAGALHÃES

“Na Defensoria Pública, é mais difícil para o necessitado fornecer os elementos necessários exigidos pelo defensor.”



Diz a passagem bíblica que uma árvore boa é conhecida pelos seus frutos. As escrituras, então, comprovam-se na prática, no seio da família do Dr. José Stélio Dias Magalhães. Apaixonado pela advocacia e ainda atuando na área, ele tem “a grande felicidade” de ver seus quatro filhos (três homens e uma mulher) no mesmo caminho, ou seja, operadores da justiça. “A turma toda é danada”, brinca, contando que dois filhos são advogados, um é juiz federal e a filha, juíza estadual.

Desde criança, nosso entrevistado alimentava o sonho de seguir a carreira do Direito. Não cogitava outra formação na vida e, assim, em 1966, concluiu o curso superior na área. No ano, seguinte, em Fortaleza, foi contratado como advogado de ofício. “Não falemos de datas, basta dizer que comecei na época em que era assistência aos necessitados e alcancei a Defensoria Pública nos moldes que hoje conhecemos”.

Com a Defensoria Pública, Dr. Stélio diz que a categoria ficou mais valorizada, até mesmo pela abrangência do trabalho do defensor. “Eu atuava como advogado de ofício no Fórum Clóvis Beviláqua, quando este ainda funcionava no Centro da cidade, quase em frente à Igreja da Sé”, relembra. Tempos de muito trabalho e pouca remuneração. Era permitido advogar particular, pois os vencimentos de advogado de ofício eram insuficientes.

“No meu tempo, só existiam dois cartórios para atender os mais necessitados: o Florêncio e o Danilo. Havia muito trabalho e poucos advogados de ofício”, recorda Dr. Stélio, que diz ter feito boas amizades com os colegas de trabalho, como o Dr. Reinaldo, Dr. Luís Marcílio, Dr. Francisco Maia Alencar. “Nunca houve qualquer divergência entre nós, na época de advogado de ofício”. As demandas mais comuns eram ações de despejo, desquite, ação de alimentos e inventários.

Para o Dr. Stélio, na advocacia particular, o cliente oferece melhores meios para o advogado no patrocínio da causa. Não apenas meios financeiros, mas pela sua própria condição social e cultural, mecanismos que auxiliam o profissional. “Na Defensoria Pública, é mais difícil para o necessitado fornecer os elementos necessários exigidos pelo defensor”.

Trabalhando ativamente até hoje, advogando nas áreas Cível e Comercial, Dr. Stélio Magalhães afirma que quase não tira férias. Casado com a odontóloga Cecília Maria Braga Magalhães, ele reforça que nenhum dos três filhos, nem a filha quisera seguir a carreira profissional da mãe. Todos se formaram em Direito e abraçam a advocacia ou a magistratura. Avô de três netas e dois netos, ele não esconde a satisfação de dizer que uma das netas cursa Medicina. Será que a terceira geração da família vai ter mais algum advogado, defensor público? “Quem sabe. Por enquanto, nenhum manifestou essa vontade”, diz.

MARIA DE FÁTIMA GOMES TEIXEIRA

“Quando me chamam para trabalhar de novo, eu digo que não, porque é o tempo de aproveitar a vida. Eu não queria trabalhar até ficar velhinha, porque eu quero aproveitar o que eu construí para usufruir com saúde.”

O que têm em comum as carreiras de assistente social e defensor público? Para a Dra. Maria de Fátima Gomes Teixeira, são profissões que se complementam. Ao assistente social, cabe amparar pessoas que de alguma forma não têm total acesso à cidadania, ajudando-as a resolver problemas ligados à educação, à habitação, ao emprego, à saúde. É uma profissão voltada para a promoção do bem-estar físico, psicológico e social.

Ao defensor público, cabe garantir o direito de acesso à Justiça aos menos favorecidos. No conjunto da realidade brasileira, principalmente a partir de 1988, quando a Constituição Cidadã reafirmou o objetivo de construção de uma sociedade mais justa e solidária, coube ao Estado prestar assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos. A figura do Defensor, então, ganha esse papel preponderante na sociedade.

Pois a nossa entrevistada no “Minha História, Nossa Luta” abraçou as duas carreiras com amor e dedicação. “Sou graduada em Direito pela Universidade Federal do Ceará e em Serviço Social pela Universidade Estadual (UECE). Cursei as duas faculdades ao mesmo tempo. Uma pela manhã, e a outra à noite”, conta, preferindo não falar de datas.

Para a Dra. Fátima, as duas carreiras sempre foram absolutamente complementares. “Eu iniciei sendo assistente social, trabalhando em presídio, fui diretora da Divisão dos Egressos. Depois, passei a ser defensora pública, atuando na parte jurídica. Foi uma maravilha pra mim, as formações se complementavam”, avalia.

A Dra. Fátima começou trabalhando na petição inicial e se aposentou no mesmo setor. “Gostei muito de trabalhar lá,

porque eu atuava com o público, e como eu também sou assistente social, isso sempre foi muito bom para conciliar as duas coisas. A gente sempre entrava em contato com eles para fazer conciliação e, de uma maneira geral, com o atendimento, que eu achava muito bom, apesar de na época ser meio tumultuado, hoje já está mais estruturado, mas era muito gratificante para mim”, comenta.

“Havia uma carência de defensores e isso hoje melhorou muito. A carreira e a condição de trabalho vêm evoluindo cada vez mais”, acrescenta a Dra. Fátima. O maior desafio era fazer conciliação nos casos de família, entre cônjuges. “Na minha época, a gente fazia todo tipo de petição. No acordo, queriam conversar comigo para saber se eu aceitaria alguma propina, e eu disse que isso não fazia parte de mim, e fui muito elogiada pela minha atitude, inclusive por quem tentou me corromper”, relembra.

Se considerando também um pouco psicóloga, a Dra. Fátima afirma tinha mesmo interesse em solucionar impasses. “A gente tem que se desligar e ser muito imparcial em certas ocasiões. Lembro-me de uns acordantes que acham que a gente tendia a tomar partido pelo lado da mulher. No início, eles ficavam meio rebeldes. Depois, eles acham que a gente estava até mais por eles do que por elas. É preciso ter um bom diálogo com o assistido”.

Apesar das alegrias da carreira e das amizades conquistadas, Dra. Fátima se aposentou e descobriu outros desafios e prazeres, como passear e viajar com seu esposo, também aposentado. Ela tem dois filhos e uma filha. “Resolvi me aposentar e não me arrependo. Sou avó (dois meninos e uma menina). Quando me chamam para trabalhar de novo, eu digo que não, porque é o tempo de aproveitar a vida. Eu não queria trabalhar até ficar velhinha, porque eu quero aproveitar o que eu construí para usufruir com saúde”, argumenta.



TIBÉRIO CÉSAR BURLAMAQUI

“Para ser Defensor Público, exige-se abnegação e doação, por ser quase um sacerdócio, atendendo aos necessitados com amor e responsabilidade.”



Cearense, pai de dois homens e uma mulher

– e avô muito orgulhoso de oito netos –, Dr. Tibério começou a exercer a carreira em 1967, como advogado de ofício da Assistência Judiciária dos Necessitados, lotado na 3ª Vara Criminal. “Quando jovem, queria ser juiz por influência do meu pai que foi magistrado”, comenta.

De acordo com ele, o maior desafio profissional foi quando os presos da Casa de Detenção foram transferidos para o Instituto Penal Paulo Sarasate (IPPS) e, ao Dr. Tibério foi confiada a missão de fazer o prontuário de todos os detentos juntamente com o Dr. José Ivens Mota Evangelista.

“Fui escolhido pelo Secretário de Justiça do Governo César Cals, Dr. Eduardo Onofre, juntamente com o diretor do IPPS, Coronel da PM Archias Paiva Pereira, e o Diretor do Sistema Penal, Dr. Vasco Damasceno Weyne, para fazer estágio penitenciário nos estados do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais”, relembra.

Depois dos estágios, passou a exercer, já como Defensor Público, as atividades de Coordenador do Departamento Jurídico do IPPS. “Para mim, foi muito importante a transformação de Advogado de Ofício para Defensor Público, com a conquista da criação da Defensoria Pública Geral do Estado, com autonomia, proporcionando um excelente atendimento aos necessitados”.

Aos jovens advogados, Dr. Tibério aconselha: “para ser Defensor Público, exige-se abnegação e doação, por ser quase um sacerdócio, atendendo aos necessitados com amor e responsabilidade”.

Atualmente, como aposentado, não exerce mais nenhuma atividade jurídica, convivendo com filhos, noras e netos entre Fortaleza e a casa de praia no Iguape – Aquiraz.

“Exerço, ainda, atividades no Conselho do Iate Clube de Fortaleza e participo ainda da Diretoria da Soamar (Sociedade dos Amigos da Marinha) e do Conselho de Inter Clubes”, completa, acrescentando que gosta muito de viajar e adora as músicas dos anos 1950 e 1960.

ANTÔNIO PINTO MACÊDO

“O Ceará todo precisa de defensor público, e é preciso concurso para muito mais cargos. Somos um Estado de muita gente carente, tem muito mais pobre que rico. E os pobres são alvo do serviço do defensor”.



Ter exercido com amor e extremo profissionalismo a carreira de Defensor Público. É do que mais se orgulha o Dr. Antônio Pinto Macêdo. Hoje aposentado, ele conta com emoção o início de sua jornada profissional, como advogado de ofício. “Estou feliz, tranquilo e sadio”, brinca.

Dr. Antônio tem um casal de filhos. O rapaz é advogado, ao passo em que a filha é farmacêutica bioquímica. “No entanto, meu filho é investigador da Polícia Civil da Paraíba. Minha filha mora em Fortaleza e trabalha em Maracanaú”. Ele conta que, “graças a Deus, tem um lindo neto”.

Natural de Lavras da Mangabeira, nascido no dia 2 de março de 1943, ele assumiu o cargo no dia 5 de janeiro de 1980. “Já se passaram 34 anos”, lembra, acrescentando que trabalhou sempre na região, principalmente em Lavras, Icó e Várzea Alegre.

“Quando eu assumi, queriam me botar para Quixadá, Quixeramobim...”, recorda. Dr. Antônio Pinto Macêdo exerceu mandatos de vereador por duas vezes – períodos em que se afastava do mister de defensor. “Graças a Deus, sempre fiz o trabalho necessário”.

Aposentado “faz tempo”, como diz, Dr. Antônio aqui e acolá atende o chamado de um amigo. “Vamos tangendo o barco, como se diz, no batente de vez em quando. Algum

amigo, às vezes aparece e solicita uma opinião, e a gente contribui. Estamos indo ao Fórum, acompanhando alguma coisa...”, explica.

Dos tempos de advogado de ofício, diz ter muitas recordações boas, sobretudo em relação à gratidão dos assistidos. “Eles ficavam sempre satisfeitos porque haviam sido atendidos. Até hoje, muitos ainda me agradecem”.

Para nosso entrevistado, “o problema maior da Defensoria, no Interior, é exatamente a questão da infraestrutura”. “A comunicação, por incrível que pareça, ainda é precária”, diz. Mas ele acredita que “tudo está melhorando”.

“Aos poucos, está ficando melhor, especialmente agora com essa autonomia financeira”, afirma ele, referindo-se ao reconhecimento da autonomia plena da defensoria Pública do Estado.

Na sua avaliação, “o Ceará todo precisa de defensor público, e é preciso concurso para muito mais cargos”. “Somos um Estado de muita gente carente, tem muito mais pobre que rico. E os pobres são alvo do serviço do defensor”.

Para ele, a carreira é muito ampla, com muita oportunidade, sobretudo para quem deseja servir. “Quem aprende o Direito, só ensina errado se quiser”, brinca. Ele acrescenta que a Adpec tem uma diretoria que representa a categoria a altura. “Nossa presidente é uma pessoa muito autêntica e muito competente, que abraçou nossa luta com afinco”.

FRANCISCA MARTINS RIBEIRO

“Com amor, você contagia as pessoas. Imagina para nós, defensores públicos, que somos a porta de acesso à Justiça. É na Defensoria onde tudo começa para os mais necessitados. Não podemos deixá-los ir embora sem esperança”.



Uma pessoa intensa em tudo o que faz, com muita energia, espiritualidade e alegria de viver. Assim se define a defensora pública aposentada Francisca Martins Ribeiro, conhecida entre os amigos como Francineide. Aos 18 anos, ela ingressou na antiga Companhia de Telecomunicação do Estado do Ceará (Citelc), na qual era concursada, trabalhando ali até seu ingresso na Faculdade de Direito, quando passou a fazer o curso básico pela manhã. Também trabalhou como vendedora de anúncios em lista telefônica até ingressar no Departamento de Assistência Judiciária aos Necessitados.

Natural de Boa Viagem, cidade do Sertão Central do Ceará, Dra. Francineide foi estudar em Aracati, com as freiras Salesianas, onde permaneceu interna por cinco anos. “O lado espiritual me ajuda muito”, afirma. Sua família também morou em Quixadá, onde ela continuou estudando até concluir o 4ª Ginásial. “Fui oradora da minha turma”, relembra com saudade. Chegou a cursar o 1º Ano Normal quando surgiu o concurso para a Citelc.

Foi estagiária de Direito na Assistência Judiciária aos Necessitados, já quase terminando a faculdade. “O primeiro caso que eu presenciei, ainda como estagiária, foi de uma mulher,

mãe de seis filhos, que necessitava de uma ação de alimentos. O Fórum ficava no centro de Fortaleza, em frente à Catedral, e aquela senhora sequer tinha o dinheiro para pegar um ônibus e voltar para casa. Dei a ela o dinheiro que eu tinha e fiquei com um misto de alegria e tristeza. Foi, então, que eu tive certeza que queria ser advogada de ofício”, comenta.

Dra. Francineide trabalhou na Vara de Família e na Fazenda Pública. Sobre a profissão, ela diz que é preciso ter amor em tudo o que se faz na vida. “Com amor, você contagia as pessoas. Imagina para nós, defensores públicos, que somos a porta de acesso à Justiça. É na Defensoria onde tudo começa para os mais necessitados. Não podemos deixá-los ir embora sem esperança”, resume.

Para a Dra. Francineide, “a Defensoria Pública dá dignidade e respeito às pessoas, porque, sem justiça, não há cidadania”. “Minha atuação profissional sempre me envolveu muito. Você é um todo: tem que ter responsabilidade, profissionalismo e compaixão. Não é só o trabalho material, físico. É ver a pessoa como um todo. E assim, sempre levei minha carreira, até me aposentar proporcionalmente. Passei a advogar na Justiça Federal e ter mais tempo para ajudar numa sociedade filantrópica, doando um pouco do que aprendi às pessoas carentes”, conta.

FRANCISCO FEIJÓ DE SÁ E BENEVIDES

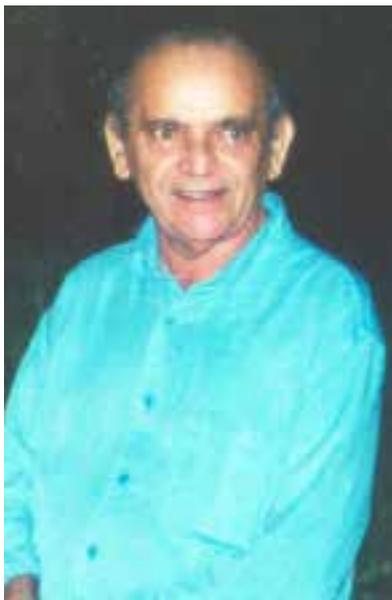
“Jamais desejei desempenhar outra carreira senão as relacionadas ao campo do Direito, ciência que sempre admirei e amo.”

O defensor público aposentado Francisco Feijó de Sá e Benevides, natural de Mombaça (CE), colhe hoje os frutos de 30 anos dedicados ao serviço público. Casado com Maria Rebouças de Sá e Benevides e pai de três filhos – Flávia Rebouças de Sá e Benevides, Augusto Tavares de Sá e Benevides Neto e Ricardo Rebouças de Sá e Benevides – ele diz que a “família, graças a Deus, bem constituída, é motivo de orgulho e satisfação”.

“Todos os três filhos estão bem encaminhados na vida. A mais velha, Flávia, é advogada, formada pela UNIFOR, o do meio, Augusto, é acadêmico de Direito da UNIFOR, e o caçula, Ricardo, é corretor de imóveis e trabalha também na Construção Civil”, conta o Dr. Francisco, que é graduado na Faculdade de Direito da Universidade Federal do Ceará (turma de 1968). Questionado sobre sua idade, ele brinca: “matusalêmica”.

Hoje, “devido à idade já um pouco avançada”, Dr. Francisco afirma que se limita “ao prazeroso convívio” com seus familiares (esposa, filhos e, principalmente, netos), a boa leitura e a ouvir música clássica, “de preferência, óperas dos grandes mestres Verdi, Rossini, Donizetti e Puccini, além da autêntica música popular brasileira, choros, sambas e canções da velha guarda”. “Acrescento o prazer de viajar para manter contato com novos horizontes culturais”.

Voltando um pouco e puxando pela memória, ele conta que, em 1969, foi contratado como Advogado de Ofício, com lotação no Instituto Penal Paulo Sarasate (IPPS), onde trabalhou por cerca de um ano. “Pouco depois, fui nomeado Diretor da Inspeção dos Presídios, cargo que desempenhei por oito anos, durante os governos de Plácido Castelo e Aduino



Bezerra. No Governo de Virgílio Távora, continuei no exercício do cargo de Diretor da Inspeção dos Presídios”, recorda.

Na gestão do governador Gonzaga Mota, assumiu o cargo de Diretor do IPPS e, depois, de Diretor Geral do Departamento do Sistema Penal do Estado. “Na gestão de Aduino Bezerra, fiz uma exposição de motivos ao então secretário de Justiça, Dr. Hugo Gouveia, sugerindo a criação de uma unidade penal para os presos que aguardavam julgamento que, acolhendo a sugestão, resultou na criação do Instituto Penal Olavo Oliveira (IPPOO)”, afirma.

No Governo de Tasso Jereissati, foi nomeado Diretor do Instituto Penal Feminino Des. Auri Moura Costa. “No final do seu governo, aposentei-me do serviço público após mais de 30 anos exercendo cargos de direção”, conta o Dr. Francisco. “Jamais desejei desempenhar outra carreira senão as relacionadas ao campo do Direito, ciência que sempre admirei e amo”, completa.

Para o Dr. Francisco, “Defensoria Pública tem experimentado um grande desenvolvimento no cumprimento das suas atribuições institucionais, pois, até poucos anos atrás, ela era a ‘prima pobre’ das operadoras do Direito”. “Nos dias atuais, ela vem melhorando substancialmente no seu desempenho, graças ao apoio que vem recebendo do Governador Cid Gomes e de políticos como o Deputado Mauro Benevides e do Senador José Pimentel”, pontua.

Como resultante da grande melhoria da infraestrutura da Defensoria e, principalmente, do seu padrão salarial, o cargo de Defensor tornou-se atraente para os jovens advogados. “É também, de se ressaltar a nobre missão social de assistir juridicamente os mais necessitados, possibilitando a eles a prestação jurisdicional. É, pois, uma atividade de mais alta relevância social”, acrescenta o Dr. Francisco Feijó.

ANTÔNIO VIEIRA DE ALMEIDA (IN MEMORIAN)

“Gostaria de homenagear a todos os colegas Defensores Públicos pelo extraordinário empenho em bem elevar o conceito da Instituição, uma das mais escorregadas deste País. A ética profissional acima de tudo.”



Não era a vontade do Dr. Antônio Vieira de Almeida seguir a carreira de defensor público. Desejava ele ser engenheiro agrônomo. “Entretanto, trabalhando em presídio, passei a ter a ideia de cursar a Faculdade de Direito e ser um defensor Público”, comenta nosso entrevistado.

“Não me arrependi, porque ajudar aos hipossuficientes passou a ser o meu objetivo. E o fiz na medida de minha capacidade, sempre primando pela boa prática da ética profissional”, completa Dr. Antônio.

Em janeiro de 1980, ele concluiu a graduação na Faculdade de Direito da Universidade Federal do Ceará (UFC). “Deveria ser em dezembro, o que não ocorreu em função da greve dos professores”, ressalta.

Como já era Agente Prisional, função adquirida através de concurso público em 1972, Dr. Antônio ascendeu à assessoria de presídio, passando por uma prova interna, fazendo jus ao cargo de Assessor Jurídico no Instituto Prisional Professor Olavo Oliveira (IPPOO).

“Vale salientar que, antes de prestar concurso público para Guarda de Presídio, fui Guarda Civil, Cabo da Polícia Militar do Ceará e 3º Sargento do Corpo de Bombeiros do Ceará, quando fui licenciado a pedido”, acrescenta.

Como Defensor Público, Dr. Antônio assumiu a 2ª Vara de Tóxico de Fortaleza. “E dali fui designado para responder pela Comarca de Canindé, onde permaneci por 19 anos. Em seguida, fui nomeado titular da 1ª Vara do Júri de Fortaleza

assistindo, sempre que era nomeado, às demais Varas do Júri da capital”, conta.

Dr. Antônio destaca que participou de vários mutirões na primeira e segunda Varas do Júri de Fortaleza, “que correspondia a dois júris por dia, isso em função do acúmulo de processos nessas varas”. Está aposentado desde 2007, quando tinha 39 anos de serviço público e 70 anos de idade, e, na ocasião, era titular da 3ª Vara do Júri.

“Aos trancos e barrancos, assim como ocorreu a outras pessoas, consegui o meu objetivo: a tão sonhada estabilidade funcional e financeira”, confessa, acrescentando: “os méritos de meu sucesso não são só meus, os são, também, de inúmeras pessoas que me ajudaram de alguma forma”.

Dr. Antônio Vieira de Almeida tem uma ampla lista de agradecimentos que vai desde juízes – hoje desembargadores – a promotores de justiça e diretores de secretarias, além de colegas de Defensoria Pública.

“Dentre aos meus colegas Defensores Públicos, sem demérito aos demais, enfatizo o Dr. Teófilo Sales, que me ajudou, substancialmente, me indicando para responder pela Comarca da cidade de Canindé. Menciono o Dr. Raimundo Brandão que me apoiou na 2ª Vara do Júri, quando ainda era estagiário. Menciono, igualmente, ao Dr. Heitor; ao Dr. Osterne; à Dra. Laís; Dra. Sandra Dond; Dra. Paula; Dra. Neli; Dra. Benedita; Dra. Amália; Dra. Aila”, nomina.

“Gostaria de homenagear a todos os colegas Defensores Públicos pelo extraordinário empenho em bem elevar o conceito da Instituição, uma das mais escorregadas deste País. A ética profissional acima de tudo”, finaliza.

JUVENAL LAMARTINE AZEVEDO LIMA

“(…) conquistei respeito profissional pelo excelente relacionamento com os meus clientes, colegas advogados, defensores públicos e por todos que integram o Poder Judiciário de forma direta ou indireta”.



“Se eu pudesse começar tudo de novo, eu seria defensor público. Quem sabe, um Defensor Público Padrão”. A frase resume o sentimento do Dr. Juvenal Lamartine Azevedo Lima em relação à carreira profissional que escolheu trilhar na Defensoria Pública. Iniciou como estagiário da então Assistência Judiciária aos Necessitados e outro concurso não fez ele, senão para o cargo de Advogado de Ofício.

Nascido em 1950, Dr. Juvenal Lamartine ingressou na Faculdade de Direito da Universidade Federal do Ceará (UFC) em 1969, tendo concluído o curso em 1975. Logo após a graduação, exerceu a advocacia cível e criminal diuturnamente para, em 1981, prestar concurso para o cargo de Advogado de Ofício. “À época, eu já chamava a Assistência Judiciária de Defensoria Pública, como era conhecida a Instituição em outros estados”, afirma.

Como Advogado de Ofício, atuou na 1ª Vara Criminal da Comarca de Fortaleza, ainda que por pouco tempo. “Fui colocado à disposição da Comarca de Trairi, também por um curto período, após o qual regressei para Fortaleza e passei a atuar na 4ª Vara do Júri, onde trabalhei 18 anos até requerer minha aposentadoria”, conta. Aposentou-se com 30 anos de serviço público e 50 de idade, “com o coração partido, o que me foi imposto pelo Sistema – Reforma Previdenciária” – ressalta.

Dr. Juvenal Lamartine acrescenta que tem o Dr. Raimundo Brandão como um mentor. “Fui levado pelas mãos seguras e bondosas do Dr. Raimundo Brandão, desde a época de es-

tudante, para atuação no Júri Popular. Sempre me achei um advogado vocacionado para o Tribunal do Júri, que foi meu grande sonho de realização profissional”, comenta.

Advogado atuante, Dr. Juvenal Lamartine sempre teve participação na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção Ceará (OAB-CE). “Fui Conselheiro da OAB por mais de quatro mandatos e integrante de diversas Comissões, com destaque para a Comissão de Seleção e Prerrogativas”.

Na advocacia particular, ele conta ter alcançado “relativo sucesso”. “Não de natureza econômico-financeira, mas conquistei respeito profissional pelo excelente relacionamento com os meus clientes, colegas advogados, defensores públicos e por todos que integram o Poder Judiciário de forma direta ou indireta”, afirma.

Recebeu da OAB/CE a Medalha de Advogado Padrão. “Tenho essa medalha, acima de tudo, como estímulo para meus filhos, dentre eles, três advogados, e para meus netos, quem sabe, com a consciência de não merecê-la, pois nunca fui padrão de coisa nenhuma”, arrematou. Os filhos, aliás, (Ana Luzia, Ana Teresa, Carlos Eloy, Ana Carolina, João Eudes e o caçula Bruno La Fayette), são o maior orgulho do Dr. Juvenal Lamartine, que é casado com Érica Magarote.

Atualmente, Dr. Juvenal Lamartine, embora continue advogando, tem se dedicado à leitura, “principalmente da Literatura Conterrânea”, fazendo às vezes de “Fazendeiro”, sua vocação natural. “Gostaria de destacar, e tenho repetido isso para quem quer que seja, principalmente, para os meus filhos e os novos advogados que chegam até a mim, que a minha realização profissional plena se deu como Defensor Público”, finaliza.

GUMERCINDO ÂNGELO DE SANTANA FERREIRA

“Com a positivação da Defensoria na Constituição, foi desencadeada pela nossa Associação a longa e bonita jornada de batalha legal e administrativa para efetiva implantação (...) como Instituição imprescindível à justiça.”

Não fora seu problema de saúde, o defensor público aposentado Gumercindo Ângelo de Santana Ferreira, natural da cidade de Juazeiro do Norte, permaneceria exercendo atividade defensorial até hoje. “Ao completar 60 anos de idade, postulei a aposentadoria por tempo de serviço, pois a cirurgia cardíaca realizada há mais de 23 anos recomendava a busca de mais repouso”, revela. Sem exercer também a advocacia, ele agora administra uma pequena propriedade e, sempre que possível, viaja para abraçar o primeiro neto, que mora em terras paraibanas.

Nascido em 24 de maio de 1953 (filho de Gumercindo Ferreira Lima e de Maria Zizi Santana Ferreira), Dr. Gumercindo teve educação salesiana na cidade natal. A formação universitária foi na cidade de João Pessoa (PB), na Universidade Paraibana de Educação. “No período de estudante na Paraíba, conheci a então acadêmica de farmácia Irene Moraes, com quem contrai matrimônio em janeiro de 1979. Do casamento, nasceram duas filhas, Juliana e Silvia Moraes de Santana Ferreira, sendo a primeira odontóloga e a segunda, psicóloga”.

Dr. Gumercindo ingressou na Defensoria Pública por concurso, em abril de 1979, sendo lotado na cidade de Juazeiro do Norte, onde exerceu suas atividades por mais de 30 anos,

período em que, por três anos (1984/1986), respondeu pela Comarca de Missão Velha. “Quando da criação do Núcleo em Juazeiro, tive a honra de ser designado pela Defensoria Pública Geral para exercer a Coordenação”, afirma.

Após algumas declinações, por razões estritamente pessoais, em dezembro de 2011, ele aceitou a promoção para o segundo grau, passando a exercer suas atividades junto à Segunda Câmara Civil do Tribunal de Justiça. “Não fora o problema de saúde, permaneceria em atividade, uma vez que o desenvolvimento do exercício da função de defensor completava meus anseios em cooperar com o desenvolvimento da nossa pátria e nada mais gratificante que a busca da inclusão, como reconhecimento dos direitos dos nossos assistidos, os hipossuficientes”, frisa.

Dr. Gumercindo comenta que, entre os desafios enfrentados na carreira, no princípio, estava ganhar a confiança dos assistidos, já que antes do concurso de 1978, o defensor público, denominado de advogado de ofício, era por indicação política. “Isto causava insegurança, posto que algumas vezes a querela tinha no lado oposto pessoas vinculadas ao grupo político dominante na cidade ou região”. “Vencida a primeira etapa, deparava-me com a falta de estrutura, inexistente”, recorda.

Apesar dos entraves, a gratificação como profissional foi certa. “Em caráter pessoal, as conquistas são inumeráveis, pois só receber um sorriso de reconhecimento pelo trabalho, do assistido, sempre a parte frágil da demanda, ao ver sua postulação chegar ao fim com êxito, era imensuravelmente gratificante”, destaca.

Dr. Gumercindo destaca as inúmeras lutas que a categoria dos defensores públicos vem travando para o pleno reconhecimento do papel da defensoria Pública desde a sua inclusão na Carta Magna de 1988, como Função Essencial à Justiça,

ampliando substancialmente seu âmbito de atuação. “Com a positivação da Defensoria na Constituição da República, foi desencadeada pela nossa Associação a longa e bonita jornada de batalha legal e administrativa para efetiva implantação, ainda não concluída, mas já reconhecida como Instituição imprescindível à justiça”.

Ele ressalta que, com o advento da lei complementar federal 132, que modificou a lei originária da Defensoria Pública (lei complementar 80), as resistências ao reconhecimento da Instituição, na esfera da administração estadual, foram duramente atingidas. “E, ante a mobilização da classe, sempre sobre a liderança da Associação, a Instituição que já gozava do reconhecimento das entidades de bairros e de algumas outras associações, passou a distinguir-se como a única instituição apta a prestar assistência judicial e extrajudicial à camada da população mais sofrida. Este destaque público fortaleceu em sua essência a Defensoria Pública”, argumenta.

Para Dr. Gumercindo Ângelo Santana Ferreira, a Defensoria é onde se exerce o direito em sua plenitude – quer pela diversidade dos casos, quer pelo drama humano que muitos trazem. “E também pela efetiva possibilidade de torna-se agente realizador de inclusão social dos hipossuficientes”, argumenta ele, aconselhando com sabedoria os jovens que buscam realização profissional na atividade defensorial.



BENEDITA MARIA BASTO DAMASCENO

“Agora, vou cuidar de mim. Passei tantos anos abnegada na função, que mereço viajar, visitar minha filha e aproveitar a vida.”



A trajetória profissional da Defensora Pública Benedita Maria Basto Damasceno está intrinsecamente ligada às lutas pela implantação da Defensoria Pública no Estado, o reconhecimento e a valorização da carreira. Nomeada em 26 de abril de 1979, por meio de concurso público para exercer o então cargo de advogada de ofício, Dra. Benedita assumiu inicialmente na comarca de Uruburetama em 2 de maio de 1979. Foram 35 anos dedicados não só à Instituição, mas à democratização do acesso à justiça no Ceará.

Filha do advogado Fausto Fernandes Basto e de Raimunda de Sales Basto, Benedita Damasceno nasceu na cidade em Parnaíba, no Piauí, e adotou o Ceará quando decidiu ingressar na Faculdade de Direito da Universidade Federal do Ceará (UFC). A Defensora Pública é casada com o juiz de Direito aposentado Célio Damasceno e mãe de quatro filhos, todos advogados, sendo que a filha Karina Damasceno seguiu os passos da mãe e é Defensora Pública no Estado de Alagoas.

“Passei em Uruburetama 13 anos e depois, vim aqui para Fortaleza”, recorda ela, explicando que, à época, o concurso de advogado de ofício era para a Capital ou o interior, mas

o governador de então resolveu chamar os defensores para Fortaleza porque havia muita carência na Capital. “Então, eu vim para cá e assumi as varas do Cartório Botelho”, diz.

Dra. Benedita conta que havia “o cartório da Assistência Judiciária e cartório do povo que podia pagar”. Depois, o Tribunal de Justiça fez uma reforma e todos os cartórios passaram a ter processos da Assistência Judiciária e os processos acompanhados por advogados particulares. “Fiquei com cinco varas da Assistência judiciária – quatro cíveis e uma de família. E fiquei lá no Cartório Botelho por muito tempo”.

Em julho de 1993, foi nomeada para exercer as funções do cargo em comissão na Coordenadoria de Assistência Jurídica do Estado (CAJE), cargo equivalente ao atual Defensor Público Geral, em que permaneceu até o ano de 1997. “Assumi, depois do convite do então secretário de Justiça, meu colega Antônio Tavares. E também dos pedidos do subsecretário, Dr. César Barros Leal, que falou que seria bom para o meu currículo, e da Dra. Jacirema Moreira, que era presidente da Adpec”.

Em seguida, integrou a lista tríplice para a primeira eleição de Defensor Público Geral, sendo a segunda mais votada. Exerceu a função de Subdefensora Pública Geral, sendo primeira Subdefensora Pública após o advento da Lei Complementar n.º 06/1997, que instituiu a DPGE e desvinculou da pasta da Secretaria de Justiça e Cidadania (SEJUS). Para chegar à Lei que criou a Defensoria, foi necessário muito tra-

balho. “Os deputados não sabiam o que era isso (a Defensoria). O trabalho com os assistidos fez com que a gente fosse reconhecido”, afirma.

Uma das passagens mais marcantes da trajetória profissional da Dra. Benedita foi a luta pela criação da Instituição no Estado. Ela conta que as articulações para a aprovação da Lei Complementar n.º 06/1997 começaram com ela e a Dra. Jacirema Moreira, orientadas pelo colega Antônio Tavares. “Havia um colega que fazia as articulações com o deputado Chico Aguiar, de Camocim”. Depois de muito trabalho de convencimento na Assembleia Legislativa, nasceu a Defensoria Pública do Estado, mas com status de secretaria de Estado.

“Estávamos na antessala do Antônio Tavares quando recebemos a lei. Aí a Jacirema disse: ‘Benedita, felizmente essa lei saiu, mas não foi como tínhamos idealizado’. Ela disse: ‘É como se a gente estivesse grávida, esperando mil maravilhas para o filho, mas ele nasceu só com saúde. O importante é que a Defensoria nasceu com saúde’”, relembra Dra. Benedita. A frustração foi que não constou na LC n.º 06/1997 a autonomia administrativa, financeira orçamentária, que já estava prevista na Constituição Federal. O reconhecimento em âmbito estadual veio pela Emenda Constitucional n.º 80, de 10 de abril de 2014.

Também participou ativamente da articulação para apresentação da Emenda Constitucional que garantiu a participa-

ção da então CAJE no rateio de receitas do Fundo Especial de Reparelhamento e Modernização do Poder Judiciário do Estado do Ceará (Fermoju). “O Dr. Antônio Tavares pediu vista do projeto e queria apresentar uma emenda incluindo a CAJE como beneficiária do ateu do Fermoju. Ele me chamou no gabinete da Assembleia Legislativa e disse que eu me virasse e fizesse a emenda que ele apresentaria. Imediatamente, procurei nossa colega Ruth Lima, que me levou para falar com um funcionário da Assembleia que elaborava as emendas para os deputados. Após conversarmos, ele preparou a emenda que entreguei ao deputado Antônio Tavares. A presidente da Adpec, Nívea Rolim, tomando conhecimento do fato, entregou-me um brinde para ser entregue ao funcionário que nos ajudou na confecção da emenda, em nome da Associação”.

Dra. Benedita também exerceu o cargo de conselheira eleita do Conselho da Defensoria Pública do Estado do Ceará (Consup) em 2003 e 2004, e por dois mandatos consecutivos esteve à frente da Corregedoria Geral da Instituição, entre os exercícios de 2007 a 2011. Exerceu o cargo de Defensora Pública de 2º Grau de Jurisdição, com atuação no Tribunal de Justiça até junho deste ano. “Agora, vou cuidar de mim. Passei tantos anos abnegada na função, que mereço viajar, visitar minha filha e aproveitar a vida”, conta esta jovem senhora muito carismática e de sorriso largo.

